

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

Elder Joel Coelho Lopes

**OVINOCULTURA DE CORTE DA SERRA DO SUDESTE DO RIO  
GRANDE DO SUL: CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA E DAS  
TRANSAÇÕES**

**Porto Alegre**

**2017**

Elder Joel Coelho Lopes

**OVINOCULTURA DE CORTE DA SERRA DO SUDESTE DO RIO  
GRANDE DO SUL: CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA E DAS  
TRANSAÇÕES**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Agronegócios.

**Orientação:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Verônica Schmidt

**Co-orientação:** Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

Porto Alegre  
2017

### CIP - Catalogação na Publicação

Lopes, Elder Joel Coelho  
OVINOCULTURA DE CORTE DA SERRA DO SUDESTE DO RIO  
GRANDE DO SUL: caracterização produtiva e das  
transações / Elder Joel Coelho Lopes. -- 2017.  
127 f.

Orientadora: Verônica Schmidt.  
Coorientador: Leonardo Xavier da Silva.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisas em  
Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios,  
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Ovinos. 2. Caracterização Produtiva. 3.  
Característica das Transações. 4. Mercados. 5. Rio  
Grande do Sul. I. Schmidt, Verônica, orient. II.  
Silva, Leonardo Xavier da, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Elder Joel Coelho Lopes

**OVINOCULTURA DE CORTE DA SERRA DO SUDESTE DO RIO  
GRANDE DO SUL: CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA E DAS  
TRANSAÇÕES**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Agronegócios.

Aprovada em 31 de março de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Garibaldi Almeida Viana – UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Paulo Ricardo Loss Aguiar – ULBRA

---

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil – UFRGS

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Verônica Schmidt – orientadora – UFRGS

## RECONHECIMENTOS

Ao agradecer a:

**Adair da Silva Ramos,**  
**Bernadete Radin,**  
**Danilo Rheinheimer dos Santos,**  
**Felipe Dalzotto Artuzo,**  
**Leonardo Xavier da Silva,**  
**Mauro Riegert Borba;**

Ao oferecer a:

**Cássio** – meu filho,  
**Yuri** – minha amada,  
**Ariever, Carlos & Williamson** – meus irmãos;

Ao dedicar a:

**Iva e Ary** – meus pais (*vivunt in memoria mea*);

Todos os meus amigos, companheiros, camaradas, familiares, colegas e mestres que me acompanharam nesta jornada e que são testemunhas do meu esforço, da minha dedicação, do meu empenho e do grau de realização que por ora culmina, a todos reconheço as contribuições sinérgicas proporcionadas pelo **Poder Superior**.

No entanto, se tivesse que escolher uma pessoa a quem agradecer, oferecer e dedicar este trabalho seria a:

**Verônica Schmidt**

A quem eu tive o privilégio de ser orientado

# OVINOCULTURA DE CORTE DA SERRA DO SUDESTE DO RIO GRANDE DO SUL: CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA E DAS TRANSAÇÕES

## RESUMO

O objetivo geral deste estudo é analisar as características produtivas e das transações com suas condicionantes na cadeia produtiva de ovinos de corte na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos consistem em: caracterizar o ambiente organizacional e institucional da ovinocultura no RS; criar e validar instrumento de pesquisa específico à cadeia produtiva em ovinocultura de corte; descrever as características produtivas e socioeconômicas da ovinocultura na mesorregião Sudeste do RS e analisar as transações nos diferentes mercados da ovinocultura na mesorregião Sudeste do RS. Para tanto, foram redigidos três artigos, onde o primeiro é alicerçado em pesquisa exploratória de natureza qualitativa e quantitativa sobre dados secundários de órgãos públicos oficiais, bem como revisão bibliográfica específica, identificando fatores relacionados com a ovinocultura de corte nos ambientes organizacionais e institucionais. O apêndice, anexo, consiste em formulário criado e aplicado aos produtores de ovinos para coleta de dados, contemplando informações sobre o perfil socioeconômico do proprietário; características da propriedade rural; de comercialização; do produto carne produzida e dos mecanismos de coordenação. Também, o questionário, traz questões atinentes às características das transações, como frequência, especificidade dos ativos e incerteza. Para detecção das características dos agentes econômicos, sondou-se sobre racionalidade limitada e oportunismo. Para as características de mercado, apuraram-se questões sobre barreiras de entrada, vulnerabilidade, apoio institucional, concorrência, concentração de mercado e arranjos de coordenação. A tabulação das informações, obtidas pelos questionários aplicados, subsidiaram os dados dos artigos. A pesquisa foi aplicada junto aos ovinocultores dos seis municípios com maior representatividade numérica de ovinos na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul. Este trabalho constata que a ovinocultura de corte praticada nesta região, possui aspectos produtivos tradicionais, conduzida em pequenas e médias áreas rurais, proporcionando valor econômico comercial e de consumo. A região em estudo aloja em torno de um quarto do rebanho ovino gaúcho e passa, atualmente, por uma fase de reconversão de seus propósitos, onde as raças predominantes são voltadas ao propósito carne. A cadeia produtiva, neste segmento, encontra-se desorganizada e a coordenação dá-se de forma tradicional, ou seja, é condicionada via mercado. No que pese as restrições por conta de disponibilidade de mão de obra, ataque de predadores, abigeato e melhores inserções com a indústria frigorífica, há empenho dos ovinocultores em buscar alternativas de produção, processamento e distribuição de produto cárneo com qualidade, quantidade e regularidade. A ovinocultura brasileira tem potenciais de crescimento e lucratividade por conta das necessidades de importação de carne ovina para abastecimento do mercado interno. Neste sentido, os ovinocultores da mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul vislumbram um mercado atraente e com comercialização, praticamente garantida.

**Palavras-chave:** ovinos; agronegócios; transações; mercados.

# **CUTTING SHEEP BREEDING IN SAO SOUTHEAST IN RIO GRANDE DO SUL: PRODUCTIVE CHARACTERIZATION AND TRANSACTIONS**

## **ABSTRAC**

The general objective of this study is to analyze the productive and transaction characteristics with its determinants in the productive chain of cutting sheep in the Southeast region of Rio Grande do Sul. The specific objectives are: to characterize the organizational and institutional environment of sheep in RS; Create and validate a research instrument specific to the production chain in cutting sheep; To describe the productive and socioeconomic characteristics of sheep in the South-eastern mesoregion of RS and to analyze the transactions in the different sheep markets in the southeast region of RS. For this, three articles were written, where the first is based on qualitative and quantitative exploratory research on secondary data from official public agencies, as well as a specific bibliographical review, identifying factors related to cutting sheep in organizational and institutional settings. The appendix, annex, consists of a form created and applied to producers of sheep for data collection, including information on the socioeconomic profile of the owner; Characteristics of the rural property; Of marketing; Of the product produced and the coordination mechanisms. Also, the questionnaire raises issues pertaining to the characteristics of the transactions, such as frequency, asset specificity and uncertainty. In order to detect the characteristics of the economic agents, it was probed on limited rationality and opportunism. For market characteristics, questions were raised on barriers to entry, vulnerability, institutional support, competition, market concentration and coordination arrangements. The tabulation of information obtained by the questionnaires applied subsidized the data to the articles. The research was applied to the sheep farmers of the six municipalities with the highest numerical representation of sheep in the Southeast mesoregion of Rio Grande do Sul. This work shows that the sheep breeding practiced in this region has traditional productive aspects, conducted in small and medium rural areas, Providing economic value commercial and consumption. The region under study houses around a quarter of the gaúcho sheep herd and is currently undergoing a phase of reconversion of its purposes, where the predominant races are focused on the meat purpose. The productive chain in this segment is disorganized and coordination takes place in a traditional way, that is, it is conditioned through the market. In spite of the restrictions due to the availability of labor, predation attack, cattle raising and better insertions with the cold industry, there is a commitment of the sheep farmers to seek alternative production, processing and distribution of meat products with quality, quantity and regularity. Brazilian sheep farms have potential for growth and profitability due to the need to import sheep meat to supply the domestic market. In this sense, the sheep farmers of the Southeast region of Rio Grande do Sul envisage an attractive market, with practically guaranteed commercialization.

**Keywords:** sheep, agribusiness; transaction, markets.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema de Indução das Formas de Governança ..... 13

Figura 2 - Esquema de Relações Institucionais ..... 14

### *Figuras do Artigo I*

Figura 1 - Estrutura do Ambiente Institucional e Organizacional das Cadeias produtivas ..... 41

Figura 2 - Percentual de abate e peso vivo médio de ovinos abatidos no Programa Agregar Carnes-RS e valor pago ao produtor, no período de 2005 a 2013 ..... 53

### *Figura do Artigo II*

Figura 1 - Mapa geográfico – mesorregiões do Rio Grande do Sul – Brasil 64



## LISTA DE TABELAS

### *Tabelas do Artigo I*

Tabela 1 –	Efetivos de cabeças ovinas nos 30 municípios mais produtivos do RS	43
Tabela 2 –	Número de estabelecimentos com criação ovina, por município e regiões, no RS .....	45
Tabela 3 –	Efetivo do rebanho ovino - por estado .....	47
Tabela 4 –	Percentual de abates no período de 2005 a 2012 em frigoríficos inseridos no Agregar Carnes-RS, segundo o sexo e serviço de inspeção oficial .....	51
Tabela 5 –	Número de Abatedouros-frigoríficos inseridos no Programa Agregar Carnes – Rio Grande do Sul, no período de 2005 a 2013 .....	52

### *Tabelas do Artigo II*

Tabela 1 –	Número de propriedade produtoras de ovinos, representatividade na estratificação amostral, número amostral e número de entrevistados nos seis municípios com maior quantidade de ovinocultores e rebanho - constituintes da mesorregião Sudeste Rio-grandense .....	65
Tabela 2 –	Percentual de Unidades Produtivas com produção ovina na mesorregião Sudeste, RS, segundo a área da propriedade e o destino da produção .....	69
Tabela 3 –	Percentual de raças criadas por tamanho de propriedades na mesorregião Sudeste Rio-grandense .....	70

### *Tabelas do Artigo III*

Tabela 1 –	Especificidades dos ativos .....	86
Tabela 2 –	Frequência .....	87
Tabela 3 –	Incerteza .....	89
Tabela 4 –	Incertezas produtivas e comerciais .....	90
Tabela 5 –	Racionalidade Limitada – compartilhamento de informações .....	91
Tabela 6 –	Racionalidade Limitada – tipo de informação mais importante .....	92
Tabela 7 –	Oportunismo .....	92
Tabela 8 –	Oportunismo – bases dos relacionamentos .....	93
Tabela 9 –	Comparativo de fatores influenciadores na ovinocultura da mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul .....	93

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ADAC</b>	- Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã
<b>AGREGAR</b>	- Programa Estadual Desenvolvimento, Coordenação e Qualidade do Sistema Agroindustrial da Carne
<b>ARCO</b>	- Associação Brasileira de Criadores de Ovinos
<b>CEPAN</b>	- Centro de Estudos e Pesquisa em Agronegócios
<b>CISPOA</b>	- Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal
<b>EMATER</b>	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EMBRAPA</b>	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>ECT</b>	- Economia de Custos de Transações
<b>FAO</b>	- Food and Agriculture Organization
<b>FARSUL</b>	- Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
<b>FEPAGRO</b>	- Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
<b>IBGE</b>	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>LDL</b>	- Low Density Lipoprotein – lipoproteína de baixa densidade
<b>MAPA</b>	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MDIC</b>	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
<b>NEI</b>	- Nova Economia Institucional
<b>SEAPI</b>	- Secretaria da Agriculturas, Pecuária e Irrigação
<b>SEBRAE</b>	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SENAR</b>	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>SIF</b>	- Sistema de Inspeção Federal
<b>SIM</b>	- Sistema de Inspeção Municipal
<b>TCT</b>	- Teoria dos Custos de Transação
<b>UFLA</b>	- Universidade Federal de Lavras
<b>UFPEL</b>	- Universidade Federal de Pelotas
<b>UFRGS</b>	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>ULBRA</b>	- Universidade Luterana do Brasil
<b>UNIPAMPA</b>	- Universidade Federal do Pampa
<b>UP</b>	- Unidade Produtiva

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>ABSTRACT</b> .....	vii
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	viii
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	ix
<b>LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	x
<b>SUMÁRIO</b> .....	xi
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>1</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>3</b>
<b>3. OBJETIVOS</b> .....	<b>6</b>
3.1. OBJETIVO GERAL .....	6
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	6
<b>4. ESTRUTURA DA TESE</b> .....	<b>7</b>
<b>5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>8</b>
5.1. ECONOMIA INSTITUCIONAL .....	9
5.1.1. NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL .....	10
5.1.2. ECT – PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS .....	15
5.1.2.1. RACIONALIDADE LIMITADA .....	15
5.1.2.2. OPORTUNISMO .....	17
5.1.3. ECT – CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS TRANSAÇÕES .....	19
5.1.3.1. ESPECIFICIDADE .....	19
5.1.3.2. INCERTEZA .....	20
5.1.3.3. FREQUÊNCIA .....	21
5.1.4. GOVERNANÇA .....	22
<b>6. PANORÂMICA DA OVINOCULTURA</b> .....	<b>26</b>
6.1. OVINOCULTURA NO MUNDO .....	26
6.2. OVINOCULTURA NO BRASIL .....	27
6.3. OVINOCULTURA NO RIO GRANDE DO SUL .....	29
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>32</b>
<b>ARTIGO I</b> .....	<b>32</b>
<b>PANORAMA ORGANIZACIONAL E INSTITUCIONAL DA OVINOCULTURA DE CORTE NO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	<b>32</b>

1.	INTRODUÇÃO.....	34
2.	MATERIAL E MÉTODOS .....	36
3.	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	37
	A Carne Ovina .....	47
	Abates Inspeccionados no Rio Grande do Sul .....	49
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>57</b>
	<b>ARTIGO II .....</b>	<b>57</b>
	<b>CARACTERÍSTICAS PRODUTIVAS E SOCIOECONÔMICAS DA OVINOCULTURA NA MESORREGIÃO SUDESTE DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL.....</b>	<b>57</b>
1.	Introdução.....	60
2.	Material e Métodos .....	62
3.	Resultados e Discussão .....	64
3.1.	Perfil socioeconômico dos produtores .....	65
3.2.	Características da propriedade.....	66
3.3.	Características do rebanho.....	68
3.4.	Condicionantes produtivas .....	72
3.5.	Características de comercialização .....	73
4.	Conclusões.....	74
	<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>78</b>
	<b>ARTIGO III .....</b>	<b>78</b>
	<b>CARACTERÍSTICAS DAS TRANSAÇÕES E PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS NOS DIFERENTES MERCADOS DA OVINOCULTURA NA MESORREGIÃO SUDESTE DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>78</b>
1	INTRODUÇÃO.....	80
2	MATERIAL E MÉTODOS .....	81
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	83
3.1	Fatores Caracterizadores das Transações.....	84
3.1.1	Fator Condicionante - Especificidade dos Ativos.....	85
3.1.2	Fator Condicionante - Frequência .....	86
3.1.3	Fator Condicionante - Incerteza .....	87
3.1.4	Fator Condicionante – Racionalidade Limitada .....	89
3.1.5	Fator Condicionante – Oportunismo.....	91
3.2	Características das Estruturas de Mercado.....	92
4	CONCLUSÕES .....	93
	<b>CAPÍTULO V.....</b>	<b>99</b>

<b>CONCLUSÃO GERAL.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>103</b>
<b>APÊNDICE “A” – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS APLICADO AOS PRODUTORES.....</b>	<b>108</b>

# CAPÍTULO I

## 1. INTRODUÇÃO

O potencial da ovinocultura no Brasil é promissor, sobretudo no segmento carne, onde há demanda reprimida (VIANA, 2012; SOUZA et al., 2012). Na Região Sul do Brasil os rebanhos ovinos vem mantendo-se estáveis com graduais oscilações positivas na última década (IBGE, 2014). Por um lado, o desempenho produtivo destes animais pode ser melhorado se houver utilização de níveis tecnológicos racionais, principalmente os relacionados com alimentação, melhoramento genético, manejo, instalações e sanidade. Por outro lado, ao aumentar a oferta com produto de qualidade e com a cadeia produtiva organizada (insumos, produção, abate, processamento, distribuição, comercialização), espera-se aumento de consumo e consolidação do segmento. Corrobora também no fortalecimento da ovinocultura de corte a mudanças de hábitos alimentares, pois significativa fatia da população busca alimentos com sabor diferenciado e mais saudáveis. A carne ovina possui características próprias de sabor e maciez, de excepcional valor biológico e aceitabilidade por consumidores exigentes (OSÓRIO et al., 2009).

O Rio Grande do Sul é precursor na produção de proteína de origem animal de alta qualidade, dado a vocação inata e histórica dos produtores rurais. Nas últimas décadas os ovinocultores reduziram seus plantéis em virtude da baixa dos preços internacionais da lã e muitos se voltaram para cruzamentos com propósito carne (SILVEIRA, 2008). No entanto, esta reconversão poderia ter trazido melhores vantagens econômicas caso a organização da cadeia produtiva estivesse mais fortalecida.

No que pese ser o Rio Grande do Sul um tradicional criador de ovinos, possuir o maior rebanho nacional da espécie, contar com uma diversificada e alta genética, ter condições excepcionais de clima, topografia, forrageiras e vegetação ideais aos pequenos ruminantes, mesmo assim o segmento tem participação secundária no agronegócio, muito por conta de carência de estudos que contemplem a cadeia produtiva da ovinocultura de corte de forma abrangente.

Sorio (2009) e Viana (2012) estudaram as relações entre as organizações e o ambiente institucional do setor ovino (com ovino carne no Mato Grosso do Sul e o impacto da crise na lã no Rio Grande do Sul e Uruguai, respectivamente), onde salientam a importância da investigação sistematizada, detectando gargalos e obtendo sinalizadores de uma maior competitividade da cadeia produtiva, no caso, ovinocultura de corte.

Atualmente há demandas de ovinocultores às novas técnicas produtivas e administrativas, bem como há necessidade de oferecer às organizações, técnicos extensionistas e aos agropecuaristas em geral, um elenco de soluções tecnológicas geradas pela pesquisa e estudos consistentes no diagnóstico, potencialidades e perspectivas em ovinocultura de corte específicas ao Rio Grande do Sul – com inferências em todos os elos da cadeia produtiva – ao mesmo tempo em que devem ser criadas alternativas para agricultura familiar na otimização de suas atividades, de forma sustentável econômica e ambientalmente adequada.

O enfoque que desenvolvemos neste Trabalho de Tese estará alicerçado na Nova Economia Institucional (NEI), mormente na Economia dos Custos de Transações (ECT), com aprofundamento nas formas organizacionais - estruturas de governança (microeconomia) teorizadas por Coase (1937) e Williamson (1975; 1985; 1996). Para tanto, na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, produtora de ovinos, detectaram-se elementos recorrentes e predominantes de determinados pressupostos comportamentais na produção e comercialização da carne ovina, tais como oportunismo e racionalidade limitada, bem como as características das transações, no que se referem às especificidades dos ativos, a frequência das transações e as incertezas nos vários elos desta cadeia. Também observamos o ambiente institucional e os aspectos contratuais. Desta forma, intentamos trazer à luz elementos relacionados coordenação produtiva, bem como análise das transações dos diferentes mercados praticados pelo ovinocultor.

Por se tratar de uma região tradicional em ovinocultura, sobremaneira agora nos últimos anos quando a mesorregião Sudeste Rio-grandense se destaca com propósito na produção de carne e dada a carência de estudos neste segmento nesta região, entendemos serem necessários estudos que investiguem e analisem esta cadeia produtiva da ovinocultura de corte para sua organização e fortalecimento.

## 2. JUSTIFICATIVA

O consumo de carne ovina no Brasil anda é muito baixo - estimado em menos de 1,0 kg per capta (IBGE, 2014) - enquanto que na Europa e países Árabes varia de 4,0 a 8,0 kg (OECD/FAO, 2015). No entanto, observa-se expansão de consumo, sobretudo nas grandes cidades por conta de oferta em supermercados e restaurantes, pois fatia significativa da população busca alternativas de produtos mais saudáveis e saborosos. Osório et al. (2009) salientam as propriedades da carne de cordeiro jovem como sendo uma excelente fonte de proteínas, contendo aminoácidos essenciais, baixa concentração de lipídios e de gordura saturada. É caracterizada por ser mais macia e rosada, textura lisa, consistência firme e quantidade de gordura adequada, sendo que esta gordura é rica em ácidos graxos monoinsaturados que ajudam a reduzir os níveis de colesterol LDL (Low density lipoprotein) no sangue, conhecido como colesterol ruim.

Segundo Gouveia (2003), o sistema agroindustrial da ovinocultura no Brasil apresenta estrangulamentos tecnológicos e não tecnológicos em seus diversos segmentos: produção, processamento, insumos, pesquisa, defesa sanitária, extensão e fomento, o que torna necessários levantamentos e pesquisas que visem a geração de padrões que permitam o desenvolvimento da atividade dentro dos atuais e dos futuros padrões de exigência mercadológica, com fundamentação essencialmente científica.

A mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul apresenta condições favoráveis à produção de ovinos. Na última década, exatamente esta região foi a que apresentou maiores crescimentos dos rebanhos ovinos com propósito carne (SILVA et al., 2013). Os municípios que constituem a região Sudeste Rio-grandense alicerçam sua economia essencialmente proveniente da agropecuária. Constatações feitas por órgão de extensão rural e pelas Secretarias Municipais de Agricultura, sinalizam para um cenário favorável a pesquisas, desenvolvimento, implementação e difusão da ovinocultura de corte, dado as características topográficas, clima e vegetação da região. Bem como distribuição fundiária e vocação, ratificado pelo censo agropecuário (IBGE, 2006) e Pesquisa Pecuária Municipal de 2014 (IBGE, 2014), onde próximo de 50% dos estabelecimentos pecuários da região possuem atividades em ovinocultura. Faz-se necessário, portanto, estudo sistematizado e



validado neste emergente Sistema Local de Produção Pecuária, diagnosticando e criando canais de capacitação aos diversos atores e introduzindo boas práticas de manejo produtivo e comercialização.

Para que os agricultores familiares contribuam e usufruam satisfatoriamente do desenvolvimento regional, se faz necessário que as entidades governamentais, de ensino e pesquisa, bem como outros setores, se empenhem no sentido de desenvolver projetos que estabeleçam um conjunto de ações, visando sensibilizar os vários componentes da cadeia produtiva e a sociedade em geral, dos benefícios e da importância econômica e social destes produtos, por se constituírem em alternativa de geração de trabalho e renda para os agricultores familiares, contemplando o item segurança alimentar (BARROS & TARTAGLIA, 2003).

Holanda Júnior (2008) salienta que para que a ovinocultura de corte possa contribuir de forma mais acentuada na economia local como geração de renda, torna-se necessário que a tecnologia e a organização da produção sejam adotadas de forma integrada em todos os segmentos, além da produção especificamente

(manejo alimentar, sanitário, reprodutivo, escrituração zootécnica, etc.), mas também em administração rural, noções básicas de meio ambiente, abate, logística de distribuição e comercialização.

Dentre o conjunto de teorias que compõem a Nova Economia Institucional (NEI), a Teoria dos Custos de Transação (TCT) é a principal, sendo que Zylbersztajn (1995) ratifica-a no sentido de que a Economia dos Custos de Transação (como também é denominada) permite formular e testar hipóteses a respeito da organização de sistemas em geral e de *agribusiness* em particular, com possibilidades de aplicação em coordenação e competitividade de sistemas produtivos.

A Nova Economia Institucional foi teorizada por Coase (1937) e aprofundada por Williamson (1975, 1985, 1996), este último consolidando a Teoria dos Custos de Transação. Estes autores trouxeram à tona propostas inovadoras nas teorias econômica das organizações, informação, direitos de propriedade e custos de transação, apresentando-se como uma perspectiva teórica contemporânea para análises organizacionais (ZYLBERSZTAJN, 1995). Partindo de sua principal teoria, a Economia dos Custos de Transação, a NEI salienta a importância do ambiente institucional como fator de contingência das organizações. O ambiente institucional

pode ser composto por regras informais, tais como: sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta - bem como pelas regras formais: constituições, leis, direitos de propriedade. Por esse diferencial, a NEI é utilizada com o argumento de que é mais eficiente que teorias econômicas tradicionais, por considerar fatores até então negligenciados, especialmente no que se refere ao comportamento dos indivíduos/agentes.

A Nova Economia Institucional considera as organizações como uma relação entre agentes, realizada por meio de contratos, ou seja, considera não somente os custos de produção, mas também outros tipos de custos, principalmente aqueles associados às transações e ao funcionamento dos mercados (SORIO, 2010).

Neste sentido, tendo como objeto de estudo a ovinocultura de corte, delimitado à mesorregião da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, considerando o crescimento dos rebanhos ovinos com este propósito nesta região e, por conta disso, desencadeando novos processos de organizações entre produtores, faz-se necessários estudos que analisem custos relacionados aos pressupostos comportamentais, bem como os relativos às características de tais transações, identificando problemas a serem refletidos à luz da teoria econômica, contribuindo para entendimento do segmento produtivo e das transações dos diferentes mercados ovinícola regional.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. OBJETIVO GERAL**

Analisar as características produtivas e das transações e suas condicionantes na cadeia produtiva de ovinos de corte na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul

#### **3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Caracterizar o ambiente organizacional e institucional da ovinocultura de corte no Rio Grande do Sul;
- Criar e validar instrumento de pesquisa específico à cadeia produtiva em ovinocultura de corte;
- Descrever as características produtivas e socioeconômicas da ovinocultura na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul;
- Analisar as transações nos diferentes mercados da ovinocultura na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul.

#### **4. ESTRUTURA DA TESE**

Esta tese é composta por cinco capítulos, sendo que neste primeiro capítulo apresentamos a introdução, justificativa, bem como o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho e, esta estruturação.

A seguir apresentamos a fundamentação teórica, onde são abordados os conceitos da economia institucional e da nova economia institucional, bem como de governança. Na sequência, são descritos os pressupostos comportamentais da economia dos custos de transação (racionalidade limitada e oportunismo) e as características das transações (especificidade, frequência e incerteza).

Ainda dentro do primeiro capítulo é apresentada uma panorâmica da ovinocultura – no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul.

O segundo capítulo é composto por artigo formatado e submetido à Revista Organizações Rurais & Agroindustriais – discorrendo sobre o panorama organizacional e institucional da ovinocultura de corte no Rio Grande do Sul.

No terceiro capítulo anexamos o artigo que aborda as características produtivas e socioeconômicas da ovinocultura na mesorregião Sudeste do RS – trabalho submetido à Revista de Economia e Sociologia Rural.

No quarto capítulo, é apresentado o artigo com foco na análise das transações dos diferentes mercados da ovinocultura na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul – submetido à Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.

Por fim, no capítulo cinco, são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

Ao final são descritas as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa, assim como o apêndice com o instrumento/questionário semiestruturado criado e utilizado.

## 5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para que determinada atividade seja inserida no agronegócio regional ou ampliada nacionalmente é necessário que se estabeleça uma visão sistêmica, com enfoque de cadeia produtiva, onde todos os atores ou segmentos se articulem de forma coordenada, se contrapondo a uma visão mais conservadora de unidades independentes (SOUSA, 2004). Também para os produtos de origem animal, esse enfoque sistêmico deverá estabelecer ações ao longo de toda cadeia, seguindo os padrões de exigência do mercado, através da regulamentação da oferta, do preço, da qualidade e expansão de novos produtos derivados. Medeiros (2003) salienta que essa missão não será atingida com ações concentradas, especificamente, na produção ou na agroindústria e somente será cumprida se as ações que se desenvolvem nessa cadeia produtiva tiverem um mínimo de coordenação. Farina & Zylbersztajn (1994) afirmam que essa coordenação se baseia no processo de transmissão de informação, estímulos e controle ao longo da cadeia produtiva de forma a responder com mudanças no ambiente competitivo.

Ainda na primeira metade do século passado, Ronald Harry Coase lançava as bases da Nova Economia Institucional (NEI) e da Teoria da Firma (COASE, 1937), entendendo “firma” como organizações que produzem e vendem bens e serviços, contratam e utilizam fatores de produção.

A Teoria dos Custos de Transação (TCT) é o ramo da NEI que subsidia elementos teóricos relativos aos mecanismos de transações efetuadas entre as firmas (COASE, 1937; WILLIAMSON, 1985). Para Tigre (2005) e Silva & Brito (2013), o surgimento da NEI advém da evolução do pensamento econômico neoclássico, onde era questionada a concorrência perfeita e a racionalidade, em combinação ótima com recursos disponíveis no mercado e maximização do lucro.

Richeti & Santos (2000) salientam que firma, na economia neoclássica, é definida como uma função de produção de construção tecnológica, enquanto a teoria dos custos de transação define a firma como uma estrutura de governança, de construção organizacional.

## 5.1. ECONOMIA INSTITUCIONAL

No início do século XX emerge, na literatura econômica contemporânea, o termo/conceito de Institucionalismo ou Economia Institucional a partir dos escritos de Thorstein Veblen, assim como de John Rogers Commons e Wesley Clair Mitchel (CONCEIÇÃO, 2001), aceito, hoje, como antigo institucionalismo norte-americano.

A denominação do termo Economia Institucional foi utilizada primeiramente por Walton Hale Hamilton, em 1919, no artigo *The Institutional Approach to Economic Theory* (HAMILTON, 1919), onde discorre sobre novas abordagens em estudos institucionais abrangentes, bem como, busca compreender o processo evolucionário que implica na formação do comportamento econômico proporcionado pelas instituições.

Essa corrente teve seu apogeu nos anos 1920 e 1930, influenciando, significativamente, as medidas tomadas à época dos programas implementados nos Estados Unidos que objetivavam a recuperação e reforma da economia norte-americana dando assistência aos prejudicados pela Grande Depressão.

Originalmente, seu foco reside na dicotomia formulada por Veblen, que consiste na oposição entre os comportamentos cerimoniais (produzidos pelas instituições) e os comportamentos industriais (produto da tecnologia), sendo esses últimos fatores de progresso.

Além disso, os institucionalistas incorporaram do pragmatismo uma concepção de indivíduo na qual o comportamento é função das crenças e dos hábitos, bem como, em alguns casos, dos instintos.

Segundo Hodgson (1998) a matriz da Escola Institucionalista passa a ter uma linha de pensamento oposta ao neoclassicismo, com vínculos ao evolucionismo (HODGSON, 1993) e, para Dugger (1988), em vários aspectos semelhante ao marxismo.

Também Samuels (1995) corrobora em ser oposta ao neoclassicismo, por conta da falha do pensamento neoclássico estar no individualismo metodológico, que trata os indivíduos como independentes, auto subsistentes, com suas preferências dadas, enquanto que, na realidade, os indivíduos são cultural e mutuamente interdependentes, o que implica analisar o mercado do ponto de vista

do coletivismo metodológico. Além de que, o conceito de mercado é uma metáfora para as instituições que formam, estruturam e operam através dele.

Por outro lado, o institucionalismo é conectado ao evolucionismo, tanto que Hodgson (1993) salienta que Veblen, em 1899, posiciona-se na forma de que a vida do homem em sociedade, assim como vida de outras espécies, é uma luta pela existência e, conseqüentemente, é um processo de seleção adaptativa. A evolução da estrutura social tem sido um processo de seleção natural de instituições.

Também, Conceição (2001) ratifica que Veblen, assim como Schumpeter procuravam em seus programas de pesquisa, implicitamente explorar a aplicação de ideias da biologia às ciências econômicas.

#### 5.1.1. NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A partir dos anos setenta do século XX ocorrem avanços com enfoques econômicos mais qualificados e heterogêneos, advindos de uma ampla gama de autores, com diversificação de ideias e caráter interdisciplinar (CONCEIÇÃO, 2003). Por um lado, alguns destes enfoques se alinhavam ao *mainstream* do institucionalismo, por outro lado se percebe certo distanciamento do pensamento institucionalista neoclássico de Veblen, Commons e Mitchel (HODGSON, 1994; CONCEIÇÃO, 2007). Estas novas contribuições passaram a ser reunidas no que se denomina de Nova Economia Institucional (NEI) que, embora seja predominantemente orientada por uma abordagem econômica, busca combinar contribuições de diferentes disciplinas (economia, direito, administração ciência política, sociologia e antropologia) para explicar a natureza, funcionamento e evolução de uma ampla variedade de instituições. Entre os seus principais objetivos está a investigação da funcionalidade econômica e propriedades de eficiência de diversos tipos de arranjos institucionais (leis, contratos, formas organizacionais), bem como das motivações econômicas que desencadeiam e/ou influenciam processos de mudança institucional.

Quanto aos custos que envolvem as transações, é consenso entre os estudiosos em microeconomia, que o trabalho primevo é de Ronald Coase, com o artigo *The nature of the firm* (COASE, 1937), com a Economia dos Custos de

Transação (ECT), também estudada/denominada como Teoria dos Custos de Transação (TCT), sendo esta, a principal teoria da Nova Economia Institucional.

Os trabalhos de Coase (1937) deram origem à importante parte da economia que são os custos de transação. Tais estudos, da época, e os que vieram a seguir, procuraram compreender por que as firmas (empresas ou organizações) são responsáveis pela própria produção de bens e serviços ou optam por sua terceirização. A unidade de análise deixa de ser o mercado e passa a ser a transação. Desta forma, em vez da maximização dos lucros, os objetivos passam a ser o de minimizador dos custos nas transações.

Os custos de transação são os custos totais associados a uma transação, executando-se o mínimo preço possível do produto. Assim sendo, a análise de transações visa obter eficiência na gestão dessas transações. As transações e os custos, em se recorrer ao mercado, são exatamente os principais determinantes da forma de organização das empresas produtoras de bens ou serviços.

Embora a Nova Economia Institucional tenha sua origem alicerçada no conceito da Teoria da Firma, de Coase (teoria da produção / teoria dos custos / teoria dos rendimentos), outros dois americanos, Douglas North (macroinstitucionalismos) e Oliver Williamson (microinstitucionalismos) consolidaram a NEI.

Sendo assim, a Nova Economia Institucional advém da evolução e desdobramento em dois ramos. Um deles, representado por North, que busca entender, de forma abrangente, como se formam instituições. Este ramo, originalmente voltado à história e à teoria, visa estudar as trajetórias que as economias percorreram ao longo do tempo, fornecendo explicações para a configuração atual das instituições buscando, assim, formular uma teoria da dinâmica econômica (por isso macroinstitucionalista). Por outro lado, o ramo representado Oliver Williamson, é focado mais no comportamento individual das firmas e do indivíduo, por isso microinstitucionalista, denominado Economia dos Custos de Transação. Este ramo tem como objetivo entender como se formam e se modificam as estruturas de governança, ou seja, o conjunto de instituições que permite que um determinado tipo de transação se realize de forma contínua.

Os dois níveis analíticos da NEI são o ambiente institucional e as estruturas de governança. O ambiente institucional contempla as macroinstituições e é a base



das interações entre os seres humanos (são as regras, as leis, o governo em si). Já as estruturas de governança abarcam as microinstituições, que regulam as transações especificamente (entre empresas/firmas e os contratos).

Os alicerces da Nova Economia Institucional, para Williamson (1995), estão tanto na sociologia econômica (abordando questões de contratos, leis, normas, costumes, convenções, etc.), por ele denominado de ambiente institucional, como também pela teoria econômica, através dos mecanismos de governança. Assim, análise em nível micro, inserida ao macro, juntas formam condicionantes e determinantes às tomadas de decisão quanto ao tipo de organização, ou governança a ser adotada em uma firma, cadeia produtiva, cadeia de suprimentos, ou organizações em geral.

Williamson (1975) e North (1990) consubstanciaram a NEI, onde está inserida a Economia dos Custos de Transação (ECT), desencadeando trabalhos pioneiros e referenciais, proporcionando estudos e aplicações no âmbito teórico e prático dentro de diversos contextos organizacionais. Tais trabalhos proporcionaram compreensão em padrões que estão implícitos dentro das organizações, entre estas o agribusiness - seja nos aspectos ligados aos contratos, integração vertical e outras formas de governança de sistemas produtivos.

Zylbersztajn (1995) salienta que a teoria fundamental de ECT considera que estruturas eficientes de governança, ou seja, minimizadoras de custo, são resultado do alinhamento destas aos atributos das transações, sob definidos pressupostos comportamentais. Os atributos fundamentais das transações são: frequência, incerteza e especificidade dos ativos tecnicamente associados a uma ou a um conjunto de transações.

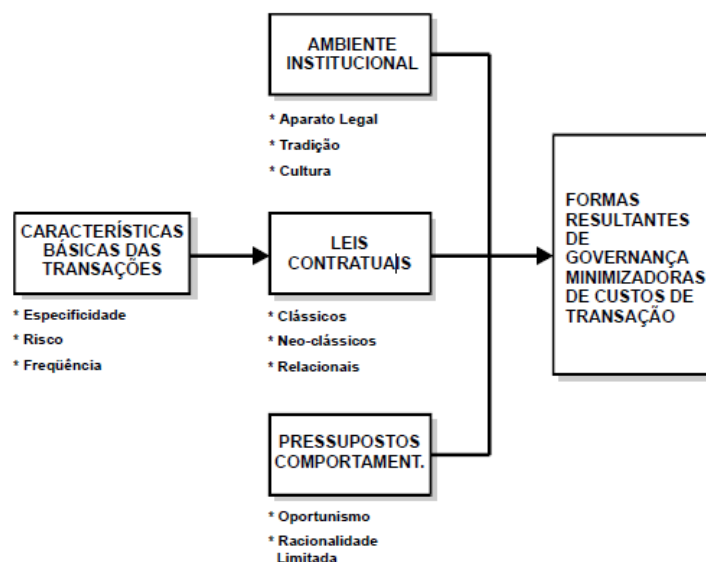
Para estudo de determinada cadeia produtiva, se faz necessário detectar a forma organizacional (estrutura de governança), i.e. a forma de coordenação que está sendo praticada. Para Williamson (1991), estas formas organizacionais decorrem de como se dá a questão dos incentivos, controles administrativos, adaptação e tipos de contratos. Comumente o conceito de coordenação vem acompanhando da noção de cadeia produtiva, onde se procura identificar quais as formas organizacionais predominantes.

Uma melhor coordenação entre agentes diminui custos incidentes sobre estes agentes (BATALHA & SCRAMIM, 1999), dado os conflitos serem minimizados

e com melhor adaptação do ambiente. Com a finalidade de reduzir custos de transação, os agentes fazem uso de mecanismos apropriados para regular uma determinada transação. Farina e Zylbersztajn (1994) conceituam a coordenação como a habilidade de transmitir informação, estímulos e controle ao longo das etapas sequências que integram o conjunto de atividades necessárias para atender o mercado. Da mesma forma, Arbage (1994) conceituou coordenação como a habilidade de transmitir informação, estabelecer medidas de orientação e assistência, conduzir estímulos e implementar medidas de controle ao longo das etapas sequências de produção, visando adequar os objetivos de eficiência da cadeia de suprimentos aos interesses do consumidor.

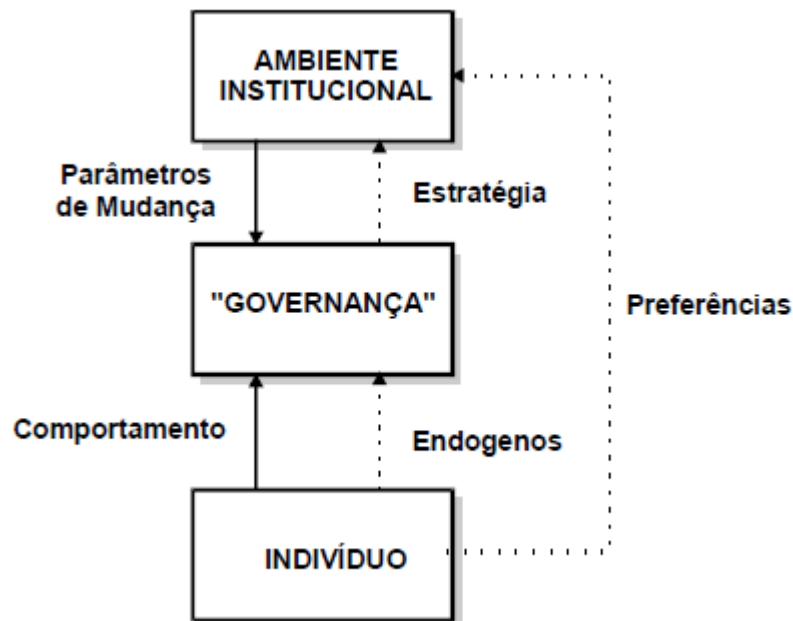
Williamson (1985; 1991) salienta que a ECT define que as formas organizacionais são resultantes de pressupostos comportamentais (racionalidade limitada e oportunismo) e das características básicas das transações (especificidades de ativos, frequência das transações e incerteza) – esquematizadas nas figuras 1 e 2. Além destes fatores a ECT observa, ainda, o ambiente institucional (tradição, cultura e aparato legal) e aspectos contratuais (clássico, neoclássico e relacional).

**Figura 1- Esquema de Indução das Formas de Governança**



Fonte: ZYLBERSZTAJN (1995)

**Figura 2- Esquema de Relações Institucionais**



Fonte: ZYLBERSZTAJN (1995), adaptado de Williamson (1993)

Williamson (1985), aprofundando-se em microeconomia, caracteriza a ECT em três formas organizacionais ou estruturas de governança: mercado, hierárquica e híbrida. Cada uma destas formas possui mecanismos específicos de coordenação. A economia que trata dos custos de transação procura dar entendimento do porque de determinadas firmas serem responsáveis pela própria produção de bens e serviços ou optarem por terceirização.

A transação é conceituada, por Williamson (1993), como a transformação de um bem ao longo de interfaces tecnologicamente separáveis. Quanto aos custos de produção e transação, estes são considerados pela ECT como sendo em tal particular uma generalização da teoria neoclássica da firma (ZYLBERSZTAJN, 1995), onde a unidade analítica é a própria transação, o que torna esta teoria especialmente hábil para o estudo dos sistemas em agronegócios.

A teoria dos custos de transação parte do pressuposto que a firma (empresa / organização) não possui apenas custos de produções, mas também os custos de transações. Custos estes de negociação, redação e garantia de cumprimentos de contratos. Então, transações econômicas consistem em transferências de produtos e/ou serviços entre estágios tecnologicamente distintos. De forma que, quando a empresa necessita recorrer ao mercado para conseguir insumos, serviços ou equipamentos, tais custos são acrescidos conforme o ambiente competitivo e as

características da transação, podendo haver mudanças nos custos de transação (COASE, 1937; WILLIAMSON, 1975; NORTH, 1992; ARBAGE, 2004).

Há custos de transação *ex-ante*: que consiste no preparo, negociação e salvaguardas de um acordo; e custos *ex-post*: que são os ajustamentos e adaptações quando a execução de um contrato é afetada por falhas, erros, omissões e alterações inesperadas. Em suma, são os custos de conduzir o sistema econômico (Williamson, 1979).

Williamson (1971, 1985, 1996) apresentou, através da ECT, um modelo organizacional bem adequado a uma dada transação (GONÇALVES, 2008) ao dividir em duas categorias analíticas que se relacionam com os custos de transação, quais sejam: a) Pressupostos Comportamentais (racionalidade limitada e oportunismo); b) Características Básicas das Transações (especificidade dos ativos, incerteza e frequência).

#### 5.1.2. ECT – PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS

A Teoria dos Custos de Transação tem como pressupostos básicos a racionalidade limitada e o oportunismo nas ações dos agentes econômicos. Tais pressupostos provocam o surgimento de custos de transações, dadas determinadas competências cognitivas dos agentes e suas e motivações.

##### 5.1.2.1. RACIONALIDADE LIMITADA

Racionalidade limitada é um termo/princípio preconizado por Herbert Simon, em 1957, onde reconhece os limites da capacidade dos agentes econômicos em formular e resolver problemas complexos em face da realidade (CONCEIÇÃO, 2000).

O conceito de racionalidade limitada leva à reflexão de que a racionalidade plena não existe no mundo real e o ser humano não é capaz de raciocinar e processar as informações com a precisão e a destreza que a Teoria Econômica pressupõe. As pessoas, muitas vezes, não conseguem solucionar e finalizar os problemas pela sua complexidade e pelas incertezas que ocorrem no mundo real (SIMON, 1979). A noção de que o comportamento humano enfrenta limitações,

mesmo que agindo de forma racional. Para Simon, essas limitações possuem embasamentos, quais sejam: neurofisiológicos - os quais balizam a capacidade humana de processar e acumular informações; e de linguagem - que restringem a capacidade de transmitir informações. Essas limitações fazem com que os contratos não consigam prever todos os possíveis acontecimentos e comportamentos (MARCH e SIMON, 1975).

Fica claro para Conceição (2000) do porquê da abordagem de Simon sobre a racionalidade limitada uma vez que, em função de limites, tanto neurofisiológicos, quanto de linguagem, tornam-se por demais onerosas as adaptações às sucessivas eventualidades futuras não previsíveis. Por essa razão, os contratos de longo prazo precisam se antecipar a eles por meio da organização interna, tal que permita à firma adaptar-se às incertezas, mediante processos administrativos de forma sequencial. Assim, ao invés de antecipar todas as circunstâncias possíveis, ou seja, contrato completo, a própria organização interna economiza os atributos de racionalidade limitada, tomando decisões em circunstâncias nas quais os preços deixam de serem estatísticas suficientes e a incerteza assume a devida importância.

No entanto, Williamson (1985) foi quem distinguiu os três níveis de racionalidade das teorias econômicas: forte, fraca e semi-forte – onde: a) racionalidade forte (tida como maximização) assume que os indivíduos são capazes de absorver e processar toda a informação disponível e, assim, agirem de modo a maximizarem seus objetivos seja utilidade, lucro, receita ou qualquer outro similar; b) racionalidade fraca (tida como orgânica) em que os contratos são incompletos, mas também são míopes, no sentido de que seus elementos não são desenhados com a finalidade de lidar com essa incompletude, antecipando problemas *ex-post*; c) racionalidade semi-forte (limitada) que é um dos pressupostos empregados pela ECT, onde os atores econômicos são intencionalmente racionais, mas, devido às limitações de natureza cognitiva, apenas parte do conjunto de conhecimentos e informações consegue ser processados individualmente.

Também, Williamson (1979; 1993) definiu custos de transação como custos *ex-ante* de preparar, negociar e salvaguardar um acordo, bem como custos *ex-post* dos ajustamentos e adaptações quando a execução de um contrato é afetada por falhas, erros, omissões e alterações inesperadas. Em suma, são os custos de conduzir o sistema econômico.

Portanto, assumindo-se a racionalidade limitada, os contratos serão intrinsecamente incompletos, na medida em que será impossível aos agentes prever e processar todas as contingências futuras relativas ao contrato. Conseqüentemente, alguns elementos de uma transação qualquer não são contratáveis *ex-ante* (FARINA et al, 1997).

Os indivíduos são cientes da necessidade de adaptações e negociações contratuais *ex-post*. Como consequência, indivíduos agem com o objetivo de contornar as lacunas características de todo contrato. Por isso, incluem salvaguardas contratuais para melhor lidar com problemas inerentes de incompletude dos contratos (WILLIAMSON, 1985).

Isto posto, tendo a Racionalidade Limitada como um pressuposto da ECT, entendemos ser uma das maiores contribuições, pois opôs-se ao que propunha a economia neoclássica onde os indivíduos eram tidos plenamente racionais, podendo prever e tomar sempre as melhores decisões.

#### 5.1.2.2. OPORTUNISMO

Outro elemento essencial em que as partes envolvidas enfrentam por ora da realização de determinada transação e que possuem característica de pressuposto comportamental é o oportunismo, onde Williamson (1985) definiu como uma ação intencional em que os agentes econômicos buscam os seus próprios interesses nas transações, agindo em benefício próprio aproveitando-se de lacunas ou omissões contratuais em detrimento dos parceiros. Salienta que a ideia central relacionada ao oportunismo diz respeito ao padrão de orientação que o indivíduo estabelece para a busca do seu próprio interesse e que termina por se refletir no padrão de relacionamento entre os agentes econômicos.

Conceição (2007) interpreta o pressuposto comportamental oportunista como sendo uma manifestação da fraqueza da própria razão e consiste na busca do auto interesse com astúcia. Continua, portanto, a economia dos custos de transação e a organização industrial definem o ambiente institucional – e, conseqüentemente, as instituições -, que orienta o processo de tomada de decisões, em um meio permeado por incerteza, racionalidade limitada e oportunismo, com vistas à redução dos custos de transação.

Williamson (1985) sustenta que o oportunismo é a busca pelo interesse próprio com dolo. Isto inclui algumas formas mais flagrantes, tais como a mentira, o roubo e o engano, mas não se limita a elas.

O oportunismo compreende também algumas formas sutis de engano. Incluem-se, neste caso, as formas ativas e passivas e os tipos *ex-ante* e *ex-post* (WILLIAMSON, 1985).

Oportunismo *ex-ante* repousa no comportamento pré-contratual que surge em um mercado no qual existe produtos com diversos graus de qualidade que não são facilmente identificáveis pelos consumidores. Dessa forma, há um nivelamento de preço pelo valor mais baixo, desestimulando os produtores a oferecerem bens de qualidade superior, por não ser percebida no mercado resultando em um problema de seleção adversa.

O oportunismo *ex-post* consiste no comportamento pós-contratual no qual uma das partes envolvidas na transação possui uma informação privada e dela pode tirar proveito em prejuízo da outra parte, acarretando um risco moral (*moral hazard*). Constata-se, portanto, que a assimetria de informações coloca em vantagem quem dispõe da informação mais precisa.

Gonçalves (2008) detecta com clareza os pressupostos da ECT, quanto a existência de três níveis de busca do interesse próprio. A forma mais forte é exatamente o oportunismo. A forma semi-forte é a simples busca do interesse próprio, sem, portanto, artifícios de qualquer natureza. A terceira possibilidade é a obediência. Visto que se assume a possibilidade de haver comportamento oportunista entre agentes econômicos e que a teoria aponta que há uma relação direta entre custos de transação e oportunismo, o desafio colocado é: verificar o padrão comportamental dos agentes a partir do nível de confiança mútua avaliado pelos mesmos e os mecanismos de coordenação estabelecidos com o objetivo de mitigar esse fenômeno.

No que pese Zylbersztajn (1995) ter ressaltado que nem todos os indivíduos têm atitudes oportunistas, este salienta que basta um ter essa atitude para ser necessária a utilização de contratos - demandando tempo e custos para seu monitoramento.

### 5.1.3. ECT – CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS TRANSAÇÕES

#### 5.1.3.1. ESPECIFICIDADE

Especificidade de ativos é uma das características básicas das transações que Williamson (1975) detectou. São elementos que não podem ser reutilizados ou realocados em outra atividade sem que ocorram perdas de valor em sua nova modalidade de uso.

Zilberstajn (1995) evidencia que o mais importante indutor da forma de governança é representado pela especificidade dos ativos, uma vez que ativos mais específicos estão associados a formas de dependência bilateral que irá implicar na estruturação de formas organizacionais apropriadas.

Williamson (1985; 1996) salienta e ratifica que na ECT ocorrem, pelo menos, seis tipos distintos de especificidade de ativos, quais sejam:

- i.* Especificidade local ou de sítio - ocorre quando uma determinada exploração exige que outra, normalmente complementar (horizontal ou verticalmente) em termos de matéria-prima, se localize próximo;
- ii.* Especificidade física - ocorre quando um determinado produto exige um dado padrão de matéria-prima necessário à produção;
- iii.* Especificidade humana - relaciona-se ao capital de conhecimentos idiossincráticos necessários para a produção de um dado produto;
- iv.* Especificidade de ativos dedicados à produção - ocorre no caso em que uma estrutura produtiva ou um determinado processo de produção é exigido para a produção de um dado produto;
- v.* Especificidade de marca - ocorre quando se exige que uma marca específica represente todos os produtos advindos da cadeia de suprimentos. Isso faz com que haja necessidade de exclusividade no fornecimento da matéria-prima por parte de uma organização na cadeia;
- vi.* Especificidade temporal - está presente quando um determinado produto apresenta características de perecibilidade ou qualquer outra condição que implique a necessidade de consumo em um determinado período de tempo.



Fica claro que, a especificidade de ativos se refere a quanto o investimento no ativo é específico para a atividade e quão custosa (ou quanto se perde) numa utilização alternativa ou em outra opção (Williamson, 1985; Klein et al, 1990). Portanto, quanto maior a especificidade de ativos de uma transação, maiores os custos de transação do item.

Zylbersztajn (1995) salienta que, se o nível de especificidade do ativo estiver em um patamar baixo, as negociações far-se-ão via mercado (lei contratual clássica). Se, por outro lado, o nível de especificidade dos ativos aumentar, adicionam-se custos ao processo de renegociação, tendendo a contratos neoclássicos ou relacionais, que são mais eficientes em governança hierarquizada ou híbrida.

#### 5.1.3.2. INCERTEZA

Knight (1921), já na década de 1920, diferenciava risco de incerteza, sendo esta um estado em que não existem bases válidas ou experiência passada para determinar a probabilidade de uma ocorrência específica, enquanto que risco é considerado como uma probabilidade mensurável. No entanto, tanto Coase (1937) como o próprio Knight reconhecem ser a incerteza uma consequência do ambiente externo como razão de existência da firma. Justificam a firma como um método para organizar a produção, economizando custos decorrentes das falhas de mercado.

Também Gonçalves (2008) afirma que a incerteza se relaciona com a imprevisibilidade das atitudes posteriores dos agentes econômicos e com o desconhecimento de elementos relacionados ao ambiente econômico e institucional, de forma que não dá para calcular o que acontecerá no futuro. No campo organizacional, a fonte fundamental de incerteza decorre exatamente do suposto de racionalidade limitada.

A teoria econômica dos custos de transação preconizada por Williamson (1985) ressalta as três naturezas da incerteza:

- i.* Incerteza primária: este tipo se refere às informações relacionadas às alterações no âmbito institucional como, por exemplo, alterações em determinados padrões comportamentais dos consumidores ou mesmo

modificação de leis, que apresentam influência direta ou indireta na transação em questão;

- ii.* Incerteza secundária: este aspecto se caracteriza pelo desconhecimento, geralmente por falta de comunicação adequada, que emerge na tomada de decisão no que tange às estratégias ou aos planos feitos pelos concorrentes;
- iii.* Incerteza conductivista: é a incerteza que decorre do desconhecimento do padrão de comportamento dos parceiros com os quais uma determinada organização realiza suas transações.

Graus de incertezas se referem à menor ou maior confiança dos agentes na capacidade de antecipar acontecimentos futuros. Dificuldades em formular previsões confiáveis acerca do desenrolar dos acontecimentos econômicos tendem a levar ao estabelecimento de relações contratuais que operacionalizem ajustes e negociações, visando reduzir custos de transação que estariam por vir.

Ainda, Arbage (2004), salienta que do conjunto de restrições e condicionantes indicados pela teoria surgem incertezas e riscos nas transações. – onde risco é um elemento que pode ser calculado e estabelecido seu grau de probabilidade de ocorrência. Já a incerteza, por outro lado, é um evento não previsto e, portanto, não pode ser mensurado. A incerteza passa, então, a ser considerada como uma real fonte de custo de transação.

Portanto, quanto maior o grau de incerteza que envolva uma transação presente ou futura, maior é a tendência do aumento de seus custos, agravado mais ainda quando há assimetria de informação, pela possibilidade de comportamento oportunista.

#### 5.1.3.3. FREQUÊNCIA

Segundo Zylbersztajn (1995), a frequência das transações é uma variável importante e determinante no modo de governança. Para transações com elevado grau de recorrência, existe maior possibilidade de retorno a investimentos associados a estruturas com altos níveis de especificidade de ativos. Para transações ocasionais com baixo grau de especificidade nos ativos envolvidos, o

mercado é suficiente para prover os incentivos necessários para a efetivação da transação.

Para Arbage (2004), a influência da frequência com a qual a transação se realiza sobre a complexidade da relação contratual associada é relativamente óbvia, na medida em que, dificilmente, será economicamente justificável desenvolver instituições sofisticadas para interações que só ocorrem raramente, ou até mesmo em uma única oportunidade.

Custos de transação são influenciados pela frequência com que uma transação ocorre, desde que esta frequência seja internalizada numa etapa produtiva, sem perda de eficiência relacionada à escala (RICHETTI & SANTOS, 2000). Custos fixos podem e tendem a reduzir-se quando é criada uma estrutura de manutenção de transações frequentes (NEVES, 2009).

#### 5.1.4. GOVERNANÇA

O termo governança tem aplicações em vários campos do conhecimento tais como política, geografia, economia, etc. e pode ter várias interpretações conforme o enfoque da área abordada. Por sua vez, Kjaer (2004) decodificou etimologicamente a palavra governança, que é originada do grego *kubernân*, que vem a ser pilotar/conduzir (utilizado na definição de um sistema de regras / ato de governar homens) – que deu origem, no latim medieval, *gubernare* (com a mesma conotação de conduzir ou elaborar regras). O mesmo autor salienta que na obra *Concise Oxford Dictionary* o termo fora utilizado como sinônimo de governo (government), onde governança é o ato ou maneira de governar o “posto” ou função de governo, ao passo que governar é administrar ou controlar com autoridade (estar no governo). Daí que a derivação de governança advém de governo, onde, inclusive, o Banco Mundial (2000) define governança como a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, visando o desenvolvimento e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções. Já, Rosenau (2000) salienta que a governança é um fenômeno bem mais amplo que governo, pois, abrange além de instituições governamentais, também mecanismos informais – de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação

tenham uma conduta determinada, satisfazendo suas necessidades, tendo respostas às suas demandas, produzindo resultados eficazes.

Levamos em consideração que está implícito na palavra governança o elemento positivo de uma boa governança. Dado que uma “má governança” seria simplesmente a “ausência” de governança. Tanto que Zilbersztajn (1995) salienta que para a compreensão de uma determinada cadeia produtiva em agronegócios faz-se necessário analisar seu modo de organização, sendo este determinado pela governança, que organiza e acompanha as transações, além de verificar o cumprimento dos contratos.

Para Williamson (1996), a governança vem a ser a estrutura institucional na qual a integridade de uma transação, ou um conjunto de transações, é decidida. No tanto há custo de *governance*, ou custo de coordenação, para cada tipo (forma) de estrutura de governança.

As estruturas de governança, conforme Williamson (1985), podem ser de três formas: via mercado, hierárquicas e mistas ou híbridas.

- **ESTRUTURA VIA MERCADO:** a transação se resolve em um ponto de tempo, não havendo compromisso de repetição de futuro e envolve baixa especificidade estabelecida por preços. Neste caso, o nível de incentivo às partes é grande, uma vez que respondem imediatamente as condições vigentes no mercado. A forma via mercado se dá basicamente por meio do sistema de preços e está associada a contratos do tipo clássico (compra e venda no mercado).
- **ESTRUTURA HIERÁRQUICA:** igualmente conhecida como integração vertical, corresponde à incorporação da transação para dentro dos domínios da firma, o que permite lidar com situações complexas indescritíveis em nível contratual, limitando a possibilidade dos potenciais problemas surgirem acompanhados de comportamentos oportunistas, ou seja, a organização hierárquica acontece quando a empresa decide internalizar o segmento de atividade que vem imediatamente a jusante e a montante de sua atividade principal estabelecendo-se, assim, a propriedade total dos ativos envolvidos (integração vertical – produção por conta própria), com controle hierárquico gerencial de estágios sucessivos de produção, tecnologicamente separáveis entre si. O próprio Williamson (1991) salienta que ao passar para a forma hierárquica de

governança, a empresa estará aumentando seu poder impositivo sobre a estrutura do sistema produtivo, tendo como consequência um incremento nos custos burocráticos envolvidos nos processos.

- **ESTRUTURA HÍBRIDA:** determinada pela autonomia entre as partes envolvidas nas transações, porém, com certo grau de dependência bilateral, lastreada em contratos e/ou acordos de diversos tipos de intensidade, nas quais, ambas as partes se relacionam simultaneamente. As formas híbridas são vistas como promissoras, em função de proporcionarem equilíbrio entre a competição e cooperação, reduzindo custos, inclusive os de transação, orientando relacionamentos no longo prazo. A forma de organização do tipo híbrida envolve contratos complexos e arranjos de propriedade parcial de ativos que, por sua vez, criam uma dependência bilateral entre as partes (produção em parceria com outras firmas). Jank (1996) e Wysocki e Peterson (1997) trazem exemplos com contratos de longo prazo, comércio recíproco, contratos de distribuição, alianças estratégicas, franquias, etc. caracterizando-os como forma híbrida. Já Monteverde e Teece (1982) denominaram esta forma organizacional como intermediária ou de quase integração.

Para Saes (2000), conceitualmente governança envolve a relação social entre atores econômicos. Ela representa a forma pela qual estes atores se organizam para poder direcionar o funcionamento de uma dada atividade. No agronegócio, ela pode ser observada através da estruturação e coordenação de cadeias de produção, onde há o constante relacionamento entre os agentes de cada cadeia e fora dela, permitindo o intercâmbio de informações entre os atores e o ambiente institucional no qual estão inseridos, determinando, portanto, o modo de organização da produção.

Segundo Williamson (1996), uma estrutura de governança é um conjunto de instituições (regras) inter-relacionadas capazes de garantir a integridade de uma transação ou uma sequência de transações, sendo incluídos nessas regras os mecanismos de incentivo para os membros agirem no sentido desejado pela organização e de controle de suas ações.

Segundo Brisola e Botelho Filho (2010), as instituições, como prescritas por North (1990), são as regras do jogo e, dessa forma, estabelecem o funcionamento

dos *players* (as firmas). São, portanto, as instituições que determinam a estrutura de governança estabelecida, por exemplo, em uma cadeia de produção agroindustrial e, ainda, como será seu arranjo funcional e sua interação com os outros agentes da mesma cadeia e fora dela.

Além das Instituições, a Nova Economia Institucional resgata outras abordagens que são essenciais para a compreensão sobre a governança em cadeias de produção, tais como a Economia dos Custos de Transação e os Direitos de Propriedade (ZYLBERSZTAJN, 1995).

A Economia dos Custos de Transação apresenta como pressuposto básico a noção de que existem custos nas transações (custos inerentes ao sistema econômico, bem como na preparação, negociação, ajustamentos, adaptações e execução de contratos entre firmas) e que, portanto, não devem ser ignorados (ZYLBERSZTAJN, 1995). A assimetria de informações é um dos componentes que devem ser considerados na análise dos custos de transação e ocorre, na maioria dos casos, quando uma das partes envolvidas no contrato detém maior número de informações que a outra.

Considerando estas premissas e a associando à governança, é importante mencionar que a eficiência nas relações negociais fica comprometida quando a assimetria de informação entre os agentes é elevada, o que pode gerar custos de transação expressivos para uma ou para ambas as partes. No caso de uma cadeia de produção agroindustrial, onde as atividades tendem a ser bastante diferente entre os setores (elos), a governança pode se apresentar bastante complexa, permitindo a presença de uma elevada assimetria de informação, trazendo consequências danosas ao sistema.

Em uma cadeia de produção agroindustrial, percebe-se expressivo aumento nos custos de transação provocado pela assimetria de informações e a complexidade em sua governança, especialmente entre agentes de um mesmo setor. Uma associação ou cooperativa de pequenos agricultores pode apresentar limitações na eficiência de sua governança devidas, inclusive, ao não isomorfismo gerencial entre os atores. As características inerentes a sua atividade, suas propriedades ou a sua própria habilidade gerencial – resultante de seu nível de instrução e formação – elucidam esse fato.

## 6. PANORÂMICA DA OVINOCULTURA

Os ovinos (assim como as cabras) foram as primeiras espécies de animais domesticados pelo homem com propósitos em suprir suas necessidades alimentares, pelo consumo da carne e do leite e, também, como proteção no uso da lã e da pele como abrigo contra as intempéries (GAUTIER, 1990; SIMMONS & EKARIUS, 2001). Isto se deu há aproximadamente 10.000 anos, quando os homens se estabeleceram em comunidades de base agrícola.

Segundo catalogação da Oklahoma State University (2015), existem 320 raças de ovinos (*Ovis aries*) sendo criados em todos os continentes com os mais diversos propósitos (lã, pêlo, leite, carne, dupla finalidade = lã e carne, ou até de tripla finalidade = lã, carne e leite).

Na sequência é apresentada, sucintamente, ovinocultura mundial, nacional e do Rio Grande do Sul.

### 6.1. OVINOCULTURA NO MUNDO

Atualmente a criação de ovinos, tanto à exploração econômica como à subsistência, é praticada em todos os continentes, pois a espécie possui capacidade de adaptação a diferentes climas, vegetações e relevos (VIANA, 2008).

Segundo a FAO (2015), o somatório de todas as cabeças ovinas no mundo, em 2014, monta 1.195.624.522 – sendo que dez países abarcam mais de 50% deste total, liderados pela China (16,30%), Austrália (6,07%) e Índia (5,26%). Outros países referenciais, que desenvolveram raças especializadas em lã ou carne, como os do Reino Unido e a Nova Zelândia, tem suas participações percentuais mundiais abaixo dos 3% no rebanho mundial (FAO, 2014). Outros países, também tradicionais e que adotam técnicas produtivas de alta produção, como o Brasil, este com o 18º rebanho com maior número de cabeças (1,47% do total), assim como a Argentina, com seu rebanho de mais de 12 milhões de cabeças (25º). O Uruguai detém a 42ª colocação, participando com seu rebanho de 7.427.000 (0,62%).

Quanto à produção e consumo de carne ovina, o mercado mundial vem crescendo nos últimos anos por conta do reconhecimento, cada vez maior, da qualidade da carne de animais jovens. A China também lidera a maior produção,

com o montante de 2.184.000 ton., não sendo, no entanto, suficiente para suprir seu consumo, necessitando importações (SANTOS, 2012). No entanto, Austrália, que produziu em 2014, 720.600 ton. e Nova Zelândia, com 487.143 ton., vem logo a seguir e são os países produtores tradicionais e potencialmente exportadores para os mercados mais demandantes, a União Europeia e os Estados Unidos. O Brasil figura como 26º colocado em volume mundial de produção de carne ovina em 2014, com 85.903 ton..

No consumo de carne ovina, as maiores quantidades per capita são dos asiáticos, Mongóis e tadjiques (Tajiquistão), com 45,63 e 25,5 kg respectivamente, seguidos pela Islândia, com 21,12 kg e Nova Zelândia, com 18,91 kg/cabeça/ano. Entretanto, o consumo médio mundial está abaixo de 2,0 kg per capita (FAO, 2014). Reino Unido (4,49 kg), França (3,28 kg) e Espanha (2,16 kg) têm sido os países europeus com maior consumo médio nos últimos anos. Já, em países referenciais e tradicionais em ovinocultura, como Austrália e Uruguai, o consumo médio é de 9,87 kg e 8,23 kg de carne ovina per capita.

Conforme salientando por Viana (2008), o grande desafio da ovinocultura mundial está em elevar o consumo da carne ovina e abastecer, principalmente os grandes centros mundiais, como Estados Unidos, Canadá, México - onde o consumo médio está abaixo de 1,0 kg per capita - e na União Europeia, onde esta é uma carne muito apreciada e valorizada, por serem os maiores importadores de carne ovina/caprina (360 mil ton. em 2013) (FAO, 2015).

## 6.2. OVINOCULTURA NO BRASIL

O rebanho ovino brasileiro vem apresentado, na última década, um crescimento moderado, porém constante. No período de 2005 e 2015, o efetivo de cabeças ovinas cresceu 18,10% (IBGE, 2016), totalizando 18.410.551 animais distribuídos por todo o país.

No que pese observar esta retomada do crescimento da população de ovinos nos últimos anos, o setor enfrentou grandes desafios durante a década de 1990. No início daquela década o rebanho nacional de ovinos contava com mais de 20 milhões de animais, já em 1998 regrediu 30%, chegando a 14.268.387 cabeças.



Ao nos determos somente nos números absolutos de cabeças de ovinos totais no Brasil nas últimas quatro décadas (IBGE), deparamo-nos praticamente com a mesma quantidade de animais, exceto nos anos de 2005, ou seja, tanto em 1975, como nos anos de 1985, 1995 e 2015, o efetivo permeia 18 milhões de cabeças. O que ocorreu, segundo Viana (2008) é que a redução drástica salientada no parágrafo anterior fora devido à queda do rebanho da região Sul, ocorrida em meados da década de 1990, correspondente ao decréscimo acentuado do número de animais do Rio Grande do Sul, o estado com maior número de cabeças, que fora afetado pela crise internacional da lã que, com a baixa rentabilidade, desistiram da atividade. Por outro lado, houve aumento dos rebanhos de ovinos em outras regiões (Nordeste e Centro-Oeste), de animais adaptados ao clima tropical, basicamente pertencente a raças deslanadas e produtoras de carne e peles.

O Brasil apresenta potencial para produzir e competir com os maiores produtores de carne ovina do mundo (MADRUGA, 2005), pois dispõe de material genético, extensão territorial, vegetação e clima excepcionais, além de relativa mão-de-obra barata – produzindo animais a baixo custo. Por tudo, a ovinocultura tende a ser uma atividade promissora no agronegócio brasileiro, tanto no abastecimento do mercado interno, como potencial exportador de carne de qualidade.

Dentre os vários produtos que a espécie ovina produz, os principais são a lã e carne. A lã, como citado anteriormente sofreu forte impacto negativo por conta da gradual substituição por fibras sintéticas. Já a carne, vem apresentando demandas constantes nos últimos anos, pois o consumo da carne de cordeiro nos grandes centros já não se restringe somente aos períodos das festas de fim de ano e, sim, durante o ano inteiro.

Segundo Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE,2015), os três maiores rebanhos de ovinos nacionais estão, primeiramente, no Rio Grande do Sul, com 24,6% do efetivo nacional, com 3.957.275 cabeças, seguido pelo rebanho do estado da Bahia (16,9%) e do Ceará (11,9%). Regionalmente, o somatório dos rebanhos dos nove estados do Nordeste aloja 60,55% do rebanho de ovinos do Brasil, na sequência está a região Sul, com 26,49% (basicamente composto pelo rebanho gaúcho). Já, a região Centro-Oeste participa do plantel nacional com 5,58% e as regiões Sudeste e Norte, com 3,80% e 3,56%, respectivamente.

Quanto à produção de carne ovina, mais especificamente abates inspecionados pelo Sistema de Inspeção Federal, monitorado pelo Ministério da Agricultura (MAPA, 2015), na última década houve um decréscimo acentuado, pois em 2006 foram processadas 228.516 ton., enquanto que no ano de 2016 atingiu um total de 64.215 ton. Por outro lado, a agregação via importação de carne ovina, de carcaças e animais vivos, basicamente do Uruguai, para abastecimento do mercado interno, aumentou em mais de 197% (FAO, MAPA, MDIC, 2014), pois de 2.980 ton. em 2004, evoluiu para 8.857 ton. em 2013.

Além dos abates sob inspeção federal, distribuem-se pelo país frigoríficos com fiscalização estadual e também municipal. No entanto, Sorio (2009) salienta que um dos maiores gargalos para o desenvolvimento da cadeia produtiva da ovinocultura de corte são os abates sem fiscalizações. Para o autor, op. cit., estima-se que apenas 8% dos ovinos abatidos no Brasil ocorram sob fiscalização e de forma legalizada.

Quanto ao consumo de carne ovina no país, para Sório (2008), as informações que possam determinar com precisão, são esparsas e pouco confiáveis, por conta do elevado nível de autoconsumo nas propriedades rurais e no fornecimento direto ao consumidor. Silva (2002) estimou em 0,7 kg/per capita, próximo às estimativas da divulgadas pela FAO (2015) que é 0,63 kg. Variações regionais de consumo são notáveis. No Rio Grande do Sul o consumo de carne ovina sobressai-se por uma tradição cultural, sendo estimada em 2,9 kg por habitante (SORIO, 2008).

### 6.3. OVINOCULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

Segundo Viana et al. (2013), a criação de ovinos no estado do Rio Grande do Sul, teve sua origem e ampla disseminação principalmente pela metade Sul do estado. Nesta região a ovinocultura vivenciou desenvolvimento econômico, com auge durante as décadas de 1950 e 1960 a partir dos altos preços da lã no mercado internacional. A partir dos anos 1970, a atividade sofreu com o fechamento de cooperativas de lã e os créditos subsidiados do governo federal, que foram direcionados em apoio à agricultura, resultando uma grave crise na ovinocultura, culminada na década de 1990. A crise na ovinocultura lanífera deveu-se também, à

intensa entrada de tecidos sintéticos no mercado têxtil, o que levou muitos produtores a desistir da atividade, causando redução drástica no rebanho (BOFFIL, 1996).

O Rio Grande do Sul sempre se destacou por produzir, basicamente, todo o volume de lã brasileira. Desde 1974, quando o IBGE disponibiliza dados oficiais de quilos de lã produzida por estado e totalizado no país (IBGE, PPM, 2015), o RS sempre produziu acima de 90% do volume total de lã do país (nos anos 80 – na casa de 98%). Verifica-se, também, que o número de animais esquilados no Brasil, sobremaneira, estão no Rio Grande do Sul, decorrente por possuir o maior rebanho nacional de ovinos, com características de serem de raças lanadas, como a Merino Australiano e Ideal (lã especializada), bem como a raça Coriedale (duplo propósito).

Após a crise observada no setor laneiro, com a conseqüente redução do número de animais, a ovinocultura gaúcha vem passando por um processo de reestruturação, com a introdução de raças especializadas à produção de carne, como alternativa para o setor. Esta transição, do sistema produtivo laneiro para o sistema de produção de cordeiros para abate, o produto carne é estimulado e passa a ser o propósito principal na exploração econômica em ovinocultura (PIRES et al., 2014).

O número de cabeças de ovinos no Rio Grande do Sul chegou a representar 66% de todo o rebanho nacional em meados da década de setenta, quando o efetivo era de 12.4980.066 de cabeças em 1974 (IBGE, PPM, 216). Nos anos seguintes, as reduções do rebanho gaúcho foram constantes, até atingir, em 2005 o menor número de cabeças (3.732.997). Na última década, a quantidade de ovinos no estado do Rio Grande do Sul vem mantendo-se estável, com graduais oscilações positivas chegando em 2014, conforme dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE com 4.223.266 cabeças, ou seja, 24% do rebanho nacional.

Em termos de mercado, atualmente, a carne é o produto de maior significância da ovinocultura, tanto que Pires et al. (2014), detectaram o interesse e a tendência dos criadores de ovinos do Rio Grande do Sul em mudar o propósito de seus rebanhos. Ao acompanhar a participação de animais de raças especializadas para produção de carne, nas exposições agropecuárias entre os anos 1970 a 2010, o que era 0,8%, com o passar dos anos, atingiu 75,64%, sobremaneira as raças Texel, Ile de France, Suffolk, Hampshire Down e Dorper.

Conforme salientado anteriormente, a ovinocultura no Rio Grande do Sul, mesmo após a crise da lã nas décadas de 1980 e 1990, continua mantendo o maior rebanho do país e é uma importante atividade econômica baseada em raças lanadas. No que pese o decréscimo de abates sob inspeção federal (SIF), o estado ampliou de 74% para 81% de todos os abates realizados no país entre 2006/2015, processando, neste último ano, 52.127 ton. (MAPA, 2016).

Segundo Viana (2008), os maiores frigoríficos para abate de ovinos localizam-se no Rio Grande do Sul. Também neste estado, nos últimos anos, vários empreendimentos frigoríficos se habilitaram ao abate de ovinos, tanto com inspeção estadual (CISPOA) como inspeção municipal (SIM). Conforme banco de dados da Secretaria Estadual da Agricultura do Rio Grande do Sul (SEAPI, 2014), em 2013, havia 27 frigoríficos credenciados junto ao Programa Agregar Carnes – RS com o rigor do sistema de inspeção estadual, onde foram responsáveis pelo abate/processamento de 105.418 cabeças ovinas.

A atividade em ovinocultura no Rio Grande do Sul é bastante favorável dada às características topográficas, de clima, solo e vegetação da região, além de possuir peso em agregado histórico e tradicional (BORBA, 2009). Para Canozzi et al (2013), o futuro da atividade em ovinocultura de corte no estado é promissor, considerando as mudanças nos sistemas produtivos – padronização do rebanho, escala de produção e eficiência produtiva – e diferenciação de produto para alcançar nichos específicos de mercado. No entanto, este processo sofre, ainda, vários problemas de organização que a cadeia produtiva precisa contornar (PIRES et al., 2014).

## **CAPÍTULO II**

### **ARTIGO I**

#### **PANORAMA ORGANIZACIONAL E INSTITUCIONAL DA OVINOCULTURA DE CORTE NO RIO GRANDE DO SUL**

Submetido à Revista Organizações Rurais & Agroindustriais

Universidade Federal de Lavras / UFLA

Departamento de Administração e Economia

## **PANORAMA ORGANIZACIONAL E INSTITUCIONAL DA OVINOCULTURA DE CORTE NO RIO GRANDE DO SUL**

### **RESUMO**

O rebanho de ovinos no Brasil vem mantendo-se estável na última década, com graduais oscilações positivas. A ovinocultura de corte é uma importante atividade agroindustrial fornecedora de proteína de alta qualidade, geradora de emprego e renda, onde o estado do Rio Grande do Sul mantém o maior rebanho nacional de ovinos. Este trabalho descritivo é alicerçado em pesquisa exploratória de natureza qualitativa e quantitativa sobre dados secundários de órgãos públicos oficiais. O ambiente institucional é contemplado via políticas de Estado através do Fundo de Desenvolvimento da Ovinocultura. Organizacionalmente os ovinocultores, através de cooperações ou associações, têm se empenhado em produzir animais com padronização exigida pelo mercado consumidor. Na metade sul do Rio Grande do Sul está alojado 84,4% do rebanho gaúcho, sendo que a mesorregião Sudoeste é a que fornece o maior número de animais para abate e a mesorregião Sudeste tem se destacado com o número de pequenas e médias propriedades específicas à ovinocultura de corte. Análise de banco de dados dos abates inspecionados na última década evidencia concentração de abates em frigoríficos com inspeção federal, no entanto, grandes empresas frigoríficas têm diminuído o número de plantas de abate no estado. A oferta e abate de ovinos é de 34,8% nos meses de novembro, dezembro e janeiro, sendo o restante diluído durante o ano. A tendência de mercado de ovino carne tende a crescer, desde que sejam melhoradas as interações entre os elos envolvidos.

**Palavras-chave:** carne ovina; governança; indústria frigorífica.

### **Organizational overview and institutional meat sheep in Rio Grande do Sul**

#### **ABSTRACT**

The flock of sheep in Brazil has remained stable over in the last decade, with gradual positive oscillations. The cutting sheep industry is an important agro-industrial activity provider of high quality protein, generating employment and income, where the state of Rio Grande do Sul maintains the largest national sheep flock. This descriptive work is based on exploratory research of qualitative and quantitative nature of secondary data from official government

agencies. The institutional environment is contemplated via state policies through the Sheep Development Fund. Organizationally sheep farmers through cooperations or associations have been engaged in producing animals with standardization required by the market. In the southern, half of Rio Grande do Sul is housed 84.4% of the gaucho flock, and the south-west middle region that provides the largest number of animals for slaughter and meso Southeast has been highlighted with the number of small and medium-specific properties the court sheep industry database. Slaughtering's database analysis inspected in the last decade shows concentration slaughter in slaughterhouses under federal inspection, however, large slaughterhouses have decreased the number of slaughtering plants in the state. The supply and slaughtering of sheep is 34.8% in the months of November, December and January, the remainder being diluted during the year. The sheep meat's market trend tends to grow, since the interactions are improved between the links involved.

**Key words:** lamb; governance; meatpacking industry.

## 1. INTRODUÇÃO

O potencial e a importância da ovinocultura no Brasil têm sido motivo de análises econômicas e sociais em várias regiões do território brasileiro. Análises que contribuam para o entendimento e organização nas regiões produtoras/processadoras se fazem necessárias frente à crescente representação desta atividade fornecedora de proteína de origem animal, geradora de renda e emprego tanto no campo como na indústria, bem como distribuição e comercialização desta carne. A cadeia produtiva ovina brasileira é bastante promissora, sobretudo no segmento carne, onde há demanda reprimida (VIANA, 2012; JORIS; VILPOUX, 2013).

A ovinocultura no Rio Grande do Sul, mesmo após a crise da lã nas décadas de 1980 e 1990, continua mantendo o maior rebanho do país com uma totalização nacional, em 2014, de 17.614.454 cabeças e o Rio Grande do Sul conta com próximo de 25% do rebanho, ou seja, 4.223.266 cabeças (IBGE, 2014). A criação de ovinos no Rio Grande do Sul é uma importante atividade econômica e é baseada em ovinos de raças de carne, laneiras e mistas, adaptadas ao clima subtropical, onde se obtém os produtos lã e carne (VIANA, 2008a). Em 2012 o consumo nacional total de carne ovina foi na ordem de 89 mil ton. (FAO, 2015). No que pese o consumo interno desta carne ser considerado baixo em relação às carnes bovina,

suína e aves, mesmo assim há necessidade de importação para atender a demanda nacional, basicamente do Uruguai e Argentina (SOUZA; SOUZA; CAMPEÃO, 2012).

Segundo Souza, Souza e Campeão et al. (2012), a carne ovina proveniente do Uruguai tem destino aos grandes centros consumidores das capitais brasileiras. Desta forma, ficam claras as oportunidades que a cadeia produtiva ovina nacional dispõe para melhor inserção e desenvolvimento deste mercado.

Na grande região do bioma Pampa, também denominada metade sul do Rio Grande do Sul, foi onde teve início e ocorreu o maior desenvolvimento da ovinocultura nacional no século XX. Nesta região se concentra 84,42% do rebanho gaúcho (IBGE, 2014), sendo mais de dois milhões de cabeças nas microrregiões da campanha gaúcha (mesorregião Sudoeste Rio-grandense), fronteira agrícola de terras férteis e também muito utilizadas no plantio de grãos (arroz irrigado e soja), assim como bovinocultura de corte.

Já as microrregiões Serras do Sudeste e Jaguarão, que fazem parte da mesorregião do Sudeste Rio-grandense, também possuem tradição em ovinocultura, mas apresentam topografia mais acidentada, solos mais rasos e estrutura fundiária predominantemente de pequenas e médias propriedades (IBGE, 2006). Na última década, exatamente esta região apresentou maiores crescimentos dos rebanhos ovinos (IBGE, 2014) e 50% dos estabelecimentos atuam na atividade ovina – com mais de milhão de cabeças, foi onde Silva et al. (2013) constataram que 52% destes animais são de aptidão carne.

O presente artigo tem por objetivo trazer a luz o panorama organizacional e institucional da ovinocultura no Rio Grande do Sul, na última década, relacionando-os com os dados da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI) que agrega informações de abate de ovinos em frigoríficos com inspeção municipal, estadual e federal no mesmo período.

O trabalho está estruturado em quatro seções. Após a introdução, ora apresentada, expomos os aspectos metodológicos, onde é discorrida a técnica de pesquisa utilizada. Na sequência, apresenta-se a seção com os resultados e discussão, segmentada em tópicos específicos, ou seja, ambiente organizacional e institucional da ovinocultura no Rio Grande do Sul, seguido pelo que infere sobre as características da carne ovina e potencialidades de comercialização e, os abates inspecionados no Rio Grande do Sul. Por fim, apresentamos considerações acerca da evolução da ovinocultura do Rio Grande do Sul e perspectivas de estudos.



## 2. MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada é baseada em pesquisa exploratória de natureza qualitativa, quantitativa e descritiva que permitiram aos autores ampliar a experiência em torno da problemática de estudo que, conforme Gil (2002), proporciona maior familiaridade com o problema e torna-o mais explícito, possibilitando identificação de fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de certos fenômenos.

A descrição produtiva, organizacional e institucional da ovinocultura abrange panoramicamente todo o Rio Grande do Sul, contudo, concentrou-se a produção da metade sul do estado. O foco nesta região advém da tradição da ovinocultura na mesorregião Sudoeste (campanha gaúcha) e do grande potencial para o incremento da produção na mesorregião Sudeste (Serra do Sudeste), com relação à carne ovina.

Para o presente estudo foi realizada pesquisa através de revisão bibliográfica específica, com o objetivo de identificar os fatores relacionados com o tema ovinocultura de corte e aproximar-se aos estudos teórico-práticos para melhor compreensão do objeto estudado. Utilizaram-se dados secundários disponibilizados por órgãos públicos oficiais como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e SEAPI (Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação), assim como de formas de organizações produtivas exitosas através de cooperações e associações.

Utilizou-se um banco de dados do Programa Estadual de Desenvolvimento, Coordenação e Qualidade do Sistema Agroindustrial da Carne, intitulado AGREGAR-RS CARNES da SEAPI, onde foram minerados os dados contidos em 27.857 observações entre os anos 2005 e 2013, com 16 variáveis que incluíam a razão social da indústria frigorífica, status de inspeção oficial, sexo do animal, quantidade de animais abatidos, peso, preço, data de abate, município de origem, município de abate, estes últimos agrupados em micro e mesorregiões. Para as análises, efetuaram-se as devidas análises descritivas clássicas, utilizando-se do pacote software Microsoft Excel. Da SEAPI coletaram-se, ainda, dados e informações sobre políticas públicas estaduais.

Os rebanhos e propriedades rurais com atividade na ovinocultura, por municípios, foram quantificados a partir dos dados do IBGE.

Visando detectar os canais de comercialização da carne ovina na região metropolitana de Porto Alegre, contribuindo em subsídios para este trabalho, realizou-se uma pesquisa exploratória investigativa, diretamente nos estabelecimentos de venda de produtos alimentícios, bem como em anúncios nas multimídias e informações de especialistas.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A segmentação desta seção aborda, inicialmente, o ambiente organizacional e institucional da ovinocultura no Rio Grande do Sul, onde, amparado nas teorias e fundamentos da Nova Economia Institucional trazemos à tona os elementos que contribuem na organização do setor e instituições envolvidas. Na sequência discorremos sobre os aspectos e as características da carne ovina e potencialidades de comercialização e, por último, analisamos os abates inspecionados no Rio Grande do Sul monitorado pelo programa oficial do estado.

#### **Ambiente Organizacional e Institucional da Ovinocultura no Rio Grande do Sul**

Estudos de cadeias produtivas devem abordar tanto o ambiente institucional como organizacional. No entanto, Batalha e Silva (2007) salientam que nem sempre estes são considerados, porém são indispensáveis para seu funcionamento e sustentabilidade. Portanto, ambiente institucional e as organizações devem ser incluídas nos estudos que se propõem analisar a cadeia produtiva da ovinocultura de corte, como forma de ampliar a visão do processo. Assim, é possível levar a análise para além do simples fluxo de mercadorias do produtor rural até o consumidor final.

O ambiente institucional é o que constitui o conjunto de regras, definido por muitos autores como “as regras do jogo” (NORTH, 1993). Sendo que estas promovem o desenvolvimento das atividades econômicas, bem como as ações políticas, legais e sociais que governam a base da produção, troca e distribuição (WILLIAMSON, 1996). Este conjunto de regras pode ser formal ou informal. Sendo que as regras formais são as explicitadas por algum poder legítimo, tornando-se obrigatórias e visando manter a ordem e o desenvolvimento de uma sociedade, como por exemplo, os estatutos das organizações e as leis nacionais/estaduais. Já os tabus, costumes, tradições e códigos tácitos de conduta, que são um conjunto de valores transmitidos socialmente, são as regras informais, fazendo parte da herança cultural (SORIO; FAGUNDES, 2009). Rutherford (1994) define que uma instituição é uma regularidade de comportamento ou uma regra que tem aceitação geral pelos membros de um grupo social, que especifica comportamentos em situações pontuais e se autopolicia ou é policiada por uma autoridade externa.

Na esfera governamental, tanto federal como estadual, o ambiente institucional tem editado legislações e normatizações para produção de ovinos, muito em questões de sanidade e classificações de carcaças.

Para Saes (2000), uma mudança no ambiente institucional provoca reações nas organizações e nos indivíduos. Por exemplo, uma tributação favorecida no que se refere a impostos pode estimular determinados frigoríficos a incluírem ou ampliarem abates de ovino proporcionando, em consequência, um maior estímulo para os produtores aumentarem suas escalas de produção. Com maior facilidade de aquisição, oriunda de uma distribuição organizada proporcionada pela indústria formal, os consumidores se beneficiarão por ter maior disponibilidade e frequência da carne ovina em suas opções de cardápio.

As instituições representam a manutenção da ordem e a redução das incertezas nas sociedades (NORTH, 1990). Para o autor, o arcabouço institucional nem sempre é eficiente e redutor dos custos de transação, dado ao fato de que sua estrutura depende da trajetória histórica escolhida pela sociedade (*path dependence*), além de que as organizações e as instituições são agentes diferentes, porém, é a interação entre elas que direciona a mudança institucional. As instituições e suas restrições definem as alternativas e as oportunidades a que os agentes econômicos se sujeitam, favorecendo ou não a elevação dos custos transacionais, de transformação e de lucratividade existentes no sistema econômico (RAMOS, 2013). Demo-nos conta, pois, que o abate inspecionado de ovinos faz parte do ambiente institucional, mas quem estabelece os regramentos, efetivamente, são as organizações

Nos últimos quadriênios no Rio Grande do Sul, cada composição política de governo estadual imprimiu diretrizes objetivando a expansão e a consolidação da ovinocultura, disponibilizando linhas de financiamento e programas de revitalização e estímulo à cadeia produtiva ovina, tanto no segmento de produção (carne, lã ou leite), como industrialização/processamento. Neste sentido, uma política de Estado vem sendo reeditada e ampliada desde 1998 no RS, que é o Fundovinos (Fundo de Desenvolvimento da Ovinocultura do Estado) que, na forma de lei, dispõe sobre a produção, circulação e comercialização da carne ovina e equalização de questões da lã e seus derivados (RIO GRANDE DO SUL, 1998).

Tal fundo vem viabilizando o denominado Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura Gaúcha que, atualmente, contempla seis subprogramas/projetos: a) cordeiro gaúcho certificado; b) melhoramento genético das raças de lã; c) qualificação da lã da raça Merino Australiano; d) melhoramento genético dos reprodutores das raças de lã; e) incremento da ovinocultura leiteira do Rio Grande do Sul; f) esquila *tally hi*<sup>1</sup> (SEAPI, 2014).

---

<sup>1</sup> Técnica de esquila com tesouras elétricas, desenvolvida na Austrália, mais rápida do que a esquila tradicional, permitindo maior conforto para os animais e melhor produto final.

Outra ação pública que vem revertendo em crescimento e qualidade do rebanho ovino no RS tem sido o Programa Mais Ovinos no Campo que objetiva retenção e/ou aquisição de fêmeas ovinas, tanto em idade reprodutiva como as cordeiras (futuras matrizes), visando o aumento do rebanho ovino gaúcho, aumentando a oferta de carne e lã. Para tanto, linhas de crédito do banco público estadual são oportunizadas aos produtores, com baixos juros (2% a.a.), além de flexibilizar pagamentos anuais entre três a cinco anos, com carência no primeiro ano (SEAPI, 2014).

Ainda sobre regras formais na organização institucional da ovinocultura do Rio Grande do Sul, desde 2002 o Programa Estadual de Desenvolvimento, Coordenação e Qualidade do Sistema Agroindustrial da Carne de Gado Vacum, Ovino e Bufalino, conhecido como “Agregar-RS Carnes” foi criado e vem cumprindo seus objetivos, o qual seja o de incentivar o abate realizado sob inspeção sanitária oficial (SIF<sup>2</sup> – CISPOA<sup>3</sup> – SIM<sup>4</sup>) e aumentar o desenvolvimento e a competitividade da cadeia produtiva da carne. As empresas frigoríficas habilitadas têm a concessão de Crédito Presumido de 3,6% sobre o valor da Nota Fiscal de entrada de gado adquirido de produtor do RS e benefício adicional especial de crédito presumido de 4% nas saídas internas, decorrentes de venda ou de transferência para estabelecimento da mesma empresa (SEAPI, 2014).

Para terem-se resultados efetivamente satisfatórios, as interações da cadeia produtiva não dependem apenas das instituições, mas também das ações das organizações, que são entendidas como unidades de tomada de decisão. Para Batalha e Silva (2007), de uma maneira geral as cadeias produtivas podem ser divididas em três macros segmentos: produção de matérias-primas, industrialização e comercialização. A produção pode ser vista como um sistema aberto, em que as fronteiras são permeáveis e permitem trocas com o meio, sua estrutura é percebida como a maneira pela qual seus elos estão integrados internamente. O papel das organizações públicas e privadas é constantemente colocado como central no desenvolvimento de setores produtivos ainda deficientes, através da indução, fomento, coordenação e implantação de atividades econômicas específicas (ZYLBERSZTAJN, 2003).

Já as organizações, congregam grupos de indivíduos vinculados a algum propósito comum ou afinidade em seus objetivos. Esses julgam que ações conjuntas têm um sinergismo

---

<sup>2</sup> Serviço de Inspeção Federal, sistema de controle do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, possibilitando trânsito e comercialização em todo o território nacional e exportação.

<sup>3</sup> Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal, é emitido pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul, permitindo a comercialização entre municípios dentro das fronteiras do estado.

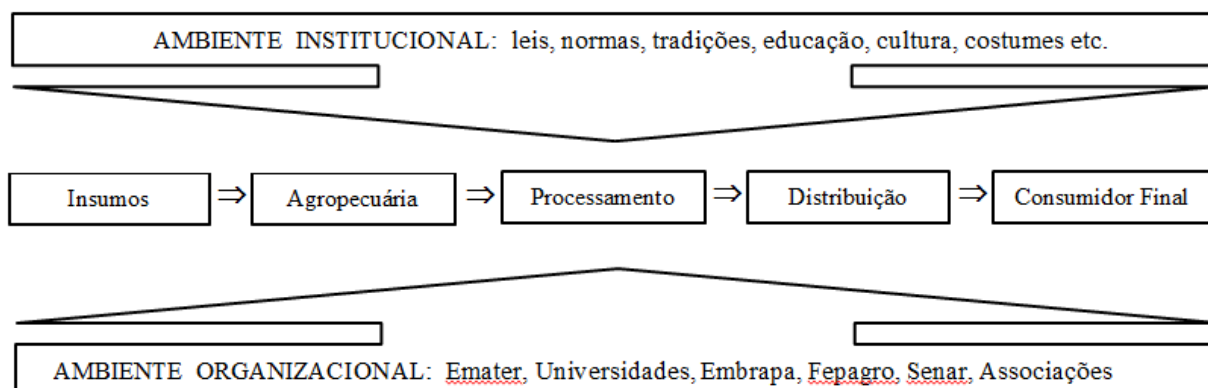
<sup>4</sup> Sistema de Inspeção Municipal, concedido pelas prefeituras, possibilitando a comercialização dentro dos respectivos municípios.

maior do que cada um trabalhando isoladamente, ou seja, a união das ações proporciona maior organização para atingir os objetivos, quando são coordenadas (SATOLANI et al., 2008).

No Rio Grande do Sul, os ovinocultores estão formalmente organizados em núcleos ou associações (comunitárias, municipais, regionais, nacional, de raças, tipo de produto, etc.), e também na forma de cooperativa. Ao mesmo tempo, são inúmeros os órgãos, privados e públicos, de apoio, pesquisa e fomento à ovinocultura: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater-RS); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Pecuária Sul); Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro); Universidades (UFRGS<sup>5</sup> – UFSM<sup>6</sup> – UFPel<sup>7</sup> – Unipampa<sup>8</sup> – etc); Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-RS); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-RS); entre outras.

Segundo North (1990), as organizações representam o comportamento cooperativo e, como tal, são formadas por indivíduos que se unem em busca de um determinado fim. Podem se constituir de grupos políticos, grupos sociais, grupos educacionais ou grupos econômicos (empresas, sindicatos, câmaras setoriais, associações, cooperativas e agências governamentais). Na Figura 1 é apresentado, esquematicamente, como os ambientes são organizados ou modelados a partir da combinação de forças exercidas pelos seus componentes.

**FIGURA 1** - Estrutura do ambiente institucional e organizacional das cadeias produtivas.



Fonte: Adaptado de Zylbersztajn (2000)

<sup>5</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<sup>6</sup> Universidade Federal de Santa Maria

<sup>7</sup> Universidade Federal de Pelotas

<sup>8</sup> Universidade Federal do Pampa

No contexto das organizações, para Saes (2000), as mudanças institucionais têm provocado uma redefinição do papel das associações de interesse privado, expandindo o leque de atuação. Em vez de simplesmente dedicar seu tempo a negociações de políticas públicas favoráveis ao setor, existem outras demandas importantes a serem supridas, tais como investimento em pesquisa, levantamentos em dados estatísticos, compras conjuntas, selos de qualidade, marketing institucional, etc.

Neste novo ciclo da ovinocultura, onde o produto principal passa a ser carne de animais jovens, uma das primeiras iniciativas com êxito reconhecido foi a organização de produtores do sul do estado, nos municípios de Herval e circunvizinhos (Pinheiro Machado, Pedras Altas, Arroio Grande, Piratini e Jaguarão), mobilizados desde 1999 (inicialmente orientados pelo Senar e UFPel), onde produziam, abatiam e distribuíaam cortes especiais sob denominação Cordeiro Herval Premium. Tal organização estabeleceu um padrão de animal para abate, independente de raça, mas com qualidade e regularidade na oferta de produtos, inclusive com selo específico identificando que a carne fora produzida na região da Encosta da Serra do Sudeste com todas as especificações e atestado de ser oriunda de cordeiro dente de leite com qualidade e origem conhecida. A forma de organização fora via cooperação entre produtores, com apoio de administrações municipais e regidos por um Conselho Regulador. Terceirizavam indústria frigorífica em Pelotas ou em São Lourenço do Sul (ambas com Sistema de Inspeção Estadual) e providenciavam a distribuição ao comércio especializado de carnes superiores nas cidades de Pelotas, Porto Alegre e Serra Gaúcha (SILVEIRA, 2005). Visando caracterizar a ovinocultura de corte nesta região e sua governança, Viana, Revillion e Silveira (2013) verificaram percepções consensuais de que, com o advento das plantas frigoríficas serem absorvidas por grupos agroindustriais focados na grande escala, sobretudo no processamento de carne bovina para exportação, a logística e o comprometimento mútuo entre os produtores de ovinos, associações, conselho regulador, abate e distribuição sofreu, gradualmente, rupturas. Ato contínuo, as regularidades de oferta ficaram comprometidas, assim como a manutenção dos padrões. Os agentes envolvidos se desestimularam com a rentabilidade desfavorável, a ponto de inviabilização na continuidade do programa.

Já a carne de cordeiro da marca Alto Camaquã, fora fruto do sinergismo de 21 associações comunitárias de sete municípios (Bagé, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Piratini, Santana da Boa Vista e Encruzilhada do Sul) localizados na parte superior da bacia do rio Camaquã, Serras do Sudeste do Rio Grande do Sul. Criaram, em 2011

(orientados pela Embrapa), a Rede de Produtores e Empreendedores do Alto Camaquã, onde também primavam e primam por abater animais jovens e padronizados, multirraciais, em Frigorífico de Encruzilhada do Sul (CISPOA) ou Pinheiro Machado (SIM). A logística final dá-se ao enviar a um ponto de venda especializado no processamento, industrialização e comercialização de carne de cordeiro, na própria região ou em feiras, com a marca territorial coletiva da região.

O Sudoeste Rio-grandense é a região mais tradicional em ovinocultura. Os municípios que compõem esta mesorregião foram precursores na introdução e desenvolvimento de ovinos lanados no Brasil. No início do século XX já era uma atividade de importância econômica (lã) e na década de 1960, a ovinocultura era a maior riqueza existente nos campos da fronteira (VIANA, 2008a). Ainda hoje, é nesta região que estão os maiores rebanhos, notadamente em Santa do Livramento (com mais de quatrocentas mil de cabeças), além de Alegrete, Quaraí e Uruguaiana, cada uma destes com mais de duzentas mil cabeças (IBGE, 2013). Também os municípios de Lavras do Sul, Dom Pedrito, Rosário, São Gabriel e Bagé possuem rebanhos ovinos que, somados, ultrapassam 710 mil cabeças. Estes nove municípios alojam mais de um milhão e oitocentas mil cabeças, portanto mais de 10% de todos ovinos do Brasil e 44% do rebanho gaúcho (Tabela 1).

**TABELA 1** - Efetivos de cabeças ovinas nos 30 municípios mais produtivos do RS

	Município	Nº de cabeças
1º	Santana do Livramento	408.406
2º	Alegrete	269.626
3º	Quaraí	195.758
4º	Uruguaiana	192.180
5º	Lavras do Sul	159.814
6º	Pinheiro Machado	154.332
7º	Dom Pedrito	150.673
8º	Rosário do Sul	147.996
9º	São Gabriel	129.788
10º	Bagé	122.857
11º	Caçapava do Sul	102.530
12º	Piratini	100.115
13	Herval	98.664
14º	Pedras Altas	98.306
15º	Santana da Boa Vista	86.688
16º	Encruzilhada do Sul	74.675

17°	Jaguarão	73.525
18°	Santiago	69.034
19°	Santa Vitória do Palmar	67.930
20°	São Borja	63.708
21°	Bossoroca	61.926
22°	Aceguá	56.798
23°	Cachoeira do Sul	52.415
24°	Santo Antônio das Missões	39.667
25°	Itaqui	38.636
26°	Canguçu	38.372
27°	Arroio Grande	35.081
28°	São Sepé	32.550
29°	Itacorubi	29.000
30	São Francisco de Assis	28.466
<b>Rio Grande do Sul</b>		<b>4.095.648</b>
<b>Brasil</b>		<b>16.789.492</b>

Fonte: IBGE (2013)

Nesta região, também denominada de Pampa Gaúcho, a estrutura fundiária de formação histórica e tradicional, adequou-se à produção de animais ovinos que tendiam, em alguns rebanhos, à produção de lãs mais finas (Merino Australiano e Ideal) e outros com propósitos à carne, mas ainda com boa qualidade de lã, como Corriedale e Romney Marsh (VIEIRA; SANTOS, 1967). Com o advento da demanda e valorização da carne ovina, a partir do ano 2005, plantas frigoríficas (em Alegrete e Santana do Livramento) retomaram o abate da espécie.

Por outro lado, os ovinocultores da região visualizaram uma potencialidade econômica significativa e, desde 2007 sob coordenação da ARCO (Associação Brasileira de Criadores de Ovinos) e o Programa Juntos Para Competir do Sistema FARSUL-SEBRAE/SENAR, instituíram o Conselho Coordenador do Programa Cordeiro de Qualidade ARCO, visando certificação de carne ovina ao criar um selo de qualidade para animais que atingem determinado padrão de carcaça. Dada à diversidade de raças e, sobretudo, a quantificação de animais disponíveis na região de abrangência, há uma enorme potencialidade de abastecimento de produtos cárneos às indústrias frigoríficas e ao mercado consumidor. Desta forma, dois grandes frigoríficos com inspeção federal (em Bagé e Dom Pedrito) vêm absorvendo esta produção e distribuindo, nacionalmente, cortes com certificação ARCO de cordeiro gaúcho (basicamente para São Paulo e Rio de Janeiro).



Na tabela 2 é apresentada a quantidade de estabelecimentos rurais com atividade ovina, por município e em qual meso e microrregião estão inseridos. Observa-se que os municípios que constituem a mesorregião Sudeste, sobremaneira os das microrregiões Serras de Sudeste e Jaguarão, possuem elevado número de estabelecimento com ovinocultura, no que pese serem de áreas geográficas bem menores que as da mesorregião Sudoeste, no entanto, a mesorregião Sudeste representa 25,26% da produção no estado e, por sua vez, as microrregiões Serras de Sudeste e Jaguarão são responsáveis por 81,15% da produção da mesorregião. Desta forma, ratifica-se a existência do potencial para o incremento da produção de carne ovina nesta região e de estudos que contribuam para o aprimoramento deste fim.

**TABELA 2** - Número de estabelecimentos com criação ovina, por município e regiões, no RS.

	Município	Nº de Unidades Produtivas	Mesorregião – Microrregião
1º	Alegrete	1365	Sudoeste – Campanha OC
2º	Santana do Livramento	1318	Sudoeste – Campanha CE
3º	Piratini	1294	Sudeste – Serras do Sudeste
4º	Canguçu	1069	Sudeste – Pelotas
5º	Caçapava do Sul	1037	Sudeste – Serras do Sudeste
6º	Encruzilhada do Sul	992	Sudeste – Serras do Sudeste
7º	Rosário do Sul	901	Sudoeste – Campanha CE
8º	Santana da Boa Vista	881	Sudeste – Serras
9º	São Gabriel	811	Sudoeste – Campanha CE
10º	Pinheiro Machado	804	Sudeste – Serras do Sudeste
11º	Dom Pedrito	758	Sudoeste – Campanha ME
12º	Santiago	685	Centro Ocidental – Santiago
13	Herval	652	Sudeste – Jaguarão
14º	Cachoeira do Sul	630	Centro Oriental – Cachoeira do Sul
15º	São Francisco de Assis	601	Sudoeste – Campanha OC
16º	Bagé	595	Sudoeste – Campanha ME
17º	São Sepé	534	Centro Ocidental – Santa Maria
18º	Quaraí	527	Sudoeste – Campanha OC
19º	Lavras do Sul	497	Sudoeste – Campanha ME
20º	Bossoroca	442	Noroeste – Santo Ângelo
21º	Santo Antônio das Missões	409	Noroeste – Santo Ângelo
22º	São Jerônimo	397	Metropolitana – São Jerônimo
23º	São Borja	394	Sudoeste – Campanha OC

24°	Santa Maria	380	Centro Ocidental – Santa Maria
25°	Viamão	376	Metropolitana – Porto Alegre
26°	Uruguaiana	364	Sudoeste – Campanha OC
27°	Mostardas	347	Metropolitana – Osório
28°	Jaguarão	343	Sudeste – Jaguarão
29°	Santa Vitória do Palmar	326	Sudeste – Litoral Lagunar
30	Arroio Grande	325	Sudeste – Jaguarão

Fonte: IBGE (2013)

Das 24 associações de criadores de raças ovinas vinculada à ARCO, 18 estão sediadas no Rio Grande do Sul e cada uma destas adota uma estratégia de divulgação de suas potencialidades. Raças, formas de criação, idade de abate e região de produção são explorados pelos comerciantes de carne ovina como atributos que determinam o padrão e qualidade desta carne. Há empenho dos agentes envolvidos (produtores, frigoríficos e casas especializadas) que estas especificidades sejam percebidas pelos consumidores, como forma de conquista de mercado e fidelização de consumo.

Na pesquisa exploratória realizada, visando detectar os canais de comercialização de carne ovina na região metropolitana de Porto Alegre, bem como na região turística da Serra Gaúcha e Litoral, identificaram-se dez casas especializadas em carne ovina (tidas como lojas *gourmet* ou boutiques de carne *premium*), assim como sete redes de grandes supermercados que comercializam carne ovina. Alguns destes pontos ofertam cortes de uma determinada raça ou região específica, com os respectivos selos de certificação/identificação e outros, também com padronização de qualidade, mas de origem e raças diversas, ofertam cortes com rotulagem do frigorífico processador ou carimbo do serviço de inspeção oficial.

Uma das raças ovinas mais tradicionais do Rio Grande do Sul é a Corriedale, que possui características produtivas equilibradas para a dupla aptidão, ou seja, tanto para lã como para carne. Por contar com o maior rebanho, ser criada na maioria dos municípios do RS e obter um padrão de carne análoga à uruguaia, a Associação de Brasileira de Criadores de Corriedale criou o Programa de Certificação da Carne Corriedale. Para tanto, adotando procedimentos padronizados e com monitoramento de empresa certificadora vem abatendo em frigoríficos dos municípios de Bagé, Dom Pedrito e Sapiranga e, conveniada com distribuidoras de carnes, encaminham cortes embalados a vácuo, resfriados ou congelados para todo o país.

O Rio Grande do Sul aloja o maior rebanho de ovinos dentre todas as unidades da federação (Tabela 3) e é no município de Pantano Grande (RS) que está estabelecida a planta frigorífica (SIF) que, atualmente, vem abatendo o maior número de ovinos no país. Tal firma, diferentemente de outras empresas congêneres do segmento industrial de abate animal, vem mantendo regularidade crescente no abate de ovinos na última década.

**TABELA 3 - Efetivo do rebanho ovino - por estado**

Ranque	Estado	Nº de Cabeças
1º	Rio Grande do Sul	4.223.266
2º	Bahia	2.815.438
3º	Ceará	2.119.327
4º	Pernambuco	1.924.342
5º	Piauí	1.210.967
6º	Rio Grande do Norte	860.037
7º	Paraná	650.231
8º	Mato Grosso do Sul	502.678
9º	Paraíba	442.433
10º	São Paulo	408.857
11º	Mato Grosso	307.948
12º	Santa Catarina	292.728
13	Maranhão	239.618
14º	Pará	213.809
15º	Minas Gerais	209.589
16º	Alagoas	211.728
17º	Sergipe	192.809
18º	Goiás	156.005
19º	Tocantins	129.263
20º	Rondônia	114.825
21º	Acre	88.136
22º	Amazonas	54.606
23º	Espírito Santo	43.612
24º	Rio de Janeiro	42.773
25º	Roraima	31.721
26º	Distrito Federal	15.803
27º	Amapá	1.805
	Brasil	17.614.454

Fonte: IBGE (2013)

A estratégia adotada pela indústria frigorífica e a viabilidade operacional advém da soma de esforços e interesses entre os segmentos produtivos, abate industrial e distribuição integrados e comprometidos. Para tanto, uma das maiores empresas do segmento de carnes do país, sediada em São Paulo, coordena o Programa de Integração Cordeiro Prime, um modelo de fomento criado pela empresa para integrar produtores com uso de genética ovina específica (cordeiros precoces abatidos com, no máximo, 120 dias e peso acima de 40 kg) e pagando bonificações aos produtores integrados que mantem padrão animal e fidelidade de fornecimento. Com logística própria, a carne de cordeiro em cortes diferenciados é direcionada ao mercado consumidor paulista e carioca e para exportação. Por outro lado, a empresa frigorífica está implementando distribuição de carne ovina, com marca própria, junto ao mercado regional.

Os cinco *cases* apresentados ratificam Williamson (1996), onde a eficiência de um sistema econômico é influenciada por um conjunto de instituições que regulam o jogo econômico. Instituições também se diferem em níveis analíticos, pois existem regras que operam predominantemente em um nível macro, como legislações, e outras que operam em um nível micro, como os regimentos internos de uma organização (WILLIAMSON, 1993). Essa distinção deve ser feita para entender o Ambiente Institucional e as Instituições de Governança, no entanto cada nível analítico se relaciona com o outro, onde o ambiente institucional, a estrutura de governança e os indivíduos interagem, estabelecendo relações de influência mútua.

## **A Carne Ovina**

O elevado nível de autoconsumo nas propriedades rurais e o fornecimento direto dificultam a precisão do consumo de carne ovina no país. Informações que possam determinar o consumo são esparsas, esporádicas e muitas vezes pouco confiáveis (SORIO, 2008). O consumo brasileiro de carne ovina é estimado em 0,7 kg/*per capita* (SILVA, 2002), havendo variações regionais que oscilam entre 0,6 a 1,0 kg por habitante (FAO, 2015). No Rio Grande do Sul o consumo desta carne é agregado pela tradição cultural, sendo que Sório (2008) estimou-o em 2,9 kg por habitante ao ano.

Com a tendência de crescimento dos rebanhos ovinos com propósito carne, atendendo demanda de consumidores e dada a importância desta cadeia agroindustrial passa a ter, cada vez mais, há necessidade de informações a respeito do tamanho e potencial efetivo deste mercado.

Quanto à comercialização final, para PANEA; RIPOLL; JOY (2013), muitos consumidores de carne ovina não diferenciam carne de cordeiro e carne de animal adulto, não exigindo especificação na compra da carne que, por sua vez, é muito diferente. As maiores restrições são por conta da textura e odor desagradáveis. Cordeiro é ovino jovem com até seis meses de idade, macho (castrado ou não) e fêmea com dentes de leites, sem queda das pinças, carne de textura lisa e de coloração rosada, extremamente apreciada por sua maciez. O borrego, com idade de abate entre sete e 15 meses, também apresenta características de maciez na carne, mas a cor é mais avermelhada. Já o capão é o macho com mais de 15 meses, castrado ainda quando cordeiro, a coloração da carne é vermelha intensa. O carneiro é ovino macho adulto não castrado, considerado como tal a partir da queda das pinças da primeira dentição, o aspecto da carne já não é mais tão atraente, sendo mais dura e apresenta gordura amarelada de sabor mais acentuado, assim como da ovelha adulta (OSORIO et al., 2006).

Osório; Osório; Sañudo (2009) salientam as propriedades da carne de cordeiro jovem, sendo uma excelente fonte de proteínas, contendo aminoácidos essenciais, baixa concentração de lipídios e de gordura saturada. É caracterizada por ser mais macia e rosada, textura lisa, consistência firme e quantidade de gordura adequada, sendo que esta gordura é rica em ácidos graxos monoinsaturados que ajudam a reduzir os níveis de colesterol ruim no sangue (LDL).

A idade do animal, sexo, raça, nutrição, sistema de terminação e peso são os fatores intrínsecos que influenciam a qualidade da carne ovina, assim como os fatores extrínsecos, que são as condições de abate, armazenamento em câmara fria e métodos de conservação. Estes fatores são determinantes para o aspecto sanitário, cor da carne e gordura, da quantidade de gordura intermuscular, do marmoreio de cobertura no músculo, que são associados a atributos sensoriais, como aroma, maciez e sabor (OSÓRIO; OSÓRIO; SAÑUDO, 2009; PANEA; RIPOLL; JOY, 2013).

Quanto ao fluxo de mercado, Joris e Vilpoux (2013) salientam que a sazonalidade produtiva da atividade, a inexistência de um mercado constante, a exigência de uma oferta regular de animais, a necessidade de escala para comercialização e a busca por animais jovens por parte dos frigoríficos são dificuldades enfrentadas pelos produtores na comercialização de animais para abate via mercado.

A capacidade de oferta de produtos para diferentes mercados tem sido, para Viana, Revillion e Silveira (2013), um entrave no setor produtivo da carne ovina. Para tanto, algumas organizações nacionais, a exemplo do que já ocorrem há bastante tempo no exterior, tem

adotado selos que identifiquem ou garantam a origem e padrão de qualidade do produto (OSÓRIO et al., 2006; SAÑUDO, 2008). Desta forma, há uma valorização de atributos ligados à cultura e ao território com reconhecimento de uma determinada identidade cultural e territorial.

No estado de São Paulo, Zanette e Neumann (2012) detectaram que nos últimos anos tem havido uma crescente procura pela carne ovina, principalmente de cordeiro, tanto para consumo doméstico quanto em bares e restaurantes sendo, pois, um mercado mais exigente. Com essa perspectiva de consumo, surge o interesse na terminação de cordeiros, com padronização e regularidade de oferta, na qual o objetivo é rapidez na comercialização e na produção de carcaças que tende a apresentar uma qualidade adequada.

### **Abates Inspeccionados no Rio Grande do Sul**

As primeiras indústrias frigoríficas brasileiras com serviço de inspeção oficial tiveram início na segunda década do século XX (FELÍCIO, 2013), sendo o Rio Grande do Sul o precursor com instalações de fábricas frigoríficas em 1917/18: Armour (Santana do Livramento), Swift (Rosário do Sul e Rio Grande), Wilson (Santana do Livramento) e Companhia Frigorífica Rio Grande/Vestey/Anglo (Pelotas). Outra fase de instalações frigoríficas ocorreu a partir da década de 1940 no RS via cooperativas de produtores rurais com abate e desossa de bovinos em São Gabriel (Cooperativa Rural Brasileira) em 1936, Uruguaiana (Cooperativa da Fronteira Oeste) em 1944, Dom Pedrito (Cooperativa Triticola Serrana) em 1945, Tupanciretã (Cooperativa Rural Serrana) em 1953, Santana do Livramento (Cooperativa Regional Santanense de Lãs) em 1954 e em Rio Pardo (Cooperativa Pastoril do Rio Pardo) inaugurada em 1961.

Estas precursoras e grandes plantas frigoríficas, com serviço de inspeção federal (SIF), localizaram-se na metade sul do Rio Grande do Sul e, por conta da possibilidade de operacionalidade, também foram utilizadas para abate de ovinos. Daí que Viana (2008b) ratifica que os maiores frigoríficos para abate de ovinos localizam-se no estado do Rio Grande do Sul. Nos anos mais recentes, vários outros empreendimentos frigoríficos foram sendo implantados em outros municípios do RS, tanto com inspeção estadual (CISPOA) como municipal (SIM).

Conforme já mencionado anteriormente, o governo estadual gaúcho vem incentivando e monitorando os abates com inspeção sanitária. O mecanismo utilizado é a concessão de incentivos fiscais proporcionais às informações prestadas pelas indústrias dos

abates com as devidas quantidades e origens dos animais, data de abate, sexo do animal, preço pago e tipo de inspeção. As respectivas informações foram depuradas entre os anos de 2005 a 2012 e foram estratificadas em municípios produtores, municípios processadores, micro e mesorregiões.

Na tabela 4 são apresentadas as percentagens de abates entre 2005 e 2012 dos frigoríficos inseridos no programa Agregar Carnes /RS.

**TABELA 4** – Percentual de abates no período de 2005 a 2012 em frigoríficos inseridos no Agregar Carnes-RS, segundo o sexo e serviço de inspeção oficial.

ANO	Serviço de inspeção oficial				
	Fêmeas	Machos	Federal	Estadual	Municipal
2005	6,27	93,73	80,67	18,17	1,16
2006	8,06	91,94	71,55	27,44	1,01
2007	11,12	88,88	73,60	25,68	0,71
2008	24,57	67,66	76,37	22,42	1,21
2009	22,65	77,35	87,11	11,86	1,03
2010	34,57	65,43	94,96	4,77	0,27
2011	27,52	72,43	76,41	22,67	0,92
2012	31,01	68,99	63,12	36,03	0,85

Fonte: SEAPI (2014)

Observa-se que os abates com inspeção federal resultam, em média, 78% do volume total de cabeças abatidas no período, enquanto que os serviços de inspeção estadual e municipal representam 21% e cerca de 1%, respectivamente.

Uma questão detectada na análise dos dados do programa Agregar Carnes-RS se refere à constância de operação das indústrias frigoríficas na atividade de abate de ovinos. Em um universo de 105 empresas credenciadas junto ao programa, entre 2005 e 2013, somente uma com inspeção federal (em Dom Pedrito) e uma com inspeção estadual (em Pelotas) mantiveram-se inseridas e operando com regularidade no período. Entretanto, nos anos de 2011 a 2013, três plantas com serviço de inspeção federal (em Alegrete, Rio Pardo e Dom

Pedrito), 18 com serviço de inspeção estadual e três com serviço de inspeção municipal apresentaram regularidade de abate ovino (Tabela 5).

**TABELA 5** – Número de Abatedouros-frigoríficos inseridos no Programa Agregar Carnes – Rio Grande do Sul, no período de 2005 a 2013.

Especificações	Serviço de inspeção		
	Federal (SIF)	Estadual (CISPOA)	Municipal (SIM)
Abatedouros-frigoríficos credenciados ao programa AGREGAR	19	70	16
Abatedouros-frigoríficos operando com regularidade	1	1	0
Abatedouros-frigoríficos agregados e operando com regularidade (período 2011-2013)	3	18	3

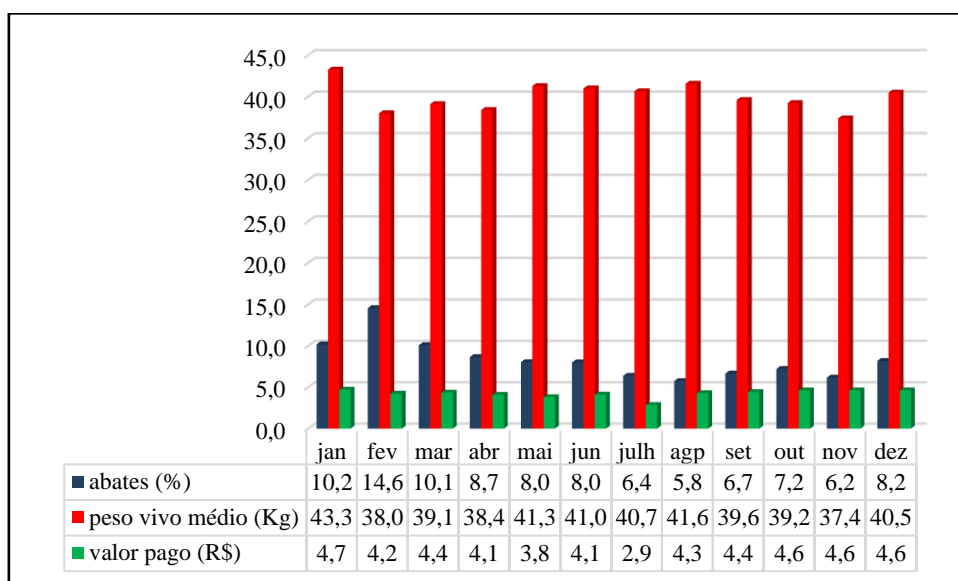
Fonte: SEAPI (2014)

O maior volume de abates pelo Programa Agregar Carnes-RS (SEAPI, 2014) ocorre entre os meses de janeiro a março, sendo janeiro o mês em que se registram os maiores pesos vivos médios e valores pagos aos produtores (Figura 2). Firetti et al. (2013) identificaram que consumidores no Paraná preferem carne ovina com pouca ou nenhuma quantidade de gordura (78%), sendo que o excesso de gordura foi uma das dificuldades identificadas por De Bortoli (2008) para consumidores de Porto Alegre na compra e escolha da carne ovina. Este período corresponde, no RS, às férias de verão e período em que os gaúchos consomem maior percentual de churrasco, em especial, de carne ovina.

Ainda segundo os dados do Programa Agregar Carnes – RS, julho registra o menor preço pago ao produtor e agosto, o menor volume de abates. Tal fato pode estar relacionado à concentração de nascimentos no período de julho e agosto. Desta forma, neste período estarão disponíveis para abate animais com idade superior a um ano e que contrariam os atributos de qualidade exigidos pelo consumidor (FIRETTI et al., 2013).



**FIGURA 2** – Percentual de abate e peso vivo médio de ovinos abatidos no Programa Agregar Carnes-RS e valor pago ao produtor, no período de 2005 a 2013.



Fonte: adaptado de SEPI (2014)

No Rio Grande do Sul, a ovinocultura de corte é influenciada por condicionantes biológicos inerentes à espécie ovina e de natureza geográfica. Ovinos lanados apresentam sazonalidade reprodutiva relacionada ao fotoperiodismo, onde o ciclo reprodutivo é influenciado pela variação de luz tendo início no final do verão/início do outono, quando a luz dos dias diminui após a máxima luminosidade nos meses de verão, e finalizando (chegando ao anestro ou seja, ausência de cio) no inverno. Uma vez que a gestação na espécie é de cinco meses e os cordeiros estarão em condições de abate em por volta de 120 dias, a oferta natural de carne ovina tende a ser a partir de dezembro, conforme desejado pelos consumidores para as festas de final de ano.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os ovinos tenham sido uma das primeiras espécies a serem introduzidas no período do Brasil colônia e a exploração econômica seja secular no Rio Grande do Sul, as macro ações de fortalecimento da ovinocultura de corte são relativamente recentes.

Ao analisar o ambiente institucional e organizacional com foco na cadeia produtiva de ovinos de corte percebe-se uma convergência para uma trajetória tida *path dependence*, ou seja, a dependência da trajetória, em que o legado do passado condiciona o futuro (EHRNBERG; JACOBSSON, 1997). É o caso da ovinocultura, que é tradicional na metade sul do Rio Grande do Sul e originalmente fora com propósito lã, mas que, atualmente, busca

alternativas econômicas com o produto carne. Por outro lado, os abatedouros-frigoríficos foram concebidos, originalmente, para abate de bovinos e adequam-se ao processamento de ovinos.

O desenvolvimento de uma região é influenciado e conduzido por comportamentos e ações do conhecimento coletivo relacionado à proximidade territorial, onde as firmas e inovações tendem a agrupar-se espacialmente e que determinadas regiões geográficas frequentemente se especializam em certas áreas industriais ou tecnológicas (PIERSON, 2000; MAHONEY; SCHENSUL, 2006). No caso específico, o conhecimento coletivo que está relacionado à proximidade territorial precisa ser mais bem ajustado entre os elos da produção e indústria.

Uma questão premente a ser equacionada diz respeito à concentração do grande volume de abates em poucas plantas frigoríficas, proporcionado pela dinâmica das grandes indústrias frigoríficas que, em suas reengenharias operacionais, resultaram em que determinadas unidades tradicionais (Mato Leitão e Capão do Leão, por exemplo) foram preteridas ao abate de ovinos pelas controladoras. Assim como as remanescentes, em constante instabilidade de operação.

Em revisão de trabalhos publicados nos últimos anos é recorrente o posicionamento de tendência promissora ao mercado ovino. Efetivamente o mercado consumidor desta carne é altamente demandante, os produtores possuem material genético e técnicas adequadas à produção de produto com a qualidade exigida, as indústrias e os canais de distribuição dispõem de logística adequada e há ações institucionais de apoio. No entanto, há assimetria de informação entre os agentes da cadeia. Entendemos que para um melhor equacionamento desta questão se faz necessário estabelecer ações de governança mais eficientes, gerando renda, emprego e contribuindo para fixação e realização do homem no campo.

Para tanto se fazem necessários estudos detalhados e específicos junto às regiões produtivas tradicionais e emergentes em ovinocultura com propósito carne, caracterizando e avaliando as reais condições e potencialidades de produção, bem como as inter-relações destes com os segmentos de abate/processamento, distribuição e comercialização.

## REFERÊNCIAS

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. **Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas.** In: BATALHA, M. O. (Coord.). Gestão agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2007. v. 1. p. 1-62.

DE BORTOLI, E.C. **O mercado de carne ovina no Rio Grande do Sul sob a ótica de diversos agentes.** 140f. 2008. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

EHRNBERG, E.; JACOBSSON, S. **Technological Discontinuities and Incumbent's Performance: an Analytical Framework.** In: EDQUIST, C. (ed.) *Systems of Innovation: Technologies, Institutions and Organizations.* Londres: Pinter, 1997. p. 318-341.

FAO – FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION. **Perspectivas agrícolas OCDE-FAO 2005-2014.** Roma: FAO, 2015. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/docrep/008/y9492s00.htm>>. Acesso em: 12 out. 2015.

FELÍCO, E. P. **O surgimento dos matadouros-frigoríficos no Brasil do início do século XX.** Beefpoint, 2013. Disponível em: <<http://sites.beefpoint.com.br/pedrodefelicio/o-surgimento-dos-matadouros-frigorificos-no-brasil-do-inicio-do-seculo-xx/>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

FIRETTI, R. et al. Características e preferências de consumo de carne ovina nas cidades de londrina e Maringá. **Synergismus scyentifica**, Pato Brando, v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/1727/1098>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados agregados – SIDRA:** Pecuária. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2014.

IBGE - - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 jun. de 2013.

JORIS, J. L.; VILPOUX, O. F. Transações entre Produtores e Frigoríficos no Setor de Ovinos no Estado de Mato Grosso do Sul: uma abordagem pela Economia dos Custos de Transação. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 15, n. 2, p. 220-234, 2013.

MAHONEY, J.; SCHENSUL, D. **Historical context and path dependence.** In: GOODIN, R. E.; TILLY, C. (Eds.). *Oxford handbook of contextual political analysis.* Oxford, UK: Oxford University Press, 2006. p. 454-471.

NORTH, D. C. **Desempeño Económico en el Transcurso de los Años.** In: PRÊMIO NOBEL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, Estocolmo, 1993. Disponível em: <[www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm](http://www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2016.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge University Press. 1990. 152 p.

OSÓRIO, J. C. S. et al. **Produção de cordeiros com denominação de origem.** In: SIMPÓSIO PAULISTA DE OVINOCULTURA, 7, 2006, Botucatu. **Anais...** Botucatu: UNESP - Botucatu, 2006. p. 1 – 20.

OSÓRIO, J. C. S.; OSÓRIO, M. T. M.; SAÑUDO, C. Características sensoriais da carne ovina. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v. 38, suplemento especial, p. 292-300, 2009.

PANEA, B.; RIPOLL, G.; JOY, M. Caracterización y agrupamiento de algunos tipos comerciales de cordero por su perfil sensorial. ITEA – **Información Técnica Económica Agraria, Saragoza**, v. 109, n. 3, p. 303-318, 2013.

PIERSON, P. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. **American Political Science Review**, Washington, DC, v. 94, n. 2, p. 251-267, 2000.

RAMOS, J. M. **Análise do sistema agroindustrial da carne ovina no Oeste do Paraná com o uso da matriz estrutural prospectiva.** 2013. 116p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócios). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo.

RIO GRANDE DO SUL – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Lei nº 11.169**, de 08 de junho de 1998. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/>>. Acesso em: 12 out. 2014.

RUTHERFORD, M. **Institutions in Economics: The Old and the New Institutionalism.** Cambridge: Cambridge University, 1994. 225p.

SAES, M. S. M. Organizações e instituições. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares:** indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000. p.165 - 186.

SAÑUDO, C. A. **Marcas de calidad en los pequeños rumiantes. Mitos y realidades.** In: JORNADAS CIENTÍFICAS Y INTERNACIONALES DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE OVINOTECNIA Y CAPRINOTECNIA, 12, 2008, Almería. **Anais...** Córdoba: SEOC, 2008. p. 92 - 96.

SATOLANI, M. F.; CORRÊA C. C.; BITENCOURT; M. B. Análise do Ambiente Institucional e Organizacional da Piscicultura no Estado de Mato Grosso do Sul. **Revista de Economia e Agronegócio**, v.6, n.2, p.215-234, 2008.

SEAPI - SECRETARIA ESTADUAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO. **Programa de Desenvolvimento da Ovinocultura Gaúcha.** Disponível em <<http://www.agricultura.rs.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2014.

SILVA, R. R. da. **O agronegócio brasileiro da carne caprina e ovina.** Salvador: Edição do autor, 2002. 111 p.

SILVA, A. P. S. P. et al. Ovinocultura do Rio Grande do Sul: descrição do sistema produtivo e dos principais aspectos sanitários e reprodutivos. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 12, p. 1453-1458, 2013.

SILVEIRA, H. S. **Coordenação na cadeia produtiva de ovinocultura: o caso do conselho regulador Herval Premium**. 2005. 104p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SORIO, A. Consumo brasileiro de carne ovina. **Revista Brasileira de Caprinos e Ovinos**, Uberaba, n. 110, p.24, 2008.

SORIO, A.; FAGUNDES, M. B. B. Relação entre os Ambientes Institucional e Organizacional do Sistema Agroindustrial da Carne Ovina no Estado do Mato Grosso do Sul. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 39, n. 8, p.5 - 12, 2009.

SOUZA, J. D. F.; SOUZA, O. R. G.; CAMPEÃO, P. **Mercado e comercialização na ovinocultura de corte no Brasil**. In: 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Vitória. **Anais...** CD-ROM, Vitória, SOBER, p.1-16, 2012.

VIANA, J. G. A. **Governança da cadeia produtiva da ovinocultura no Rio Grande do Sul: estudo de caso a luz dos custos de transação e produção**. 2008a. 137f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria.

VIANA, J. G. A. Panorama geral da ovinocultura no mundo e no Brasil. **Revista Ovinos**, Porto Alegre, v. 4, n. 12, p.44-47,2008b.

VIANA, J. G. A. **Evolução da produção ovina no Rio Grande do Sul e Uruguai: análise comparada do impacto da crise da lã na configuração do setor**. 2012. 181 f. Tese (Doutorado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VIANA, J. G. A.; REVILLION, J. P. P.; SILVEIRA, V. C. P. Alternativa de estruturação da cadeia de valor da ovinocultura no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.9, n.1, p. 187 - 210, 2013.

VIEIRA, G. V. N.; SANTOS. V. T. dos. **Criação de Ovinos**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967. 480p.

WILLIAMSON, O. E. Transaction Cost Economics and Organization Theory. **Journal of Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 2, p. 107-156. 1993.

WILLIAMSON, O. E. **The mechanisms of governance**. New York: Oxford University Press, 1996. 429p.

ZANETTE, P. N.; NEUMANN, M. Confinamento como ferramenta para incremento na produção e na qualidade da carne de ovinos. **Ambiência**, Guarapuava, v. 8 n. 2 p. 415 – 426, 2012.

ZYLBERSZTAJN, D. **Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial**. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. Economia e gestão dos negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000.

ZYLBERSZTAJN, D. **Revisando o Papel do Estado**. In: ZYLBERSZTAJN, D.; SCARE, R. F. (Org.). Gestão da Qualidade no Agribusiness. São Paulo: Atlas, 2003. v.1, p. 80-90.

## **CAPÍTULO III**

### **ARTIGO II**

#### **CARACTERÍSTICAS PRODUTIVAS E SOCIOECONÔMICAS DA OVINOCULTURA NA MESORREGIÃO SUDESTE DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL**

Submetido à Revista de Economia e Sociologia Rural  
Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural

## **Características produtivas e socioeconômicas da ovinocultura na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul - Brasil**

### **Resumo**

O RS está organizado em sete mesorregiões e a Sudeste Rio-Grandense possui 15% da área territorial e 24% do rebanho ovino do estado, estando alicerçada economicamente na produção agropecuária. Embora a ovinocultura de corte e lã sejam tradicionais, com importância econômica, social e cultural, atualmente passa por um período de transformação e incertezas. Objetivou-se identificar, descrever e caracterizar socioeconomicamente e produtivamente os sistemas de produção de ovinos nesta mesorregião. Os dados foram coletados por meio de entrevistas a ovinocultores dos seis municípios com maior representatividade numérica de ovinos na mesorregião. Identificaram-se produtores tradicionais, em pequenas e médias áreas rurais e com material genético voltado ao propósito carne. Embora tenham sido verificadas motivações ao lucro, a cadeia não possui participação econômica primária, isto porque, consumo próprio, tradição familiar e satisfação pessoal ainda são objetivos da produção. Há empenho e disposição, entre produtores rurais e administrações municipais, na soma de esforços visando a criação de um polo de produção de carne ovina de qualidade diferenciada. Para tanto, o estabelecimento de indústria frigorífica específica, políticas públicas de incentivo à ovinocultura e técnicas produtivas racionais são imprescindíveis ao desenvolvimento e consolidação da ovinocultura de corte na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul.

**Termos para indexação:** diagnóstico, caracterização, ovinocultura, mesorregião Sudeste RS

## **Productive and socioeconomic characteristics ovine in Southeast mesoregion of Rio Grande do Sul - Brazil**

### **Abstract**

The Rio Grande do Sul - State is organized in seven mesoregions. The Southeastern region of Rio Grande do Sul has a territorial area equivalent to 15% of the state and is economically based on agricultural production, housing 24% of the sheep herd. In spite of the fact that sheep and lamb breeding is traditional and has economic, social and cultural importance in RS, it is currently undergoing a period of transformation and uncertainties. The present study aimed to identify, describe and characterize, from a social economic and productive point of view, sheep production systems in the southeast region of Rio Grande do Sul. Data of primary nature were collected through interviews and research with the sheep farmers of the six most representative municipalities of the mesoregion. It was identified that the sheep farming is developed by traditional producers; Practiced more intensively in small and medium rural areas; With genetic material aimed at the meat purpose; Although strongly motivated for profit, does not have primary economic participation; Other purposes such as personal consumption, family tradition and personal satisfaction were emphasized. There is a commitment and willingness, among farmers and municipal administrations, to join forces to create a pole of production of mutton meat of differentiated quality. Therefore, the establishment of specific refrigeration industry, public policies to encourage sheep production and rational production techniques are essential to the development and consolidation of cutting sheep in the southeast region of Rio Grande do Sul.

**Index terms:** diagnosis, characterization, sheep farming, Southeast RS mesoregion.



## 1. Introdução

O Rio Grande do Sul é subdividido, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1990), em sete mesorregiões geográficas, sendo que as mesorregiões Sudoeste e Sudeste Rio-Grandense concentram 73,94% do rebanho ovino do estado (IBGE, 2015). Embora a criação de ovinos no estado tenha sido praticada desde as origens da ocupação do espaço agrário gaúcho, possuindo importância econômica, social e cultural, esta atividade passa por um período de incertezas e de transformações em seus propósitos.

Ainda que presente, em maior ou menor participação, em todas as mesorregiões do estado, a ovinocultura apresenta realidades diversificadas, complexas e, paradoxalmente, pouco conhecidas. Por um lado, constata-se uma relativa quantidade de estudos acerca de sistemas de criação e sanidade ovina e, por outro, há carência de informações acerca do perfil e da situação socioeconômica e produtiva. Tal desconhecimento é particularmente importante levando-se em consideração a heterogeneidade de situações da agropecuária gaúcha, partindo-se do pressuposto de que a caracterização adequada dos diferentes sistemas de produção é necessária para qualquer ação de intervenção, tanto para os próprios produtores, quanto ao nível do estabelecimento de políticas para o setor (Miguel et al., 2007).

A ovinocultura no Rio Grande do Sul é uma importante atividade econômica baseada em raças de aptidão carne, lã e mistas, adaptadas ao clima subtropical (Viana, 2008). Cabe ressaltar que as diferentes formas de produção podem ser condicionadas por diversos fatores, tais como conjunturais (preços e mercados); de ordem ecológica (meio físico – topografia, solo e clima); cultural; entre outros.

Segundo Ribeiro et al. (1999), por meio de um diagnóstico, é possível conhecer a estrutura e compreender o funcionamento dos sistemas de produção, tendo em vista também os fatores externos que condicionam a tomada de decisões. O diagnóstico deve permitir a

descrição do sistema, mas, principalmente, levar à compreensão das causas que levam os agricultores a tomarem determinadas decisões.

O sistema agroindustrial da ovinocultura no Brasil apresenta estrangulamentos tecnológicos e não tecnológicos em seus diversos segmentos: produção, processamento, insumos, pesquisa, defesa sanitária, extensão e fomento, o que torna necessários levantamentos e pesquisas que visem à geração de padrões que permitam o desenvolvimento da atividade dentro dos atuais e dos futuros padrões de exigência mercadológica, com fundamentação essencialmente científica (Gouveia, 2003). Para tanto, o diagnóstico além de permitir uma caracterização da região e identificação dos sistemas de produção, deve possibilitar a identificação das restrições e oportunidades, devendo orientar as ações de pesquisa e desenvolvimento para o público definido (Nabinger, 1999).

A mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul alicerça sua economia essencialmente proveniente da agropecuária, apresentando condições favoráveis à produção de ovinos dada as características topográficas, clima e vegetação da região. Na última década, exatamente esta região foi a que apresentou maiores crescimentos dos rebanhos ovinos com propósito carne (Silva et al., 2013). Da mesma forma, a distribuição fundiária e vocação da mesorregião foram detectadas pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2006) e ratificado na Pesquisa Pecuária Municipal de 2015 (IBGE, 2016), onde próximo de 50% dos estabelecimentos pecuários da região possuem atividades em ovinocultura.

Considerando o exposto, o objetivo do presente estudo foi identificar, descrever e caracterizar, do ponto de vista social, econômico e produtivo, os sistemas de produção com ovinos na mesorregião Sudeste do Rio Grandes do Sul. Este diagnóstico, além de permitir um melhor conhecimento da realidade atualmente vivenciada pelos ovinocultores gaúchos pode, seguramente, fornecer subsídios para aprofundar o debate acerca das ações e políticas públicas para este setor produtivo.

## **2. Material e Métodos**

O estudo foi desenvolvido na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul (Figura 1). Primeiramente, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), realizou-se um levantamento do efetivo do rebanho ovino e identificou-se o número de propriedades com atividade em ovinocultura na mesorregião. Identificaram-se seis municípios (Herval, Pedras Altas, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Pinheiro Machado e Piratini) com maior número de cabeças ovinas, ou seja, 522.540, produzidas em 4.897 estabelecimentos rurais (IBGE, 2006). Determinou-se o número mínimo de propriedades para comporem a amostra (71), de acordo com Oliveira (2009). Verificou-se a representatividade de cada município na composição da mesorregião e determinou-se o número de propriedades a serem amostradas proporcionalmente ao número de propriedades produtoras de ovinos de cada município selecionado na mesorregião.

Figura 1: Mapa geográfico - mesorregiões do Rio Grande do Sul - Brasil



Fonte: IBGE, 1990

Realizou-se uma *survey*, através de entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas a produtores rurais abordando as características da propriedade e do rebanho, bem como o perfil socioeconômico do proprietário. Também se lançou mão de questões em escala Likert, variando de 1 (baixo) a 5 (alto), quanto à percepção dos entrevistados quanto ao nível/padrão de seu sistema produtivo. Para realização das entrevistas, utilizou-se amostra intencional tendo como critérios de inclusão ser ovinocultor nos municípios da mesorregião estudada e aceitar participar do estudo.

As propriedades foram categorizadas quanto ao tamanho de área, conforme INCRA (2016) em: minifúndios - inferior a um módulo fiscal (<40 ha); pequena propriedade - entre um e quatro módulos fiscais ( $\geq 40$  a 160 ha); média propriedade - entre quatro a 15 módulos fiscais (>160 a 600 ha); e grande propriedade - superior a 15 módulos fiscais (>600 ha).

Realizou-se análise estatística descritiva para todos os dados e, para as comparações entre os grupos (classificação das propriedades), com nível de significância de 5% ( $p < 0,05$ ), utilizando-se o software SPSS.

### 3. Resultados e Discussão

Com a estratificação da amostragem, considerando a distribuição das propriedades na mesorregião Sudeste Rio-grandense, o número de propriedades amostradas foi proporcional ao número de unidades produtoras de ovinos de cada município selecionado (Tabela 1). Cabe destacar que não se pretendeu alcançar a totalidade de indivíduos, mas, a partir de uma amostra, encontrar elementos que caracterizem a ovinocultura na região em estudo. Desta forma, procurou-se enfatizar o perfil dos entrevistados, com destaque às atividades produtivas realizadas por estes. Para melhor entendimento e discussão dos resultados, os dados serão apresentados quanto ao perfil socioeconômico dos produtores, características das propriedades, características do rebanho ovino, condicionantes produtivas e características de comercialização.

Tabela 1: Número de propriedade produtoras de ovinos, representatividade na estratificação amostral, número amostral e número de entrevistados nos seis municípios com maior quantidade de ovinocultores e rebanho - constituintes da mesorregião Sudeste Rio-grandense.

<b>Municípios</b>	<b>Nº de propriedades<sup>1</sup></b>	<b>Representatividade (%)<sup>2</sup></b>	<b>Nº amostral<sup>3</sup></b>	<b>Nº entrevistados</b>
Caçapava do Sul	1037	21,2	15	15
Encruzilhada do Sul	992	20,3	14	16
Herval	652	13,3	9	9
Piratini	1924	26,4	19	19
Pedras Altas	118	2,4	2	2
Pinheiro Machado	804	16,4	12	12
<b>Total</b>	<b>4897</b>	<b>100,0</b>	<b>71</b>	<b>73</b>

<sup>1</sup>número de unidades produtivas de ovinos, segundo IBGE (2006); <sup>2</sup>cálculo pelos autores;

<sup>3</sup>calculado segundo Oliveira, 2009.

Fonte: elaborado pelos autores, 2016.

### **3.1. Perfil socioeconômico dos produtores**

Os entrevistados possuem de 39 a 76 anos de idade sendo, a maioria (64,3%), com mais de 50 anos. Esta é a faixa etária prevalente entre todas as categorias de tamanho de unidades produtivas, exceto nas pequenas propriedades onde se concentram (35,3%) produtores na faixa etária de 41 a 50 anos de idade.

Quanto ao Perfil dos proprietários entrevistados, verificou-se que a maioria destes possui ensino fundamental (35,6%) e médio (35,6%). Entretanto, quando estratificados quanto ao tamanho da propriedade rural, 50 e 45,5% dos proprietários possuem ensino superior nos minifúndios e grandes propriedades, respectivamente. Por um lado, percebeu-se uma relação entre minifúndios e ensino superior e renda extra além da agropecuária, ou seja, os proprietários de áreas rurais com menos de 40 hectares são empresários urbanos e/ou profissionais liberais com formação superior que redirecionaram seus recursos financeiros para áreas rurais, objetivando além de área de lazer, ser economicamente rentável. Por outro lado, os agropecuaristas com propriedades maiores que 15 módulos fiscais (600 hectares) e com curso superior, mostraram sua ampla visão sobre o negócio rural, além de consolidar encaminhamentos de questões atinentes à sucessão familiar.

Quanto à renda familiar, verificou-se que 48% das unidades produtivas entrevistadas têm na atividade agropecuária a sua única fonte de renda, especialmente as pequenas (52,9%) e médias propriedades (58,5%). Entretanto, na a totalidade dos minifúndios e em 82% das grandes propriedades há outras fontes rendas além da atividade agropecuária. Entre estas, a aposentadora (50%), aluguel de imóveis (25%) e a constituição de empresas urbanas (25%) representam fontes de renda para proprietários de minifúndios; enquanto em grandes propriedades, identificou-se maior diversidade de fontes de renda (aposentadoria = 36,4%; atividade como profissional autônomo ou liberal, aluguel de imóveis, serviços de máquinas agrícolas e empresas = 9% cada uma destas).

Para 74% dos entrevistados, a ovinocultura a contribui com até 20% da renda gerada na atividade rural. Sendo que, entre os minifúndios, a atividade pode representar até a totalidade da renda da propriedade para 50% dos entrevistados. Entre outras atividades agropecuárias desenvolvidas pelos entrevistados, a bovinocultura de corte e a agricultura contribuem, respectivamente, em até 80% e 40% da renda para 51% dos entrevistados.

### **3.2. Características da propriedade**

Verificou-se grande variabilidade nos tamanhos (17 a 1300 ha) das unidades produtivas (UP) analisadas, sendo a mediana 260 hectares. Em sua maioria, as unidades produtivas são classificadas como pequenas (21,9%) e médias (56,2%) propriedades, sendo o restante composto por minifúndios (6,8%) e grandes propriedades (15,1%). Silva et al. (2013), em estudo com ovinocultores no estado, também observaram grande variabilidade na área total das unidades produtivas (de 0,3 a 6.000 ha) porém, com área mediana menor (51,5 ha) e a maioria (52%) das UP com menos de 50 hectares de extensão, enquadrando-se na categoria de minifúndios. Os autores salientam que, em geral, as áreas destinadas à ovinocultura no estado são menores de cinco (31%) hectares. A diferença entre os dois estudos poderia estar associada ao fato de haver regiões do estado, como a Metropolitana, que se caracteriza pela presença de áreas rurais fracionadas, para exploração imobiliária, em sítios de lazer, e com menor extensão.

A maioria das unidades produtivas (41,1%) possui somente uma pessoa envolvida no trabalho rural, sendo que esta condição é observada em minifúndios (60%), pequenas (46,3%) e médias propriedades (50%). O número de trabalhadores pode chegar a três em minifúndios (20%), pequenas (18,75%) e médias propriedades (9,7%). Já, as grandes propriedades possuem de dois (9%) a cinco (18,2%) trabalhadores, sendo que a maioria (54,4%) possui três trabalhadores na realização das multiatividades da propriedade rural. Os dados observados vêm ao encontro do verificado anteriormente no estado onde a agricultura familiar - cuja área

de terra seja de até quatro módulos fiscais (Brasil, 2009) que, na região são representados pelos minifúndios, representa 85,7% dos estabelecimentos rurais (Grando, 2011). Na produção familiar, os trabalhos são exercidos, predominantemente, pela família, ou seja, de um a três trabalhadores. Por outro lado, há de considerar também a diminuição da ocupação rural como reflexo das mudanças ocorridas no campo, que se caracterizam, entre outros aspectos, pela contínua especialização e mecanização do processo agrícola, com a consequente redução do número de postos de trabalho, uma das expressões mais visíveis da modernização da agricultura (Dieese, 2014).

Quanto à percepção dos entrevistados sobre seu nível/padrão do sistema de produção, o maior percentual concentrou-se no padrão médio (3 na escala likert) para instalações rurais (49,3%), capacitação da equipe (42,5%), assistência técnica (34,2%) e material genético (53,4%). Na comparação entre os grupos (classificação das propriedades), apenas quanto à assistência técnica foi verificada diferença significativa ( $p=0,019$ ), tendo em vista que 80% dos entrevistados de minifúndios atribuíram valor 4 na escala likert neste quesito. Tal fato pode estar associado à assistência técnica oficial que, no caso da Emater/RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), realiza tais ações através do programa ATER (Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar).

A ovinocultura sempre foi uma atividade de grande importância econômica e de tradição para o estado do Rio Grande do Sul. Mesmo com a crise da lã, ocorrida nos anos 1980 e 90, o rebanho ovino gaúcho continua sendo o maior a nível nacional, porém, com propósito de subsistência (Silva et al., 2013). Também na mesorregião Sudeste Rio-grandense, verificou-se que a maioria dos produtores tem entre seus propósitos a produção de carne ovina para consumo próprio (76,7%) e comercialização de animais para abatedouros-frigoríficos (78,1%), observado em todas as categorias de tamanho de propriedades, assim como a comercialização de lã. A venda de animais abatidos na própria unidade produtiva



ainda é uma realidade na região, especialmente nos minifúndios, contribuindo com a informalidade nesta cadeia produtiva (Tabela 2). Observa-se que, nas unidades produtivas pesquisadas, a maioria tem como destino-fim da produção, tanto para o consumo próprio como para a venda de animais vivos. As unidades produtivas que realizam abate informal representam 23,3% das unidades produtivas amostradas.

Tabela 2: Percentual de Unidades Produtivas com produção ovina na mesorregião Sudeste, RS, segundo a área da propriedade e o destino da produção.

Propriedades <sup>(1)</sup>	Destino da produção				
	Consumo próprio	Venda animal vivo	Venda carcaça	Comercialização de lã	Genética
Mini	60,0 <sup>(2)</sup>	60,0	60,0	40,0	0,0
Pequena	62,5	87,5	50,0	50,0	18,7
Média	80,5	73,2	41,5	80,5	19,5
Grande	90,9	90,9	0,0	90,9	18,2

<sup>1</sup>Mini = minifúndio; Pequena = pequena propriedade; Média = média propriedade; Grande = grande propriedade; <sup>2</sup>percentual de unidades produtivas  
Fonte: os autores, com base em pesquisa de campo, 2016.

Além do abate informal, os ovinos produzidos têm como destino a venda de matrizes e reprodutores (6,9%), o abate formal através da comercialização individual (43,8%) ou de associações (23,3%) ou para terminadores (2,7%).

### 3.3. Características do rebanho

Na mesorregião Sudeste do RS, entre as raças criadas, destacam-se a Corriedale (27,4%) – de duplo propósito produtivo, a Texel (21,9%) – com aptidão específica na produção de carne, a Ideal (15%) – de duplo propósito / com produção de lã em qualidade superior, entre outras (Tabela 3). Isto se deve, principalmente, ao fato de grande parte do rebanho gaúcho possuir como aptidão a produção concomitante de carne e lã (49%) ou somente carne (43%), isto por conta de que, além de auferir renda com o produto lã, também,

no Rio Grande do Sul o consumo de carne ovina possui forte associação com a tradição e cultura (SORIO, 2008).

Tabela 3 – Percentual de raças criadas por tamanho de propriedades na mesorregião Sudeste Rio-grandense

Propriedade	Raças <sup>1</sup>									Total
	COR	DOR	HDAW	IDE	ILE	MER	POLD	SFF	TEX	
<b>Minifúndio</b>	20,0	20,0	0,0	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	100
<b>Pequena</b>	6,25	0,0	18,7	12,5	31,2	0,0	6,2	6,2	18,7	100
<b>Media</b>	26,8	0,0	14,6	14,6	0,0	14,6	0,0	2,4	26,8	100
<b>Grande</b>	63,6	0,0	9,1	9,1	0,0	9,1	0,0	0,0	9,10	100
<b>Total Geral</b>	<b>27,4</b>	<b>1,4</b>	<b>13,7</b>	<b>15,10</b>	<b>6,8</b>	<b>9,6</b>	<b>1,4</b>	<b>2,7</b>	<b>21,9</b>	<b>100</b>

<sup>1</sup>COR (corriedale); DOR (dorper); HDAW (*Hampshire Down*); ILE (ile de france); MER (merino); POLD (poll dorset); SFF (suffolk); TEX (texel)

Das nove raças ovinas detectadas na pesquisa, três (Corriedale, Texel e Ideal) são criadas nos quatros estratos de tamanhos de propriedades rurais. No que pese a ovinocultura do estado tenha sido, historicamente, alicerçada sobre o propósito econômico lã, somente duas raças produzem lã de qualidade superior (Merino e Ideal), sendo que a totalidade do rebanho Merino, na mesorregião e nas unidades amostradas, não supera 10%. Estes ovinocultores são os remanescentes dos anos 1980, período em que o produto lã fora extremamente valorizado, inclusive, segundo depoimento dos próprios produtores, a ponto de custear a maioria das despesas da propriedade rural – naquela época. Atualmente, os preços da lã estão muito aquém daquele período e, a maioria dos ovinocultores que se mantém neste propósito são os de idade mais avançada e, mesmo assim, com rebanho diminuído e com renda relativa à atividade muito baixa.

Por outro lado, as raças especializadas em carne (Texel, Hampshire Down, Ile de France, Suffolk, Dorper e Poll Dorset) praticamente abarcam 50% dos ovinocultores. Já os criadores de ovinos das raças Corriedale e Ideal salientam que, embora o produto lã de seus rebanhos não remunere a preços mais altos, o produto carne é de excepcional qualidade com grande aceitação pela indústria frigorífica e consumidores. Também, digno de registro, é a

introdução recente na região das raças carniceiras Dorper e Poll Dorset, que são lanadas (mas de lã grossa) e se adaptaram de forma excepcional ao clima temperado gaúcho. Estas raças têm sido incentivadas pela indústria frigorífica e distribuidores de carne ovina para o mercado do centro do país, uma vez que é um produto com padrão altamente desejável às churrascarias, restaurantes, cozinha gourmet, etc. De acordo com os produtores, o incentivo à produção se dá através do fornecimento de material genético (reprodutores) e informações técnicas sobre nutrição e sistema de produção, bem como pelo comprometimento quanto à compra da produção, desde que em conformidade com o padrão exigido.

Quando questionados sobre troca ou introdução de raça ovina no rebanho nos últimos anos, o maior percentual de respostas foi negativo nas pequenas (31,2%), médias (53,7%) e grandes propriedades (45,4%). Entretanto, 60% dos minifúndios realizaram troca ou introdução de nova raça nos últimos cinco anos. Tal dinâmica ocorreu em virtude da desmotivação da criação de ovinos exclusivamente laníferos, em favor de raças de duplo propósito ou especializados em carne.

No presente estudo, verificou-se que 85% das propriedades amostradas possuem mais de 100 ovinos, ao passo que 76% possuem menos de 250 animais, sendo que 61% situam-se na faixa de 100 a 250 ovinos. Ao analisar a evolução do rebanho ovino na mesorregião, sobrepondo-se o efetivo de cabeças com o número de animais esquilados, alicerçado em dados oficiais do IBGE(2016) na última década (2006/2015), constatou-se estabilização com leve crescimento. No entanto, o número relativo de animais esquilados é bem menor que o número de cabeças ovinas, onde se ratifica o aumento de raças mais voltadas ao propósito carne.

Verificou-se que a categorização do rebanho ovino na mesorregião Sudeste Rio-Grandense está constituída em 59,8% de matrizes (fêmeas reprodutoras com mais de 12 meses); 2,1% de carneiros reprodutores; 20,1% de cordeiras e borregas (fêmeas jovens ainda

não paridas) e 17,9% de cordeiros e borregos (machos jovens e/ou com mais de 12 meses castrados).

Quanto à forma de criação de ovinos adotada nas propriedades amostradas, verificou-se que o sistema extensivo de produção em campo nativo ainda é o predominante entre os ovinocultores. Entretanto, o melhoramento do campo nativo e a implantação de áreas de pastagens também são utilizados, bem como na forma de consórcio com outros animais, mormente bovinos, sobretudo nas médias e grandes propriedades. A produção de ovinos em sistema intensivo, embora pouco utilizada (10% nas pequenas e 5,1% nas médias propriedades da mesorregião) é mais representativa do que a média do estado (1%) verificado por Silva et al. (2013).

A adoção de técnicas produtivas mais eficientes em ovinocultura de corte sofre, ainda, influência do sistema tradicional de criação vigente nos anos do ciclo da lã. Com a dinâmica econômica em que a ovinocultura lanífera deixou de ser rentável em favor da valorização do produto carne, os ovinocultores migraram sem, no entanto, adotarem manejos nutricionais às raças mais exigentes. De acordo com Carvalho et al. (1998), deve-se melhorar o campo nativo ou implantar pastos cultivados, a fim de que raças mais exigentes nutricionalmente possam efetivar sua potencialidade produtiva.

Quanto à estação de monta, os minifúndios concentram as coberturas em dezembro e fevereiro, nas pequenas propriedades as ovelhas são colocadas com carneiros de novembro a abril e nas médias e grandes propriedades, as coberturas ocorrem de janeiro a março, com maior concentração de fêmeas cobertas (>50%) em fevereiro. Segundo Silva et. al. (2013), a grande maioria dos proprietários gaúchos (94%) utiliza somente o carneiro como manejo reprodutivo, privando-se de qualquer técnica, como a inseminação artificial, sincronização e detecção de cios. Salientam que propriedades focadas em ovinocultura comercial de resultados tenderiam a realizar inseminação artificial.

De acordo com os entrevistados, a maior frequência de partos (82%) ocorre em julho e agosto. Tal sazonalidade é fruto de manejos tradicionais adotados, de condicionantes climáticas da região sul-brasileira e características inatas da espécie ovina (PEREZ, 2002). Isto proporciona que os cordeiros estejam prontos para abate e em condições ideais de consumo em meados de dezembro, tendo em vista que o cordeiro é a categoria animal que oferece carne de maior aceitabilidade no mercado consumidor brasileiro (BURIN, 2016; CUNHA et al., 2000). É, pois, no período compreendido entre de fim-de-ano e a Páscoa que coincide com a maior demanda de carne ovina (CANOZZI et al., 2013).

O maior percentual de entrevistados (34,25%) teve o rebanho estabilizado, sem oscilação no número de cabeças, nos últimos anos. Porém, entre os minifúndios, houve aumento do rebanho em 40% das unidades produtivas e, nas grandes propriedades, houve diminuição seguida de aumento do rebanho em 36,4% das unidades produtivas.

### **3.4. Condicionantes produtivas**

Nos seis municípios pesquisados, duas questões foram exploradas no sentido de detectar percepção dos ovinocultores quanto a entraves ou restrições produtivas. Uma refere-se a quais ações poderiam ser implementadas para haver maior sincronismo das transações da cadeia. Outra, quanto à eventual dificuldade vivenciada pelos ovinocultores, na unidade produtiva. As respostas mais recorrentes, por um lado, foram “estruturação da cadeia”, “oferta de produção” e “frigorífico”. Por outro lado, preocupação com predadores.

A mesorregião Sudeste Rio-grandense possui condições edafoclimáticas adequadas à ovinocultura (BORBA et al., 2009) tanto que atividade é praticada há décadas, no entanto até meados dos anos 2000 ainda se voltava ao propósito lã – onde os produtores obtinham safras regulares e economicamente rentáveis, por conta de contarem com organizações associativas e cooperativas sólidas. Porém com a desestruturação do mercado lã, outra dinâmica produtiva e de processamento/distribuição deve ser implementada. E é neste sentido que a reconversão

gradual deve ser equacionada – tanto nas unidades produtivas, como na indústria e comércio, bem como junto aos consumidores.

Por outro lado, uma situação que vem refletindo negativamente nas intenções de ampliar investimentos e produção na ovinocultura na mesorregião Sudeste Rio-grandense refere-se à alta incidência e recorrência de ataques de predadores aos rebanhos, por conta da proliferação de javalis e porcos asselvajados (*Sus scrofa*). Tal espécie advém de animais oriundos do país vizinho (Uruguai) que migraram para o Brasil e encontraram na topografia da região e, pelas grandes extensões de florestamento exótico recentemente implantado, condições ideais de refúgio, proliferação sem predadores naturais. Por ser uma espécie omnívora, vem causando prejuízos nas lavouras de milho, bem como com ataques aos cordeiros.

### **3.5. Características de comercialização**

Quanto ao elo da indústria na cadeia produtiva da ovinocultura de corte, efetivamente, a pesquisa constatou não haver matadouro específico para abate e processamento de ovinos na mesorregião Sudeste do estado. Há, pois somente uma planta sob inspeção estadual fiscalizada pela Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CISPOA) e duas com Serviços de Inspeção Municipal (SIM) operando nos municípios pesquisados – mesmo assim, com abates bem mais volumosos de bovinos.

Dada a qualidade dos ovinos produzidos na mesorregião e a quantidade produzida em uma época pontual, a produção é arrematada por intermediários de grandes frigoríficos de outras regiões do estado e do centro do país. Em função da alta demanda de carne ovina de qualidade nas festividades de fim de ano, tudo o que é disponibilizado, com as devidas características exigidas, é vendido. No entanto, na sequência há descompasso entre os sistemas produtivos e interesses comerciais da indústria processadora/distribuidora de carne ovina. Este *gap* estrutural da cadeia produtiva deixa os ovinocultores em situação vulnerável

frente ao mercado, uma vez que foi detectada a disponibilidade dos produtores em aderir formas de manejo tecnologicamente mais avançadas, proporcionando mais produção com igual qualidade, desde que tenham mais segurança de escoamento e valorização econômica.

Para tanto, os ovinocultores estão se organizando formalmente via associações comunitárias de produtores rurais. Constatou-se a existência e integração de 18 destas associações sob a denominação de Rede de Produtores do Alto Camaquã, onde os seis municípios pesquisados uniram-se e criaram, em 2009, a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC). Tal associação vem servindo como instrumento de mobilização social, captação de recursos e criando estratégias de proteção de produtos e promovendo junto aos atores sociais envolvidos o sentimento de pertencimento a este território. Neste sentido, a congregação destas associações, juntamente com as administrações municipais tem-se mobilizado para encaminhamento junto ao governo estadual e nas esferas federais, no sentido atrair apoios e investimentos no setor industrial para absorver os ovinos produzidos e o respectivo desenvolvimento da ovinocultura e da região.

#### **4. Conclusões**

Na área de abrangência deste estudo, constatamos que os produtores criam ovinos com propósito do consumo próprio e/ou município do estabelecimento rural, também para venda à indústria frigorífica, ou na forma de informalidade. Há, no entanto, ovinocultores que visam a comercialização de lã como prioridade, ou no fornecimento de material genético. Tais grupos podem ser de raças especializadas tanto para um propósito, como para outro. A ovinocultura pode estar integrada com a bovinocultura ou outras formas de produção agropastoril que ocupem as mesmas áreas.

A análise do perfil dos ovinocultores neste estudo aponta que o tipo social médio é um indivíduo proprietário de unidades produtivas classificadas de pequenas e médias propriedades rurais, onde mais de 70% possuem o ensino fundamental ou médio. Já a

instrução de nível superior foi mais expressiva junto aos proprietários rurais, tanto nos minifúndios como nas grandes propriedades. A faixa etária predominante dos proprietários rurais com atividade em ovinocultura é acima de 50 anos de idade.

As rendas decorrentes da atividade agropecuária como aporte financeiro único são responsáveis em 48% dos produtores entrevistados, mormente advindas da bovinocultura e da agricultura, sendo que nas pequenas e médias propriedades pode elevar-se até próximo de 60%, onde a participação da ovinocultura, na maioria das propriedades, contribui em 20% do total. Apesar de sua menor importância, as rendas não agrícolas são, em média, importantes e contribuem de modo significativo para a formação da renda total dos produtores.

A motivação principal para a atividade à ovinocultura na região de estudo está mais relacionada ao lucro, embora ocupe uma participação secundária nas receitas, contribuem em muito, outros fatores mencionados, como consumo, satisfação pessoal e tradição familiar. A utilização de mão-de-obra, tanto contratada como familiar, é relativamente baixa.

A questão da genética merece consideração na presente análise, tendo em vista que boa parte dos ovinocultores tende a fidelizar material genético definido e superior. Via de regra, as matrizes e reprodutores são selecionados de raças e linhagens consolidadas e, comprovadamente adaptadas às condições edafoclimáticas da região.

A estrutura do rebanho está relativamente adequada, uma vez que o número de carneiros atende ao número de matrizes, produzindo cordeiros e borregas suficientes a reposições e estabilização do rebanho. Poderiam ser adotados manejos reprodutivos mais tecnificados, visando a melhor distribuição e qualidade nas ofertas de animais para abate, bem como ampliar os rebanhos, objetivando atender demandas regulares dos frigoríficos.

A maior parte do recurso forrageiro é representada pela pastagem nativa onde os ovinos, na maioria das propriedades, são criados concomitantemente com bovinos. Sendo que as melhores áreas são ocupadas com agricultura e em boa parte das propriedades está



implantada silvicultura (pinus, acácia, eucalipto). Esta forma e disponibilidade forrageira coincide com trabalho de Miguel (2007), onde salienta que menos de um terço dos produtores melhoram seus campos nativos por adubação e sobressemeadura de espécies de inverno e estes o fazem num baixo percentual da área (13%). Menos da metade utiliza o diferimento (veda) das pastagens nativas, o que naturalmente deve estar dificultando o correto ajuste de carga entre as diferentes estações do ano.

Foi percebido comportamento conservador dos ovinocultores, revelando-se também nas suas ações de comercialização, onde são privilegiados critérios pouco arrojados e inovadores em benefício de sua segurança econômica. Este comportamento reflete uma reação à insegurança e instabilidades na comercialização de seus produtos em tempos passados recentes, onde são inúmeras as más experiências.

### **Agradecimentos**

Ao professor Mauro Riegert Borba pelo apoio às análises realizadas.

### **Referências**

BORBA, M. F. S.; et al. Ecologização da pecuária familiar na Serra do Sudeste. Embrapa Pecuária Sul, 2009. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2009. (Documentos / Embrapa Pecuária Sul, ISSN 1982-5390 ; 98). 68p.

BRASIL – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/publicacoes/>>. Acesso em: 21 jan.2011.

BURIN, P.C. Aspectos gerais sob a produção de carcaças ovinas. REDVET. Revista Electrónica de Veterinária. 2016, 17 (Outubro): Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63647454002>. Acesso em: 15/02/2017.

CANOZZI, M. E. A.; BARCELLOS, J. O. J.; BRANDÃO, F. S.; DILL, M. D.; BORTOLI, E. C.; SOARES, J. C. R.; MACHADO, J. A. D. Caracterização da cadeia produtiva de carne ovina no Rio Grande do Sul, Brasil. PESQ. AGROP. GAÚCHA, PORTO ALEGRE, v.19, n.1/2, p.130-139, 2013.

CARVALHO, P.C.F.; MARASCHIN, G.E.; NABINGER, C. Potencial produtivo do campo nativo do Rio Grande do Sul. In: PATIÑO, H.O. (Ed.). SUPLEMENTAÇÃO DE RUMINANTES EM PASTEJO, 1, Anais, Porto Alegre, RS. 1998.

CUNHA, E.A.; SANTOS, L.F.; BUENO, M.S. et al. Utilização de carneiros de raças de corte para obtenção de cordeiros precoces para abate em plantéis produtores de lã. Revista Brasileira de Zootecnia, v.29, n.1, p.243-252, 2000.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e estudos Socioeconômicos. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. Estudos e Pesquisas, 74, p.1-33, 2014. Disponível em:

<http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 10/02/2017

GOUVEIA, A.M.G. Aspectos sanitários da caprino-ovinocultura no Brasil. IN: Simpósio internacional de caprinos e ovinos de corte, 2., 2003. João Pessoa. Anais...João Pessoa: EMEPA, 2003. CD-ROM.

GRANDO, M.Z. Um retrato da agricultura familiar gaúcha. Textos para discussão FEE n.98, 2011. 21p. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140324098.pdf>. Acesso em 10/02/2017.

IBGE – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Volume 1, 1990. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 jun. de 2015.

IBGE - - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 jun. de 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de dados agregados – SIDRA: pecuária, 2015. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2016.

MIGUEL, L. DE A., MIELITZ NETTO, C. G. A., NABINGER, C., SANGUINÉ, E., WAQUIL, P. D., & SCHNEIDER, S. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. Estudo & Debate (Lajeado), v. 14, p. 95-123, 2007.

NABINGER, C. Diagnóstico agrônomo: ferramenta essencial para a pesquisa e para ações de desenvolvimento rural. In: Doni Fo.,L; Tommasino, H.; Brandenburg, A. (org.) Seminários Sistemas de produção: Conceitos, metodologias e aplicações. Curitiba: UFPR, 1999. p.58-84.

OLIVEIRA, A. G. Bioestatística, Epidemiologia e Investigação: Teoria e Aplicações. Lisboa: Lidel, 2009. 255p.

PÉREZ, J. R. O. Alguns aspectos relacionados com a qualidade da carcaça e da carne ovina. In: SIMPÓSIO PAULISTA DE OVINOCULTURA, 4., 1995, Campinas. Anais... Campinas: ASPACO-CATI-FMVZ/UNESPSENAR, 1995. p. 125–139.

RIBEIRO, M. de F. S.; MIRANDA, M.; MIRANDA, G.M.; CHAIMSOHN, F.P.; BENASSI, D.A.; GOMES,E.P.; MILLEO, R.D.S. Diagnóstico de sistemas de produção. In: Doni Fo.,L; Tommasino, H.; Brandenburg, A. (org.) Seminários Sistemas de produção: conceitos, metodologias e aplicações. Curitiba: UFPR, 1999. p. 26-43.

SILVA, A.P.P.; SANTOS, D.V.; KOHEK, I. MACHADO, G.; HEIN, H.E.; VIDOR, A.C.M.; CORBELLINI, L.G. Ovinocultura do Rio Grande do Sul: descrição do sistema produtivo e dos principais aspectos sanitários e reprodutivos. Pesquisa Veterinária Brasileira, Rio de Janeiro, v.33, n.12, p.1453-1458, 2013.

VIANA, J.G.A. Panorama geral da ovinocultura no mundo e no Brasil. Revista Ovinos, Porto Alegre, Ano 4, N° 12, p.44-47, 2008.

## **CAPÍTULO IV**

### **ARTIGO III**

#### **CARACTERÍSTICAS DAS TRANSAÇÕES E PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS NOS DIFERENTES MERCADOS DA OVINOCULTURA NA MESORREGIÃO SUDESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

Submetido à Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional

Universidade de Taubaté (SP)

Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional

# **CARACTERÍSTICAS DAS TRANSAÇÕES E PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS NOS DIFERENTES MERCADOS DA OVINOCULTURA NA MESORREGIÃO SUDESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

## **RESUMO**

Este estudo objetivou analisar os diferentes mercados para a ovinocultura na mesorregião Sudeste do estado do Rio Grande do Sul, através de entrevistas semiestruturadas com criadores dos seis municípios com maior número de propriedades e de cabeças ovinas na região em estudo. O suporte dos questionamentos baseou-se nas teorias dos custos de transação de Williamson (1985), onde se mensurou especificidades, frequências e incertezas no sistema produtivo ovinícola, bem como comportamentos oportunistas e de racionalidade limitada. Da mesma forma, o trabalho contribui no aprimoramento do instrumento de coleta de dados para análise nas transações. Como resultado, identificou-se que a estrutura de governança da cadeia produtiva, na região estudada, é condicionada via mercado, onde os contratos entre as partes são informais. Dos mercados praticados pelos ovinocultores, sobressai-se a venda de animais em condições de abate, diretamente aos frigoríficos, comercializados pelos produtores de forma individual ou associativismo. Outros mercados, como venda do produto carne, de maneira informal, bem como, repasse de animais para terminadores e criações com finalidades na produção de lã e material genético, foram detectados. Para a maioria dos produtores, o propósito da criação ovina visa autoconsumo e geração de lucro, associado ao gosto da atividade ovinícola e tradição. As maiores restrições recaem sobre disponibilidade na mão de obra e inseguranças referente aos predadores e abigeato. A cadeia produtiva da ovinocultura de corte encontra-se desestruturada organizacionalmente, decorrente das dificuldades nos fluxos de informações entre os agentes e os elos produtivos, além ser uma atividade secundária na geração de renda total do empreendimento rural. Vários agentes do ambiente organizacional da região empenham-se na criação de um produto cárneo, com regularidade de oferta e qualidade diferenciada. Para tanto, o empenho enceta no estabelecimento e inserção de indústria frigorífica e distribuidores como elos consolidadores da ovinocultura de corte na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, gerando trabalho, renda e riqueza numa das mais carentes regiões do estado e a mais favorável à ovinocultura. O mercado apresenta potencial de crescimento, principalmente se as ações estiverem direcionadas à diferenciação e à agregação de valor, com foco em mercados específicos e coordenação dos processos produtivos.

**Palavras-chave:** ovinocultura, agronegócios, mercados, cadeia produtiva

## **CHARACTERISTICS OF TRANSACTIONS AND BEHAVIORAL ASSUMPTIONS IN THE DIFFERENT OVINOCULTURE MARKETS IN THE SOUTHEASTERN MESORREGIÃO OF RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL**

### **ABSTRACT**

This study aimed to analyze the different markets for sheep production in the Southeast region of the state of Rio Grande do Sul, through semi - structured interviews with breeders from the six municipalities with the highest number of farms and sheep heads in the study region. The support of the questionings was based on Williamson's (1985) transaction cost theories, where

specificities, frequencies and uncertainties were measured in the production system of the sheep, as well as opportunistic behavior and limited rationality. In the same way, the work contributes to the improvement of the instrument of data collection for analysis in the transactions. As a result, it was identified that the governance structure of the productive chain in the region studied is conditional via the market, where the contracts between the parties are informal. Of the markets practiced by the sheep farmers, the sale of animals under slaughtering conditions, directly to the slaughterhouses, marketed by the producers of individual form or associativism stands out. Other markets, such as the sale of the meat product, informally, as well as the transfer of animals to terminators and creations for the production of wool and genetic material, were detected. For most producers, the purpose of sheep farming is to self-consumption and profit generation, associated with the taste of poultry farming and tradition. The major constraints fall on labor availability and insecurity concerning predators and rustling. The productive chain of cut sheep is organizationally unstructured, due to the difficulties in the flow of information between the agents and the productive links, besides being a secondary activity in the generation of total income of the rural enterprise. Several agents of the region's organizational environment are engaged in the creation of a meat product, with regular supply and differentiated quality. To this end, efforts are focused on the establishment and insertion of the slaughtering industry and distributors as consolidating links of beef cattle in the Southeast region of Rio Grande do Sul, generating labor, income and wealth in one of the poorer regions of the state and the most favorable to sheep farming . The market presents potential for growth, especially if the actions are directed at differentiation and value aggregation, focusing on specific markets and coordination of production processes.

**Keywords:** ovinoculture, agribusiness, markets, production chain

## 1 INTRODUÇÃO

Dentre as atividades de relevante impacto socioeconômico no agronegócio nacional a ovinocultura contribui de forma importante na fixação do homem no campo e estratégico ao desenvolvimento rural em algumas regiões, tendo em vista seu potencial na geração de renda, tanto para os produtores quanto aos demais agentes da cadeia produtiva (CARRER, 2009; SOUZA et al., 2012).

O sistema agroindustrial da ovinocultura no Brasil vem aumentando sua importância econômica, alavancado pela necessidade de diversificação das atividades produtivas no meio rural, sendo a carne ovina o produto de maior significância para este sistema, em termos de valor no mercado, com potencial de evolução (SÓRIO; RASI, 2010). No entanto, este setor produtivo caracteriza-se por contrastes organizacionais peculiares entre as diversas regiões produtoras no Brasil.

Segundo dados do IBGE (2016), o rebanho ovino brasileiro vem apresentando, na última década, um crescimento moderado e constante. Entre os anos de 2005 e 2015, o efetivo

de cabeças ovinas cresceu 18,10% no período, totalizando 18.410.551 animais distribuídos por todo o país. Os estados com maiores rebanhos de ovinos são, primeiramente o Rio Grande do Sul, com 3.957.275 cabeças, ou seja, 24,6% do total nacional, seguido pelo estado da Bahia (16,9%) e do Ceará (11,9%).

Trabalhos de pesquisa tem detectado que o desenvolvimento pleno da atividade em ovinocultura de corte enfrenta muitos entraves, tais como a escassez de frigoríficos especializados no abate de ovinos, além da disputa de mercado com as carnes bovina, suína e de frango, além do que não há priorização da atividade dentro da propriedade (RAINERI, 2012). Isto tudo dificulta a evolução da ovinocultura, implicando na persistente desorganização do sistema de produção.

Estudos de canais de comercialização, visando entender melhor o que ocorre no sistema agroindustrial ovino foram conduzidos por Viana (2008; 2013), Sorio e Rasi (2010), onde levantam questões referentes à informalidade em detrimento a formalização – questionando-se enquanto a ser um problema ou, uma alternativa para o sistema. Também sobre a questão da opção pela formalidade ou informalidade no fornecimento de leite, Bánkuti et al. (2008), ressaltam da predominância das transações entre produtores e agentes à jusante serem sem a elaboração de contratos. Se por um lado a formalização tende a elevar alguns custos (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997), por outro lado, dada a menor presença de oportunismo, pode reduzir os custos de transação, (BÁNKUTI; SOUZA FILHO; BÁNKUTI, 2008).

Este trabalho objetivou trazer à tona as categorias analíticas relacionadas aos custos de transação (características básicas das transações e pressupostos comportamentais) praticados pelos ovinocultores da mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, através da mensuração da frequência das operações praticadas, das especificidades do ativo carne e incertezas no ambiente produtivo, bem como, racionalidade limitada e oportunismo de tais atores envolvidos no sistema de produtivo. Também, o trabalho vem a contribuir na validação do instrumento de coleta de dados para análise nas transações dos diferentes mercados da ovinocultura.

## **2 MATERIAL E MÉTODOS**

O estudo foi desenvolvido na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, onde, segundo IBGE (2016), está alojado 23,51% do rebanho ovino gaúcho. Realizou-se um

levantamento do efetivo do rebanho ovino e detectou-se o número de propriedades na mesorregião (IBGE/Sidra, 2016), identificando-se seis municípios (Herval, Pedras Altas, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Pinheiro Machado e Piratini) como aqueles com maiores números ovinos (os acima de 75.000 cabeças). No presente estudo, utilizou-se o processo de amostragem probabilística do tipo aleatório simples proposto por Cochran (1977) e de acordo com Oliveira (2009), determinou-se o número mínimo de estabelecimentos rurais para comporem a amostra (71), e estratificou-se o número de unidades produtivas de cada município para comporem a amostra, segundo a representatividade de cada município selecionado na composição da mesorregião. Processo de amostragem representado por

$$n = \frac{Npq}{(N-1)\left(\frac{d^2}{z^2}\right)+pq}, \text{ onde}$$

n = tamanho da amostra;

N = tamanho da população

p = q = 0,5;

d = desvio máximo do estimador médio (erro de amostragem), 10%;

z = valor tabelado da distribuição normal ao nível de significância de 5%.

Realizou-se uma *survey* com produtores rurais (ovinocultores), através de entrevistas semiestruturadas, utilizando-se questões abertas e de múltipla escolha, bem como questões em escala Likert, variando a mensuração em cinco pontos, sendo 1(baixo) caracterizado como estado mínimo de satisfação / especificidade / valor / compartilhamento e, no outro extremo, 5(alto) estado máximo quanto à percepção do entrevistado. As questões focaram na percepção dos entrevistados quanto aos arranjos de coordenação (características das transações & pressupostos comportamentais), bem como das características das estruturas de mercado (barreira de entrada, vulnerabilidade, apoio institucional, concorrência e concentração de mercado). Para realização das entrevistas, utilizou-se amostra intencional tendo como critérios de inclusão ser ovinocultor nos municípios da mesorregião estudada e aceitar participar do estudo.

Realizou-se análise estatística descritiva para todos os dados, onde a correlação entre as variáveis foi determinada pelo teste de Spermán - na comparação dos grupos segundo a finalidade de produção: Grupo 1a) ovinocultores que comercializam (abatem) sua produção via frigoríficos = individualmente; Grupo 1b) ovinocultores que comercializam (venda/abate) sua produção via frigoríficos = em grupo de cooperação ou associação; Grupo 2a) ovinocultores que comercializam seus produtos ovinos (venda de carne) diretamente aos

consumidores (informalidade); Grupo 2b) ovinocultores que comercializam seus animais (animais vivos) aos terminadores; Grupo 2c) ovinocultores que priorizam comercialização de genética ou lã.

A correspondência entre os valores obtidos via cálculos das médias, medianas e modas resultantes da escala Likert para cada questão e a respectiva categorização apresentadas nas tabelas, obedecem ao critério em que estando acima de 3,5 = alta = (+++); estando entre 2,5 e 3,5 = média = (++) ; estando entre 1,5 e 2,5 = baixa (+); estando abaixo de 1,5 = nenhuma = (0).

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este trabalho detectou que a ovinocultura de corte praticada na Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul é, assim como constatou Canozzi (2013), complexa, desorganizada e com escassez de informações inerentes aos sistemas produtivos e de mercado. Também Viana; Revillion e Silveira (2013) trouxeram à tona elementos que evidenciaram a presença de uma cadeia desestruturada e heterogênea, onde a organização da atividade está dependente de estratégias objetivas que visem à criação de valor aos produtos.

De acordo com Silveira et al. (2004), para que ocorra um funcionamento eficaz das atividades numa cadeia produtiva faz-se necessário trocas de informações e conhecimentos entre os entes envolvidos. A efetividade deste sistema promove organizações, produtos e as regiões envolvidas. Quando há uma identificação do produto com uma região específica, isto pode gerar um fator de diferenciação e um conseqüente desenvolvimento local/regional. As relações interfirmas coordenadas numa mesma região atuam na promoção do desenvolvimento regional, caracterizando uma competição cooperativa, podendo gerar fontes de ganho de eficiência e flexibilidade que raramente podem ser alcançados por produtores individuais.

O processo de comercialização é parte essencial da produção agropecuária. É nele que os esforços de aumento de produtividade e redução de custos, obtidos na produção, podem ser ou não realizados. As perdas decorrentes de uma comercialização deficiente podem ser grandes o suficiente para inviabilizar uma atividade produtiva, o que coloca as decisões de comercialização entre as principais atividades gerenciais (SANTOS et. al.,2013).



Lima et al. (2011), salienta que mercado da carne ovina é influenciado por fatores culturais, relacionados ao sistema de produção extensivo e baixo índice de tecnologias, resultando em baixa produtividade e, conseqüentemente, menos oferta de produto.

Conforme preconizado por Williamson (1985), na ECT, os níveis de custos de transação envolvidos nas relações entre os agentes é determinado pelos atributos das transações e pelos pressupostos comportamentais. São estas características que impactam e determinam a forma de arranjos minimizadores de custos de transação.

Quando o ativo é pouco específico, o mercado é a forma de coordenação que apresenta o menor custo (WILLIAMSON, 1995). A partir do momento em que a especificidade aumenta, chegando a um nível médio, a forma híbrida (contratos) é a forma de coordenação minimizadora dos custos. No entanto, quando a especificidade do ativo é muito alta, a hierarquia, ou integração vertical, é a melhor alternativa para se evitar comportamentos oportunos de apropriação de renda e minimizar os custos. Neste estudo, detectamos que as iniciativas de coordenação da cadeia produtiva da ovinocultura praticada na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, predominantemente dá-se de forma tradicional, ou seja, é condicionada via mercado.

### **3.1 Fatores Caracterizadores das Transações**

Ao caracterizarem-se as transações através de mensuração das especificidades dos ativos, da frequência das operações, das incertezas envolvidas na atividade – estabelecem-se modos alternativos de organização de produção e estrutura minimizadora dos custos de transação (ZYLBERSZTAJN, 1995). Também os pressupostos comportamentais (Racionalidade Limitada e Oportunismo), são fundamentais para na compreensão da economia dos custos de transação. Enquanto a Racionalidade Limitada se refere ao comportamento que pretende ser racional, este consegue sê-lo apenas de forma limitada, resultando competência cognitiva limitada de receber, estocar, recuperar e processar informação. Já oportunismo pode ser considerado como sinônimo de um comportamento aético, elevando custos transacionais, em face das ações dos agentes econômicos, que visam aumentar benefícios próprios, descumprindo acordos ou buscando brechas nos mesmos para a promoção do seu auto interesse (ZYLBERSZTAJN, 2000).

### 3.1.1 Fator Condicionante - Especificidade dos Ativos

Especificidade, segundo Williamson (1975), é elemento que não pode ser reutilizado ou realocado em outra atividade sem que ocorram perdas de valor em sua nova modalidade de uso. Quanto maior o grau de especificidade, maior a necessidade de salvaguardas para evitar o comportamento oportunista da outra parte.

Conforme Tabela 1, decodificada do trabalho de pesquisa junto aos ovinocultores da mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, os dois grupos que comercializam com os frigoríficos possuem especificidades médias, enquanto os produtores do Grupo 2 (informalidade, venda aos terminadores e genética ou lã) enquadram-se com baixas especificidades.

Tabela 1 – ESPECIFICIDADE DOS ATIVOS

VARIÁVEIS	GRUPO 1a (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - INDIVIDUALMENTE)	GRUPO 1b (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - ASSOCIATIVISMO)	GRUPO 2a (VENDA DE CARNE INFORMALMENTE)	GRUPO 2b (VENDA DE OVINOS AOS TERMINADORES)	GRUPO 2c (VENDA DE GENÉTICA OU LÃ)
ESPECIFICIDADE – local	++	++	+	+	+
ESPECIFICIDADE – física	++	++	+	+	++
ESPECIFICIDADE – humana	++	++	+	++	+++
ESPECIFICIDADE – ativo dedicado produção	++	++	+	+	+
ESPECIFICIDADE – marca	++	++	0	+	+
ESPECIFICIDADE – temporal	++	++	+	+	0

Legenda: +++ especificidade alta; ++ especificidade média; + especificidade baixa; 0 nenhuma especificidade

A alta especificidade humana detectada junto ao Grupo 2c (genética & lã) deveu-se exatamente por conta do elevado conhecimento técnico e produtivo da equipe no que se refere ao propósito, replicar genética e interesse maior na lã, não sendo diretamente absorvido pela indústria de abate/processamento de carne ovina.

Embora a carne ovina seja um produto perecível, o processamento é rápido e de fácil armazenamento. Quanto ao fornecimento de matéria prima pelos ovinocultores, conforme manejos reprodutivos e nutricionais é possível o abastecimento à indústria frigorífica durante o ano todo, o que indica falta de especificidade temporal para os processadores. Os

ovinocultores, por sua vez, podem optar em deixar os animais no campo em função de preços não favoráveis, no entanto, o mercado prefere animais entre quatro a seis meses, o que diminui o valor comercial. Desta forma, os produtores que comercializam sua produção, se vêm na necessidade de vender os animais num determinado período mais concentrado, o que caracteriza a existência de especificidade temporal média, conforme indicado a Tabela 1.

### 3.1.2 Fator Condicionante – Frequência

Do questionário de entrevista aplicado aos ovinocultores na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, a frequência teve por objetivo identificar a regularidade e durabilidade das transações dos produtores. A importância desta estrutura decorre de que, quanto maior a frequência de uma transação, mais diluídos serão os custos de adoção do mecanismo para a execução desta transação dentre as várias transações realizadas. Observa-se (Tabela 2) que as frequências do Grupo 2 (venda informal, repasse aos terminadores e, propósito genérica ou lã) são mais baixas que o Grupo 1 (vendas aos frigoríficos), exceto a percepção da periodicidade de consumo de carne pelo consumidor final.

Tabela 2 - FREQUÊNCIA

VARIÁVEIS	GRUPO 1a (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - INDIVIDUALMENTE)	GRUPO 1b (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - ASSOCIATIVISMO)	GRUPO 2a (VENDA DE CARNE INFORMALMENTE)	GRUPO 2b (VENDA DE OVINOS AOS TERMINADORES)	GRUPO 2c (VENDA DE GENÉTICA OU LÃ)
<b>FREQUENCIA</b> transação entre produtores	+++	+++	+	++	++
<b>FREQUENCIA</b> transação de produtores e consumidores	++	+++	++	+	++
<b>FREQUENCIA</b> replicar transação	+++	++	++	+	++
<b>FREQUENCIA</b> consumo carne ovina	+++	+++	+++	+	++

Legenda: +++ frequência. alta; ++ frequência média; + frequência baixa; 0 nenhuma frequência

Quanto as ações que poderiam ser implementadas para haver maior regularidade (frequência) nas transações da ovinocultura de corte, segundo os entrevistados nesta pesquisa, a predominância das respostas direcionaram-se para: a) estruturação da cadeia; b) aumentar a oferta de produção com qualidade; c) ter-se matadouro/frigorífico com abate de ovinos e, d) união dos produtores.

Em Silveira et al. (2004), há ocorrência de produtores reativos, que buscam uma forma de melhorar seu posicionamento frente ao mercado, tendo consciência da necessidade

de atuação numa perspectiva sistêmica e de integração de todos os elos da cadeia. Para os mesmos autores, que detectaram produtores da região da Serra do Sudeste no estado do Rio Grande do Sul com perfil reativo – que visavam aumentar sua competitividade e implementar um mecanismo de coordenação na cadeia produtiva da ovinocultura, decidiram atuar de forma conjunta com objetivo de organizar a produção e a venda de animais de qualidade, para que os produtos chegassem ao consumidor final com um selo de identificação que os fizessem associar à imagem de qualidade e segurança do alimento. Já em trabalho desenvolvido por Joris et al. (2013), no estado do Mato Grosso do Sul, verificaram que a comercialização de ovinos para abate, por parte da maioria dos entrevistados é ocasional e a venda desta espécie animal representa uma atividade secundária. Os poucos contatos com os frigoríficos, ainda que a comercialização possa ser realizada sempre para a mesma empresa, não favorece o estabelecimento de relações de confiança, estabelecendo, assim, mercado *spot*.

O intervalo e a regularidade entre determinadas transações é o que determina a frequência das transações. Esta variável é relevante uma vez que as relações de confiança são detectadas a partir da mensuração desta frequência.

### **3.1.3 Fator Condicionante - Incerteza**

A incerteza pode ser definida como a impossibilidade de se distinguir todos os eventos futuros do ambiente e da transação, desta forma a incerteza implica na dificuldade de se distribuir probabilidades (WILLIAMSON, 1985), por conta de informações incompletas e assimétricas. A incerteza é um atributo que desempenha o papel de ampliar determinadas lacunas que um contrato não venha a contemplar. Em um ambiente incerto, os agentes não conseguem prever os acontecimentos futuros e, assim, o espaço para renegociação é maior.

Do questionário de entrevista aplicado aos ovinocultores da mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, a incerteza teve por objetivo identificar fatores percebidos pelos agentes como geradores de incertezas junto aos produtores, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - INCERTEZA

VARIÁVEIS	GRUPO 1a (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - INDIVIDUALMENTE)	GRUPO 1b (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - ASSOCIATIVISMO)	GRUPO 2a (VENDA DE CARNE INFORMALMENTE)	GRUPO 2b (VENDA DE OVINOS AOS TERMINADORES)	GRUPO 2c (VENDA DE GENÉTICA OU LÃ)
INCERTEZA influência clima	++	++	++	+	+
INCERTEZA influência crédito	+	++	0	0	++
INCERTEZA influência preços	++	+++	++	+++	+
INCERTEZA influência parceiros	++	++	+	0	+
INCERTEZA influência consumo	++	++	+	++	+++
INCERTEZA influência sanidade	+++	++	++	++	+++
INCERTEZA influência mão de obra	+++	+++	++	+++	+++
INCERTEZA influência abigeato	+++	+++	+++	+++	+++
INCERTEZA influência predadores	+++	+++	+++	+++	++

Legenda: +++ grau de incerteza alta; ++ incerteza média; + incerteza baixa; 0 nenhuma incerteza

Conforme se observa, as variáveis clima e crédito foram as de menores influências/preocupações entre os ovinocultores de todos os subgrupos. Já, mão de obra, abigeato e predadores, os graus de incertezas são altos. Por outro lado, a variável parceiros comerciais, nos subgrupos que não priorizam venda aos frigoríficos, posiciona-se entre baixa ou nenhuma incerteza.

Resgatando o que foi questionado, em pergunta aberta – na pesquisa: “*O ambiente produtivo e comercial em que o seu empreendimento rural está inserido é afetado por uma série de fatores, como as intempéries climáticas, as oscilações de mercado, as preferências dos consumidores, entre outros. Quão incerto é o ambiente de produção e comercialização de ovinos em relação a ...*”:

Nas questões abertas, as respostas prevalentes recaíram conforme Tabela 4

Tabela 4 – INCERTEZAS PRODUTIVAS E COMERCIAIS

VARIÁVEIS	<b>GRUPO 1a</b> (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - INDIVIDUALMENTE)	<b>GRUPO 1b</b> (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - ASSOCIATIVISMO)	<b>GRUPO 2a</b> (VENDA DE CARNE INFORMALMENTE)	<b>GRUPO 2b</b> (VENDA DE OVINOS AOS TERMINADORES)	<b>GRUPO 2c</b> (VENDA DE GENÉTICA OU LÃ)
<b>MAIOR INCERTEZA NA PRODUÇÃO OVINA RENTABILIDADE</b>	++	++	+++	+++	++
<b>MAIOR INCERTEZA NA COMERCIALIZAÇÃO OVINA</b> FRIGORIFICO COMPRADOR	+++	++	+++	+++	+++
<b>MAIOR INCERTEZA NA COMERCIALIZAÇÃO OVINA</b> REGULARIDADE DE OFERTA	++	+++	++	+++	0
<b>AÇÕES PARA REDUZIR INCERTEZAS PRODUTIVAS</b> DEDICAÇÃO	++	+++	+++	+	++
<b>AÇÕES PARA REDUZIR INCERTEZAS COMERCIAIS</b> OFERTA BOM PRODUTO	++	+++	++	+	++

Legenda: +++ alto peso; ++ médio peso; + baixo peso; 0 nenhum peso

Na tabela 4, denota-se o alto peso que tem a incerteza-rentabilidade junto aos subgrupos de venda informal e venda aos terminadores. Os respondentes de todos os subgrupos dão como peso elevado a incerteza do ter frigorífico comprador para seus produtos.

### 3.1.4 Fator Condicionante – Racionalidade Limitada

Para March & Simon (1958), a racionalidade limitada exprime a incapacidade do tomador de decisões de dominar a complexidade do mundo, de compreender todas as informações, de dominar o tempo, como também o lado cognitivo. Estas características estão presentes no modelo comportamental, em que as informações são imperfeitas e incompletas, não se tem um conjunto completo de alternativas conhecidas e o tomador de decisão deve escolher a primeira alternativa minimamente aceitável.

Na Tabela 5 é apresentada a codificação correspondente aos valores da escala Liquert, onde se expressa a percepção dos agentes envolvidos em relação ao

compartilhamento de informações dos ovinocultores da mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul.

Tabela 5 – RACIONALIDADE LIMITADA  
COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES

VARIÁVEIS	GRUPO 1a (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - INDIVIDUALMENTE)	GRUPO 1b (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - ASSOCIATIVISMO)	GRUPO 2a (VENDA DE CARNE INFORMALMENTE)	GRUPO 2b (VENDA DE OVINOS AOS TERMINADORES)	GRUPO 2c (VENDA DE GENÉTICA OU LÃ)
Compartilhamento informações entre produtores	++	+++	+	+	+++
Compartilhamento Informações sobre preço pago	++	++	+++	+	+++
Compartilhamento informações sobre o tipo de produto	++	++	++	+++	+
Compartilhamento de novas técnicas produtivas	++	+++	++	+	+++
Compartilhamento em eventos	++	++	+	+	+++
Compartilhamento sobre técnicas administrativas	++	+++	+	++	+++

Legenda: +++ grau de compartilhamento **alto**; ++ grau de compartilhamento **médio**; + grau de compartilhamento **baixo**; 0 **nenhum** compartilhamento

Em análise, extrai-se que os compartilhamentos dos ovinocultores, na região em estudo, tendem a ser médios a baixos. No subgrupo 1b, que comercializam seus produtos aos frigoríficos, em grupo, ocorrem maiores graus de compartilhamentos. Já os subgrupos 2a e 2b são baixos. O grupo 2c, propósito genética, salienta-se como de alto grau de compartilhamento nas variáveis.

Já em questão aberta: “qual tipo de informação é tido como mais importante” – é visualizada na tabela 6.

Tabela 6 – RACIONALIDADE LIMITADA  
TIPO DE INFORMAÇÃO MAIS IMPORTANTE

VARIÁVEIS	GRUPO 1a (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - INDIVIDUALMENTE)	GRUPO 1b (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - ASSOCIATIVISMO)	GRUPO 2a (VENDA DE CARNE INFORMALMENTE)	GRUPO 2b (VENDA DE OVINOS AOS TERMINADORES)	GRUPO 2c (VENDA DE GENÉTICA OU LÃ)
PREÇO PAGO PELO PRODUTO	++	+++	++	+++	+
TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS & COM	++	+	+	+	+
TÉCNICAS PRODUTIVAS	+++	++	+	+++	+++
TIPO DE PRODUTO	+	+	+	+	++

Legenda: +++ alto peso; ++ médio peso; + baixo peso; 0 nenhum peso

É, pois, as técnicas produtivas tidas como mais necessitadas em subsídios de informações e entendimento. Já quanto ao tipo de produto, há consolidação de informações.

### 3.1.5 Fator Condicionante – Oportunismo

Segundo Williamson (1985), a forma mais forte de interesse próprio é o oportunismo, ou seja, comportamento baseado na astúcia. Tal comportamento pode ser ex-ante e/ou ex-post da efetivação da transação.

Assim sendo, no questionário aplicado aos ovinocultores, questões atinentes ao oportunismo tiveram por objetivo identificar fatores como ações oportunistas, confiança e conflitos que são percebidos entre os produtores, conforme Tabela 7.

Tabela 7 - OPORTUNISMO

VARIÁVEIS	GRUPO 1a (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - INDIVIDUALMENTE)	GRUPO 1b (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - ASSOCIATIVISMO)	GRUPO 2a (VENDA DE CARNE INFORMALMENTE)	GRUPO 2b (VENDA DE OVINOS AOS TERMINADORES)	GRUPO 2c (VENDA DE GENÉTICA OU LÃ)
OPORTUNISMO confiança / parceiros	++	++	+	++	++
OPORTUNISMO conflito /parceiros	+++	+++	+	+++	+

Legenda: +++ nível de conflito alto; ++ nível de conflito médio; + nível de conflito baixo; 0 nenhuma conflito

Observa-se que, embora haja confiança média entre os parceiros, o conflito é alto – mormente nos produtores do Grupo 1.

Em questão aberta: “na sua zona de produção, o relacionamento entre os parceiros comerciais, baseia-se por ...” – estão na tabela 8



Tabela 8 – OPORTUNISMO – bases dos relacionamentos

VARIÁVEIS	GRUPO 1a (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - INDIVIDUALMENTE)	GRUPO 1b (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - ASSOCIATIVISMO)	GRUPO 2a (VENDA DE CARNE INFORMALMENTE)	GRUPO 2b (VENDA DE OVINOS AOS TERMINADORES)	GRUPO 2c (VENDA DE GENÉTICA OU LÃ)
CONFIANÇA	++	++	+++	+++	+++
GARANTIA	+	+	0	+++	0
IDONEIDADE	+	+	++	0	0
ORIENTAÇÃO TÉCNICA	0	0	0	0	++
TEMPO DE RELACIONAMENTO	++	+++	+	0	0

Legenda: +++ alto peso; ++ médio peso; + baixo peso; 0 nenhum peso

Fica evidente, na decodificação da Tabela 8, que a confiança tem participação de média à alta nas relações entre os parceiros comerciais – sobressaindo-se nos produtores do Grupo 2.

### 3.2 CATERÍSTICAS DAS ESTRUTURAS DE MERCADO

Na Tabela 9 foram transpostas as percepções dos ovinocultores pesquisados na mesorregião Sudeste Rio-grandense, em questões referentes às estruturas de mercado.

Tabela 9 – COMPARATIVO DE FATORES INFLUENCIADORES NA OVINOCULTURA DA MESORREGIÃO SUDESTE DO RIO GRANDE DO SUL

VARIÁVEIS	GRUPO 1a (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - INDIVIDUALMENTE)	GRUPO 1b (VENDA DE OVINOS AO FRIGORÍFICO - ASSOCIATIVISMO)	GRUPO 2a (VENDA DE CARNE INFORMALMENTE)	GRUPO 2b (VENDA DE OVINOS AOS TERMINADORES)	GRUPO 2c (VENDA DE GENÉTICA OU LÃ)
BARREIRAS DE ENTRADA	+++	+++	+++	+++	++
VULNERABILIDADE	+++	+++	++	+++	+++
APOIO INSTITUCIONAL	+	+	0	+	++
CONCORRÊNCIA	+	+	++	++	+
CONCENTRAÇÃO DE MERCADO	++	++	++	++	++
NÍVEL DAS RELAÇÕES	+	++	++	0	++

Legenda: +++ alto; ++ médio; + baixo; 0 fraco

Da Tabela 9 decodifica-se que as barreiras de entrada de novos produtores é alta, por forças de fatores financeiros, técnicos e operacionais. Também a vulnerabilidade na produção de carne ovina é alta, em função das oscilações mercadológicas e institucionais. O apoio institucional é tido como fraco ou inexistente em todos os subgrupos.

A competitividade da carne ovina frente a outros mercados cárneos ficou caracterizada como de baixo enfrentamento competitivo. Assim como a fragilidade nos níveis das relações transacionais entre os parceiros comerciais, que podem ser rompidas a qualquer momento.

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Conforme se denotou, a exploração de ovinos na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul é tradicional e, majoritariamente voltada à subsistência, com finalidade de produção de carne e lã, sendo que o propósito carne possui valores econômicos, tanto comercialmente quanto para consumo próprio.

Neste estudo, foi detectado que os ovinocultores que visam os mercados de carne e que comercializam com os frigoríficos, denotam graus de especificidade de seus produtos mais altos. Tal fator advém da organização dos ovinocultores em associações comunitárias; da exitosa e sinérgica cooperação de produtores em criar, abater e distribuir carne ovina com inspeção municipal, atendendo demanda e orientações de grupo gestor do frigorífico; de adesões individuais a programas de empresas processadoras/distribuidoras de carne dos grandes centros econômicos e consumidores do país e voltadas ao abastecimento destes mercados e exportação.

Ainda que a forma predominante de coordenação da cadeia seja via mercado, percebe-se pré-disposições e condicionantes em evoluir para uma estrutura híbrida, uma vez que a característica especificidade, abstraída da análise entre os grupos de ovinocultores, denota que as variáveis “especificidade física” e “especificidade de ativo dedicado à produção”, obtiveram, na opinião dos entrevistados do grupo de produtores que vendem seus ovinos aos frigoríficos, maiores graus. Também as outras variáveis que compõem esta característica, obtiveram, neste Grupo, especificidade média à alta. Tal graduação tem peso indicativo de ser a forma híbrida de coordenação, uma alternativa a ser avaliada como minimizadora nos custos das transações.

A pesquisa também detectou que os ovinocultores mais integrados entre si possuem entendimentos proativos mais favoráveis em permanecer e investirem na ovinocultura. Tal atitude vem ao encontro do que constatou Moryama et al. (2004), que salientam em seu estudo que as várias estratégias utilizadas pelos produtores familiares para se manter na atividade leiteira e/ou buscar sua reprodução social, a formação de associações e cooperativas de caráter econômico tem se mostrado como um caminho possível para enfrentar as dificuldades inerentes ao processo de comercialização dos produtos agropecuários.

Em análise dos diversos mercados da ovinocultura neste estudo, os ovinocultores que optam em produzir lã seguem a tradição neste propósito, por força de ser uma região onde se estabeleceu uma das primeiras e bem sucedidas cooperativas de lã do estado. As raças de ovinos laneiros criadas, também cumprem duplamente a função econômica, onde, por um lado, auferem renda com safra anual de um produto de grande qualidade têxtil e, por outro lado, usufruem da carne tanto para consumo próprio, como venda de cordeiros desenvolvidos para abate.

Este trabalho detectou alguns entraves no sentido de ampliação produtiva e dificuldades a serem equacionadas na prática da ovinocultura. Segundo Lopes (2017), uma situação que vem refletindo negativamente nas intenções de ampliar investimentos e produção na ovinocultura na mesorregião Sudeste Rio-grandense refere-se à alta incidência e recorrência de ataques de predadores aos rebanhos ovinos, por conta da proliferação de javalis e porcos asselvajados (*Sus scrofa*). Tal espécie advém de animais oriundos do país vizinho (Uruguai) que migraram para o Brasil onde encontraram na topografia da região e, abrigados em grandes extensões de florestamento exótico recentemente implantado, condições ideais de refúgio e proliferação sem predadores naturais. Por ser uma espécie omnívora, vem causando prejuízos em lavouras, bem como com ataques aos cordeiros. Também questões de segurança pessoal/patrimonial são motivos de preocupação no meio rural, mormente abigeato.

A criação de ovinos na região Sudeste Rio-grandense está estabelecida desde o século XVII (BOFILL, 1996), onde inicialmente eram explorados na forma ancilar da bovinocultura. Os propósitos eram para fornecimento de carne fresca às estâncias, bem como fiação da lã para confecção de roupas, cobertores, xergões e, pelegos para montaria. Já nas primeiras década dos anos 1900, com a valorização da lã, houve um aumento expressivo dos rebanhos ovinos especializados a produzir esta fibra. No entanto, o ciclo da lã entrou em declínio no final do século passado, fazendo com que os ovinocultores revissem e reconvertissem seus propósitos produtivos – muitos se direcionaram para produção de carne

comercialmente. Ocorre que para haver fluidez da cadeia produtiva e sua efetiva consolidação, faz-se necessário que os segmentos de abate, processamento e distribuição estejam em harmonia com os sistemas produtivos locais. O que se detectou é que os frigoríficos estabelecidos na região, com inspeção estadual, priorizam o abate bovino. Já os que abatem ovinos, somente possuem sistema de inspeção municipal – inviabilizando venda para fora dos limítrofes do município. Ficam, pois, os ovinocultores produtores de carne, dependentes dos compradores de ovinos de outras regiões (inclusive fora do estado), para escoarem seus produtos. Isto posto, pelos ovinocultores, neste trabalho, há carência de estabelecimento frigorífico na própria região, com abates prioritários na espécie ovina, proporcionando regularidade de mercado e constância de produção e comercialização de carne ovina. Ainda no tocante as dificuldades enfrentadas pelos ovinocultores nesta região estudada, notadamente foi pontuado a falta de mão de obra disponível e capacitada a trabalhar com ovinos.

Sucintamente, os maiores graus de incertezas a atividade ovinícola na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul foram as que recaíram sobre as variáveis “influência de mão de obra”, “influência abigeato”, “influência predadores” e, “influência indústria frigorífica”.

No que se refere às transações de carne ovina efetuadas de forma informal, é uma prática sedimentada com valores na tradição. Neste momento em que a ovinocultura atravessa um período de transição em seus propósitos econômicos, de lanífero para carnicheiro, e que ainda não está com solidão – tal prática tem sido alternativa de auferir aporte financeiro de forma rápida, atomizada e lucrativa. No entanto, tem-se considerar o exposto por Sório & Rasi (2010), em que a informalidade está presente na produção, no comércio, no abate e no processamento da carcaça. No varejo, significa sonegação tributária e aquisição de produtos sem inspeção sanitária. Nos matadouros, ela implica vários agravantes: aquisição de animais doentes, ausência de inspeção sanitária durante o abate, transporte inadequado quanto aos padrões de embalagem e de refrigeração do produto e, por fim, sonegação ao fisco.

Este trabalho de pesquisa revelou que há falhas no compartilhamento de informações, ocasionando assimetria, embora no subgrupo de produtores que vendem aos frigoríficos, de forma associada, tenham grau de compartilhamento de informações mais favoráveis. De qualquer modo, a racionalidade limitada como um todo se situa entre baixa à média.

Foram detectados conflitos, emergindo condutas oportunistas entre os agentes, uma vez que o relacionamento entre parceiros comerciais são baseados pela confiança.

Das características básicas das transações, a frequência foi a que obteve maiores graus, sobremaneira aos ovinocultores do grupo que vendem seus produtos aos frigoríficos. Na percepção dos ovinocultores, para que haja evolução neste quesito, urge haver iniciativa/mecanismos de estruturação da cadeia produtiva da ovinocultura de corte, contemplando o aumento de produção e oferta de carne com qualidade, união dos produtores e, conforme salientado anteriormente, dispor de indústria frigorífica e distribuidora, na região, com abates regulares de ovinos e venda para outras regiões.

A ovinocultura de corte desenvolvida no Sudeste Rio-Grandense disponibiliza ao segmento frigorífico e aos consumidores em geral, um produto cárneo com características peculiares da região, dado às raças e cruzas produzidas; ao aporte nutricional baseado no manejo em campos nativos com composição diversa de gramíneas; à topografia, clima e solos ideais à ovinocultura; ao saber criar, por força da tradição, vocação e gosto pessoal. Mesmo as raças ovinas produtoras lã – os cordeiros ao serem adequadamente manejados nutricionalmente – obtêm-se produtos cárneos de excepcional qualidade, com grande aceitabilidade pelo mercado consumidor.

## **5 CONCLUSÕES**

Este estudo objetivou analisar os diferentes mercados para a ovinocultura na mesorregião Sudeste do estado do Rio Grande do Sul. Constatamos que o atual mercado da carne ovina não está, ainda, organizado e estruturado como fora o mercado da lã. Tal situação gera ineficiência, proporcionando que os preços sejam elevados ao consumidor final, embora o produtor tenha baixa remuneração. Tudo por conta da excessiva descoordenação da cadeia.

No entanto, no que pese tais dificuldades, a exploração da ovinocultura mostra-se como um mercado promissor economicamente, pois o Brasil vem importando quantidade significativa de carne ovina, demonstrando a existência de mercado interno aquecido e com oportunidades para produtores que investirem nesta cadeia produtiva – sobretudo os que primarem por volume de carne, com regularidade e qualidade.

Vários trabalhos (LARA et al., 2009; SANTOS et. al.; 2009; SORIO, 2012) salientam que consumidores urbanos estão se adaptando a novos hábitos de consumo e com maior apreciação da carne ovina – aumentando a demanda. Também o aumento do poder aquisitivo da população, em determinadas regiões e o incremento do abate de animais precoces, surge um novo mercado para a ovinocultura.

Para concluir, salientamos que a exploração eficiente deste mercado potencial, perpassa, necessariamente, pela organização do setor, e assim aproveitar tais oportunidades, pois a ovinocultura está inserida, entre as atividades do meio rural que, além de contribuir para a produção de alimentos, gera emprego, renda e fixação do homem no campo, promovendo o desenvolvimento social com sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

- BÁNKUTI, F. I.; SOUZA FILHO, H. M.; BÁNKUTI, S. M. S. Mensuração e análise de custos de transação arcados por produtores de leite nos mercados formal e informal da região de São Carlos, SP. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 10, n. 3, p. 343-358, 2008
- BOFILL, F. J. A Reestruturação da Ovinocultura Gaúcha. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1996. 137 p.
- CANOZZI, M. E. A. Caracterização da cadeia produtiva de carne ovina no Rio Grande do Sul, Brasil. *Pesquisa Agropecuária Gaúcha*, Porto Alegre, v.19, n.1/2, p.130-139, 2013.
- CARRER, C. C. (Org). A cadeia de negócios da ovinocultura de corte paulista: diagnóstico de pontos críticos e proposta de estruturação técnica e mercadológica. 1. ed. São Paulo: Lawbook, v. 1, 2009. 183 p.
- COCHRAN, W. G. Técnicas de amostragem. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1977.
- FARINA, E.M.M.Q.; AZEVEDO, P.F. & SAES, M.S.M.: Competitividade: Mercado, Estado e Organizações. Ed. Singular, SP, 1997.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de dados agregados – SIDRA: Pecuária. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- JORIS, J.L.; VILPOUX, O.F. Transações entre produtores e frigoríficos no setor de ovinos no estado do Mato Grosso do Sul: uma abordagem pela economia dos custos de transação. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v.15, n.2, p.220-234, 2013.
- LARA, V.; CARRER C.C.; GAMEIRO A. H. FIRETI, R.. O mercado nacional da ovinocultura. Associação Brasileira de Zootecnistas, 2009. Disponível em: <<http://www.abz.org.br/publicacoes-tecnicas/anais/palestras-ovinocultura.html>>. Acesso em: 17 set. 2013.
- OLIVEIRA, A. G. Bioestatística, Epidemiologia e Investigação: Teoria e Aplicações. Lisboa: Lidel, 2009. 255p.
- LIMA, A.M.C.; FARIAS, D.A.; SANTIAGO, L.B.; CAVALCANTE, A.C.R.; PINHEIRO, R.R. Características da comercialização da carne ovina em propriedades da Mesorregião dos Sertões Cearenses: In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CAPRINOS E OVINOS DE CORTE, 5. 2011, João Pessoa. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em: 21 fev. 2017.
- MARCH, J. G.; SIMON, H. A. Organizations. New York, NY: Wiley, 1958.
- LOPES, E. J. C.; ARTUZO, F. D.; SILVA, L. X.; SCHMIDT, V. Características Produtivas e Socioeconômicas da Ovinocultura na Mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul – Brasil. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, no prelo, 2017.
- MORYAMA, A.S.; SANTÁNA, A.L.; COSTA, S.M.A.L.; TARSITANO, M.A.A. Formação e caracterização de grupos de produtores para a comercialização de leite: o caso do assentamento Timboré (SP). In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 42, 2004, Cuiaba. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/110475.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

- RAINERI, C.; BARROS, C. S.; GAMEIRO, A. H. Caracterização da ovinocultura de corte em cinco regiões do estado de São Paulo. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA, 49., 2012, Brasília. Anais... Brasília: SBZ, 2012.
- SANTOS, D. V.; AZAMBUJA, R. M.; VIDOR, A. C. Dados populacionais do rebanho ovino gaúcho. Departamento de Produção Animal (DPA) da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio (SEAPPA). Porto Alegre – RS, 2009. Disponível em: <<http://www.agricultura.rs.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2014.
- SANTOS, M. G.; MARQUES JÚNIOR, V. E.; TIEMANN, R. R. Estrutura de governança nas transações entre frigoríficos e pecuaristas de bovinos de corte na região noroeste de Mato Grosso: sob a ótica dos pecuaristas. In: XXXIII ENCONTRO NACIONAL ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Salvador, BA. 2013. Disponível em: <<http://www.abepro.org.br/biblioteca>>. Acesso em: 20.mar.2017.
- SILVEIRA, H.S; SENNA, A.J.T; CÉSAR, C.; PEDROZO, E.A.; GOMES, T.C.L. A coordenação na cadeia produtiva da ovinocultura como instrumento para o desenvolvimento regional: o caso da iniciativa local do Cordeiro Herval Premium. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2., 2004. Santa Cruz do Sul, RS. Disponível em: <<http://www.unisc.br/site/sidr/2004>>. Acesso em: 21 fev. 2017.
- SORIO, A. Carne ovina e caprina: produção e consumo no Brasil e nas Américas. FarmPoint: O ponto de encontro da cadeia produtiva de ovinos e caprinos. 2010. Disponível em: <<https://www.milkpoint.com.br/radar-tecnico>>. Acesso em: 27 abr. 2015.
- SÓRIO, A.; RASI, L. Ovinocultura e abate clandestino: um problema fiscal ou uma solução de mercado? Política Agrícola, v.19, n.1, p.71-83, 2010.
- SOUZA, J.F.; SOUZA, O.R.G.; CAMPEÃO, P. Mercado e comercialização na ovinocultura de corte no Brasil. In: CONGRESSO DA SOBER, 50, 2012. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes>>. Acesso em: 17 fev. 2017.
- VIANA, J. G. A. Governança da cadeia produtiva da ovinocultura no Rio Grande do Sul: estudo de caso à luz dos custos de transação e produção. 2008. 137 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, 2008.
- VIANA, J. G. A.; REVILLION, J. P. P.; SILVEIRA, V.C.P. Alternativa de estruturação da cadeia de valor da ovinocultura no Rio Grande do Sul. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 9, n. 1, p. 187-210, 2013.
- WILLIAMSON, O. E; Markets and Hierarchies: analysis an antitrust implications. New York: The Free Press, 1975.
- WILLIAMSON, O. E; The Economic Institutions of Capitalism. New York: The Free Press, 1985.
- WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics and organization theory. In: WILLIAMSON, O. E. Organization Theory. Oxford University Press: New York, 1995.
- ZYLBERSZTAJN, D. Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições. Tese de Livre Docência – Universidade de São Paulo: 1995.
- ZYLBERSZTAJN; et al. Economia e gestão dos negócios agroindustriais. São Paulo: Pioneira, 2000.

## CAPÍTULO V

### CONCLUSÕES GERAL

Objetivando analisar as características produtivas e das transações na ovinocultura de corte na mesorregião do Sudeste do Rio Grande do Sul, tendo como base teórica a Nova Economia Institucional, mormente a Economia dos Custos de Transação, procedeu-se pesquisa com utilização de técnicas de pesquisa empíricas qualitativas.

A internalização da NEI / ECT foi útil para análise do ambiente institucional, quando consideraram-se as regras formais e informais existentes, assim como viabilizou o estudo sistematizado das transações e governança. Também foram apropriados conceitos acerca das estruturas de mercado e comportamento dos agentes econômicos.

Ao tecer artigo panorâmico institucional e organizacional da ovinocultura de corte no Rio Grande do Sul, fica ratificado a importância e potencial da ovinocultura no estado, sobretudo nas mesorregiões Sudoeste e Sudeste Rio-Grandense. O resgate histórico de abates; os cases produtivos eficientes; as condicionantes atuais da ovinocultura estadual – vem à corroborar no sentido de que o mercado ovino regional e nacional, de carne, tende a crescer e consolidar-se. Para tanto, se faz necessário estruturar a cadeia como um todo, iniciando no melhoramento das interações entre os elos envolvidos.

No trabalho específico em ovinocultura na mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, objetivando identificar, descrever e caracterizar socioeconomicamente e produtivamente os sistemas de produção, as propriedades foram categorizadas em minifúndios, pequenas, médias e grandes áreas (INCRA, 2016). Identificou-se que a ovinocultura desenvolvida, na região, possui aspectos produtivos tradicionais, praticada em pequenas e médias áreas rurais. As raças ovinas predominantes são voltadas ao propósito carne que, embora tenha participação econômica, está muito aquém de outras atividades agropecuárias (bovinocultura, agricultura, silvicultura, etc.), no entanto, tem peso forte outras motivações (consumo próprio, satisfação pessoal e tradição).



Se por um lado, os ovinocultores da mesorregião Sudeste Rio-Grandense, estejam empenhados, dispostos e ativos no sentido de se organizarem em associações e/ou cooperativas, visando criar um polo de produção ovina em quantidade e qualidade diferenciada – inclusive com apoio de administrações municipais e instituições públicas - já bem consolidada. Há, por outro lado, situações que vem refletindo negativamente, qual seja: a alta incidência e recorrência de ataque de predadores aos rebanhos, por conta da proliferação de javalis e porcos asselvajados. Também questões de segurança pessoal/patrimonial são de extrema preocupação no meio rural, mormente abigeato.

Em termos de valor de mercado, atualmente, a carne é o produto de maior significância da ovinocultura. A mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul aloja próximo de um quarto do rebanho ovinho gaúcho. Elementos que subsidiaram esta tese detectaram que as raças ovinas predominantes e os propósitos dos ovinocultores são para produção de carne.

Ao se analisar as transações nos diferentes mercados da ovinocultura da mesorregião Sudeste do Rio Grande do Sul, em artigo, após coleta de dados primários junto aos produtores, a primeira constatação é de que 68% dos produtores de ovinos destinam sua produção aos frigoríficos (individualmente ou em grupo). Outros 32% fazem parte do grupo de produtores que comercializam diretamente aos consumidores (informalidade), ou são ovinocultores que priorizam seus propósitos à venda de material genético ou produção de lã.

Os resultados empíricos deste trabalho detectaram que a maioria das iniciativas de coordenação da cadeia produtiva dá-se de forma tradicional, ou seja, é condicionada via mercado. No entanto, os ovinocultores na região de estudo, organizados e apoiados por instituições públicas e privadas, estão empenhados em potencializar formas alternativas de produção, visualizando a coordenação da cadeia a partir de necessidades de um nicho de mercado.

A cadeia produtiva da ovinocultura de corte da forma que está, desestruturada, não favorece os agentes que a compõe, ou seja, não há coordenação para ganhos coletivos. O resultado dá-se no não atendimento ao consumidor que demanda um produto de qualidade e preocupado com a segurança alimentar.

A pesquisa revelou que há falhas no compartilhamento de informações, ocasionando assimetria, embora no subgrupo de produtores que vendem aos frigoríficos, de forma associada, tenham grau de compartilhamento de informações mais favoráveis. De qualquer modo, a racionalidade limitada como um todo se situa entre baixa à média.

Foram detectados conflitos, emergindo condutas oportunistas entre os agentes, uma vez que o relacionamento entre parceiros comerciais são baseados pela confiança.

Das características básicas das transações, a frequência foi a que obteve maiores graus, sobremaneira aos ovinocultores do grupo um (que vendem seus produtos aos frigoríficos). Na percepção dos ovinocultores, para que haja evolução neste quesito, urge haver iniciativa/mecanismos de estruturação da cadeia produtiva da ovinocultura de corte, contemplando o aumento de produção e oferta de carne com qualidade, dispor de frigorífico com abates regulares de ovinos e, união dos produtores.

A característica especificidade, abstraída da análise entre os grupos de ovinocultores, denota que as variáveis “especificidade física” e “especificidade de ativo dedicado à produção”, obtiveram, na opinião dos entrevistados do grupo de produtores que vendem seus ovinos aos frigoríficos, maiores graus. Também as outras variáveis que compõem esta característica, obtiveram, neste grupo, especificidade média à alta. Tal graduação tem peso indicativo de ser a forma híbrida de coordenação, uma alternativa a ser avaliada como minimizadora nos custos das transações.

No tocante à incerteza, assim como no trabalho que estratificou os ovinocultores por tamanho de área, como o que os classificou em grupos conforme os propósitos produtivos, os maiores graus de incerteza recaíram sobre as variáveis “influencia de mão de obra”, “influência abigeato” e “influencia predadores”.

Segundo Zilbersztajn (1995) a literatura aponta que além do ambiente institucional a economia de transação, por meio de seus atributos, é o que condiciona e estabelece uma determinada estrutura de governança. Um dos suportes elementares são os pressupostos comportamentais – onde está incluído a racionalidade limitada e o oportunismo. Noutro suporte estão as características das transações. Primeiramente e considerado o atributo principal da definição da forma

de governança adotada, apresenta-se a especificidade dos ativos envolvidos na transação; o segundo é a frequência ou regularidade das transações; o terceiro elemento é o que se refere ao desconhecimento futuro da transação – que é a incerteza.

Isto posto, e considerando a visão institucionalista dando conta dos três tipos específicos de estrutura de governança: mercado – hierarquia – estruturas híbridas (Williamson, 1966), a ovinocultura de corte da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, apresenta características predominantes de mercado, uma vez que um número significativo de produto de um determinado tipo é trocado regularmente, além de um grande número de agentes anônimos em cada lado da transação.

No entanto, também se detectou potencialidades e pré-disposição dos produtores de ovinos, na região de estudo, em evoluírem para uma forma híbrida de relacionamento a partir de colaborações entre agentes. Considerando que os ovinocultores empenham-se na produção com propósito carne como prioridade, elevando o grau de especificidade do produto com qualidade e regularidade, assim, com maior frequência estabelecida, cria-se dependência bilateral entre compradores e vendedores, levando às formas de integração baseadas em arranjos contratuais de longo prazo. Sem, entretanto, com contratos rígidos da estrutura hierárquica.

## REFERÊNCIAS

- ARBAGE, A. P. **Custos de Transação e seu Impacto na Formação e Gestão da Cadeia de Suprimentos: estudo de casos em estruturas de governança híbridas do sistema agroalimentar no Rio Grande do Sul**. 2004. 280 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- AZEVEDO, P. F. Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Revista Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 47, n.1, p. 33-52, 2000.
- BATALHA, M. O.; SCRAMIM, F.C.L. Supply chain management em cadeias agroindustriais: discussões acerca das aplicações no setor lácteo brasileiro. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES, 2., 1999, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: PENSA/FEA/USP, 1999. P. 33-44.
- BARROS, M. S. C.; TARTAGLIA, J.C. A Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. **Alimentos e Nutrição**, Araraquara, v.14, n.1, p. 109-121, 2003.
- BORBA, M. F. S. et al. **Ecologização da pecuária familiar na Serra do Sudeste**. Embrapa Pecuária Sul. Bagé: EMBRAPA Pecuária Sul (Documentos / Embrapa Pecuária Sul, ISSN 1982-5390). 2009. 68p.
- BREITENBACH, R.; SILVA, A. Nova Economia Institucional (NEI): estado da arte nas (in)aplicações ao rural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. **Anais Eletrônicos ...**, Campo Grande, 2010.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: EESP/FGV, Texto para discussão n.157, 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>> Acessado em: 19 de janeiro de 2016.
- BRISOLA, M. V.; BOTELHO FILHO, F. B. A dimensão do embeddedness na indústria do vinho: um estudo comparado entre Brasil e Chile. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, vol. 4, n. 1, p. 89-104, 2010.
- BOFFIL, F. J. **A reestruturação da ovinocultura gaúcha**. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1996. 137p.
- CAMPOS, M. M. S. Trazendo a História de Volta para (o Mainstream d) a Teoria Econômica: Uma Análise do Método de Douglass North. ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 15., 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2012.
- CANOZZI, M. E. A.; BARCELLOS, J. O. J.; Brandão, F. S.; Dill, M. D.; Bortoli, E. C.; Soares, J.C. R.; Machado, J.A.D.; Caracterização da cadeia produtiva de carne ovina no Rio Grande do Sul, Brasil. **Pesquisa Agropecuária Gaúcha**, Porto Alegre, v. 19, ns.1/2, p. 127-135, 2013.
- COASE, R. H. 1937. **The Nature of the Firm**, *Economica*, 4:386-405, reprinted in Coase, 1988, *The Firm, the Market and the Law*. Chicago: University of Chicago Press, Chapter 2.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Análise Econômica**, Porto Alegre. v.19, n.36, p. 25-45, 2001.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Os institucionalistas e a constituição de uma teoria econômica das instituições. In: ENCONTRO DE ECONOMISTAS DA LÍNGUA PORTUGUESA,5., 2003, Recife. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <[www.race.nuca.ie.ufrj.br](http://www.race.nuca.ie.ufrj.br)>. Acesso em: 05/09/2015.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Além da Transação: Uma Comparação do Pensamento dos Institucionalistas com os Evolucionários e Pós-Keynesianos. **EconomiA**, Brasília, v.7, n.3, p. 621–642, 2007.

DANTAS, A. **Posição dos abatedouros dentro de um Programa Nacional de Ovinocaprinocultura**. In: MIZUTA, K. et al. Apoio à cadeia produtiva da ovinocaprinocultura brasileira. Brasília, MCT/CNPq/MAPA. Relatório Final. 2001. 69p.

FARINA, E.; ZYLBERSZTAJN, D. **Competitividade e organização das cadeias agroindustriais**. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Costa Rica, IICA, 1994.

FERRATER-MORA, J. **Dicionário de filosofia**. Edições Loyola, São Paulo, 2001. 808 p.

GAUTIER, A. **La Domestication: et l’homme crée ses animaux**. Paris: Errance, col. “Jardin des Hespérides”, 1990. 277p.

Gennari, A. M.; Oliveira, R. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, W. M. **Confiança, ECT e formas organizacionais: um framework aplicado na viticultura da Serra Gaúcha e do vale do São Francisco**. 2008. 210 f. Tese (doutorado) – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa de Pós-graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GOUVEIA, A. M. G. Aspectos sanitários da caprino-ovinocultura no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CAPRINOS E OVINOS DE CORTE, 2., 2003. João Pessoa. **Anais...**João Pessoa: EMEPA., 2003. CD-ROM.

HAMILTON, W. H. **The Institutional Approach to Economic Theory**. The American Economic Review, v.9, n.1, Supplement, Papers and Proceedings of the Thirty-First Annual Meeting of the American Economic Association (Mar., 1919), p. 309-318. Published by: American Economic Association. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1814009>>, acesso em 26 de agosto de 2016.

HODGSON, G. M. The return of institutional economics. In Smelser, N. J. & Swedberg, R. (ed). **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton University Press, Princeton & Russel Sage Foundation, New York. 1994. 749 p.

HOLANDA JUNIOR, E. V. Produção integrada de caprinos e ovinos na microrregião homogênea dos sertões dos Inhamuns no estado do Ceará. In: CONGRESSO NORDESTINO DE PRODUÇÃO ANIMAL, 2008. Aracaju. **Anais...**CD-ROM.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

IBGE. **Produção da Pecuária Municipal 2014**. Volume 42, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

JANK, M. S. **Competitividade do agribusiness brasileiro: discussão teórica e evidências no sistema carnes**. 1996. 195 p. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

KJAER, A. M. **Governance**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2004. 256 p.

KLEIN, S.; FRAZIER, G. L.; ROTH, V. J. A Transactional Cost Analysis Model of Channel Integration in International Markets. **Journal of Marketing Research**, Chicago, v.2, p. 196-208, 1990.

KNIGHT, F. H. **Risk, uncertainty and profit**. London: Houghton Mifflin, 1921. 445 p.

MADRUGA, M.S. et al. Qualidade da carne de cordeiros Santa Inês terminados em diferentes dietas. **Revista Brasileira de Zootecnia. Viçosa**, v. 344, n.1, p. 309-315, 2005.

MARCH, J. G.; SIMON, H. A. **Organizations**. 2. ed. Cambridge: Blackwell Publishers, 1993. 287 p.

MARCH, J. G.; SIMON, H. A. Limites cognitivos da racionalidade. In: MARCH, J.; SIMON, H. **Teoria das organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975, p. 192- 238.

MEDEIROS, J. X. de. Governança no agronegócio da carne, leite e produtos derivados da ovinocaprinocultura na Região Nordeste do Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE O AGRONEGÓCIO DA CAPRINOCULTURA LEITEIRA, 1; SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CAPRINOS E OVINOS DE CORTE, 2.; 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: EMEPA-PB. 2003.p.35-41.

MONTEVERDE, K.; TEECE, D. J. Supplier switching costs and vertical integration in the automobile industry. **The Bell Journal of Economics**, New York, v. 13, p. 206, 1982.

NEVES, M. F. **Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia**. São Paulo: Atlas, 2007. 166 p.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: University Press, 1990. pp. 152.

NORTH, D. C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 38 p., 1992.

OKLAHOMA STATE UNIVERSITY. **Breeds of Livestock – Sheep Breeds**. Department of Animal Science. Disponível em: <<http://www.ansi.okstate.edu/breeds/cattle/sheep>>. Acesso em: 30 de janeiro 2017.

OECD/FAO – ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT/ FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION. **Perspectivas Agrícolas 2015-2024**. OECD, Publishing, Paris. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1787/agr\\_outlook-2015-es](http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2015-es)>. Acesso em: 30 de janeiro 2016.

- OSÓRIO, J. C. S.; OSÓRIO, M.T.M.; SAÑUDO, C. Características sensoriais da carne ovina. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v.38, p.292-300, 2009.
- PIRES, C. C. et al. Ovinocultura na Região Sul do Brasil. In: Selaive-Villarroel, A. B.; Osório, J. C. S. **Produção de Ovinos no Brasil**. São Paulo: Roca, 2014. p-12-18.
- RICHETTI, I.; SANTOS, A. C. O Sistema integrado de produção de frango de corte em Minas Gerais: uma análise sob a ótica da ETC. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 2, n. 2, p. 34-43, 2000.
- ROSENAU, J. N. Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In: Rosenau, J. N.; Czempiel, E.O. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. 440 p.
- SANTOS, D. T.; BATALHA, M. O.; PINHO, M. A evolução do consumo de alimentos na china e seus efeitos sobre as exportações agrícolas brasileiras. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 333-358, 2012.
- SAES, M. S. M. Organizações e instituições. In.: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.), **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. 243 p.
- SILVA, A. A. da; BRITO, E. P. Z. Incerteza, racionalidade limitada e oportunismo: um estudo na indústria brasileira. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2013.
- SILVA, A. P. S. P. et al. Ovinocultura do Rio Grande do Sul: descrição do sistema produtivo e dos principais aspectos sanitários e reprodutivos. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, Seropédica, n. 33, p. 1453-1458, 2013.
- SILVEIRA, H. S. **Coordenação na Cadeia Produtiva de Ovinocultura: o caso do conselho regulador Herval Premium**. 2008. 104 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- SIMMONS, P.; EKARIUS, C. **Storey's guide to raising sheep**. 4. Ed. Massachusetts: Storey Publishing. 2001. 320p.
- SIMON, H. A. **Administrative behavior**. 2. ed. New York: Macmillan, 1957. 259 p.
- SIMON, H. A. Rational decision making in business organizations. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 69, n. 4, p. 493-513, 1979.
- SOUSA, W. H. O Agronegócio da Caprinocultura de Corte no Brasil. In: XIV Congresso Nacional de Zootecnia ZOOTE2004. **Anais....**Brasília, 2004.
- SOUZA, J. D. F.; SOUZA O. R. G.; CAMPEÃO P. Mercado e comercialização na ovinocultura de corte no Brasil. In: 50º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais...** Vitória, 2012.
- SORIO, A. **Sistema Agroindustrial da Carne Ovina: o exemplo de Mato Grosso do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2009. 112p.
- SORIO, A.; RASI, L. Ovinocultura e abate clandestino: um problema fiscal ou uma solução de mercado. **Revista da Política Agrícola**. Brasília, v. 19, n. 1, p. 71-83, 2010.

- TIGRE, P. B. Paradigmas tecnológicos e teorias econômicas da firma. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 187-223, 2005.
- VIANA, J. G. A. Panorama geral da ovinocultura no mundo e no Brasil. **Revista Ovinos**, Porto Alegre, v. 4, n. 12, p.44-47, 2008.
- VIANA, J. G. A. **Evolução da Produção Ovina no Rio Grande do Sul e Uruguai: análise comparada do impacto da crise da lã na configuração do setor**. 2012. 181p. Tese (Doutorado em Agronegócios) - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- VIANA, J. G. A.; REVILLION, J. P. P.; SILVEIRA V. C. P. Alternativa de Estruturação da Cadeia de Valor da Ovinocultura no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v. 9, n. 1, p. 187-210, 2013.
- WILLIAMSON, O. E. The vertical integration of production: market failure considerations. **American Economic Review**, Nashville, v. 61, p. 120-125, 1971.
- WILLIAMSON, O. E; **Markets and Hierarchies**: analysis and antitrust implications. New York: The Free Press, 1975. 286 p.
- WILLIAMSON, O. E. Transaction Cost Economics: The Governance of Contractual Relations. **The Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 22, p. 233-261, 1979.
- WILLIAMSON, O. E; The economics of organizations: the transaction cost approach. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 87, n.3, p.; 548-577, 1981.
- WILLIAMSON, O. E; **The Economic Institutions of Capitalism**. New York: The Free Press, 1985. 450 p.
- WILLIAMSON, O. E; **Las Instituciones Económicas del Capitalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. 435 p.
- WILLIAMSON, O. E; Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 36, n. 2, p. 269-296, 1991
- WILLIAMSON, O. Transaction Cost Economics and Organization Theory. **Journal of Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 2, p. 107-156, 1993.
- WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics and organization theory. In: WILLIAMSON, O. E. **Organization Theory**. New York: Oxford University Press, 1995. 268 p.
- WILLIAMSON, O. E. **The mechanisms of governance**. Oxford: Oxford University Press, 1996. 441 p.
- WYSOCKI, A.; PETERSON, H. C. The vertical coordination continuum and the determinants of firm level strategy. **Staff Paper**. Michigan, n. 97-64. Department of Agricultural Economics, Michigan: Michigan State University, 1997.
- ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: Uma aplicação da nova economia das instituições**. 1995. 241 p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.



**APÊNDICE “A” – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS APLICADO AOS PRODUTORES**

## APÊNDICE “A” – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS APLICADO AOS PRODUTORES

Prezado Produtor (a),

Esta pesquisa tem por objetivo analisar arranjos de coordenação da cadeia produtiva e agroindustrial em ovinocultura de corte. Para tanto, sua colaboração é de suma importância, considerando suas vivências, experiência e conhecimentos sobre mercados e formas de comercialização no âmbito de agronegócios. As informações manter-se-ão em sigilo e de utilização exclusivamente acadêmicas.

### 1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PROPRIETÁRIO(A):

Data da entrevista: ...../...../.....

- 1.1. Nome: .....
- 1.2. Idade: .....
- 1.3. Escolaridade: .....
- 1.4. Localização da propriedade: .....
- 1.5. Município: .....
- 1.6. Existe outra fonte de renda familiar além da agropecuária? ( ) Sim ( ) Não
- 1.6.1. Qual outra fonte de renda familiar além da agropecuária? .....
- 1.7. Uma vez tendo outra renda, não agrícola, quanto representa no total da renda familiar?  
( ) 0 – 20% ( ) 21 – 40% ( ) 41 – 60% ( ) 61 – 80% ( ) 81 – 100%

### 2. CARACTERÍSTICAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

#### 2.1. CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE RURAL

- 2.1.1. Qual o tamanho da propriedade rural? (hectares / numericamente) (..... hectares)
- 2.1.2. A área total utilizada no estabelecimento (atividade agropecuária) é própria ou existe arrendamento de terras de terceiros? ( ) própria = ..... hectares ( ) arrendamento = ..... hectares
- 2.1.3. Do tamanho total da propriedade rural, existe alguma parte que é arrendada para terceiros? ( ) Sim = ..... hectares ( ) Não
- 2.1.4. Elencar, de maior para menor, as atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade que proporcionam maior retorno financeiro:

%	atividade
( )	.....
( )	.....
( )	.....
( )	.....
( )	.....

#### 2.1.5. Qual o propósito da criação de ovinos na propriedade

- ( ) consumo próprio e familiar ( ) renda com venda de animais/abate ( ) renda com venda de produto carne  
( ) renda com venda de produto lã ( ) renda com venda de material genético (ou outro = leite/pele) .....

#### 2.1.6. Qual a raça ou cruza predominante criada em sua propriedade (.....)

#### 2.1.7. Quantificação de pessoal ( nº de pessoas envolvidas no trabalho rural do estabelecimento)

Total de trabalhadores (as) que atuam na propriedade: .....

trabalhadores(as) que atuam em manejos de todos animais:.....

trabalhadores(as) que atuam em manejos exclusivamente com ovinos: .....

trabalhadores(as) que atuam em outras atividades (não com animais): .....

#### 2.1.8. Quantificação de animais na propriedade?

( ) bovinos ( ) ovinos ( ) suínos ( ) aves ( ) .....

#### 2.1.9. Quantificação de ovinos (por categoria) na propriedade?

( ) reprodutores ( ) matrizes ( ) cordeiros / borregos ( ) cordeiras / borregas

#### 2.1.10. Formas de criação de ovinos adotada na propriedade

( ) basicamente em campo nativo ( ) em consórcio com outros animais ( ) em confinamento específico

( ) em campos melhorados ( ) arraçoados e a campo

#### 2.1.11. Qual o nível/padrão, em sua propriedade para:

	Padrão/nível				
	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>5</u>
Instalações rurais	(baixo).....	.....	.....	.....	(alto)
Capacitação da equipe	(baixo).....	.....	.....	.....	(alto)
Assistência Técnica	(baixo).....	.....	.....	.....	(alto)
Material Genético	(baixo).....	.....	.....	.....	(alto)

#### 2.1.12. Houve troca de raça ovina em seu rebanho, ou introduziu nova raça nos últimos anos

- ( ) mantém-se a mesma raça ( ) troca nos anos após crise da lã – anos 90  
( ) troca nos últimos dez anos ( ) troca nos últimos cinco anos ( ) troca no último ano

#### 2.1.13. Qual o período de início da estação de monta (ovinos)?

( ) primavera ( ) verão ( ) outono ( ) inverno ( ) .....

#### 2.1.14. Há quanto tempo é produzido ovinos na propriedade? (..... anos)

#### 2.1.15. Qual a época que desprende maior tempo de dedicação aos ovinos?

( ) primavera ( ) verão ( ) outono ( ) inverno ( ) todas as estações

#### 2.1.16. Qual a época que mais nascem cordeiros? (jan = 1 / fev = 2 / mar = 3 ... jun = 6 / jul = 7 / ago = 8 ...)

( )

#### 2.1.17. Nos últimos anos da última década, o rebanho ovino da propriedade:

- ( ) mantém-se estabilizado ( ) aumentou ( ) diminuiu  
( ) oscilou em aumento e posterior diminuição ( ) oscilou em diminuição e posterior aumento

#### 2.1.18. Motivações em criar ovinos (ORDENAR POR PRIMAZIA)

( ) tradição familiar ( ) satisfação pessoal ( ) consumo ( ) lucro ( ) condições únicas da propriedade

## 2.2. CARACTERÍSTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL

2.2.1. Com relação à produção de ovinos desenvolvida na propriedade, de quais canais de comercialização o empreendimento participa?

- venda de animais de categoria (ou desenvolvimento) á serem evoluídas ("para invernadores/terminadores")
- venda de animais, em ponto de abate, em pequena quantidade, à consumidores ("informalidade")
- venda de animais, em ponto de abate, em lote individual, para marchante / indústria
- venda de animais lotados com outros produtores (cooperação / associação) para abate industrial
- venda de animais com genética definida

2.2.2. Com relação às outras atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade, de quais canais de comercialização o empreendimento participa?

- venda direta ao consumidor
- venda via cooperativa
- venda via associação
- venda via atravessador ("algum elo")
- .....

2.2.3. Como você estipula/aceita o valor do seu produto ovino?

- equivalente aos valores operados pelo mercado local
- pelo melhor preço entre os marchantes (atravessador")
- pelo preço estipulado pelo frigorífico
- por valor com negociação entre as partes envolvidas
- por qualidade e/ou diferenciação

2.2.4. Qual o percentual da renda agrícola deriva da produção de ovinos desenvolvida na propriedade rural?

- menos de 10%  10-25%  25-50%  50-75%  75-100%

## 2.3. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO CARNE OVINA PRODUZIDA

2.3.1. Em que grau de qualidade (valor biológico) você considera a carne ovina em relação a outras carnes

(menor valor biológico).....1.....2.....3.....4.....5.....(maior valor biológico)

2.3.2. Em que grau você considera o padrão de animal produzido por você em relação aos outros produtores de sua região?

(padrão inferior).....1.....2.....3.....4.....5.....(padrão superior)

2.3.3. Em que grau você considera o padrão de animal produzido por sua região em relação aos outros produtores de outras regiões?

(padrão inferior).....1.....2.....3.....4.....5.....(padrão superior)

2.3.4. Na sua percepção, como você avalia o grau de exigência do consumidor final sobre carne ovina?

(pouco exigente).....1.....2.....3.....4.....5.....(muita exigente)

## 2.4. CARACTERÍSTICAS DOS MECANISMOS DE COORDENAÇÃO

2.4.1. Existem mecanismos de comunicação ou de trocas de informações (sobre preços, mercados, tecnologia, entre outros) estabelecidos com seus parceiros econômicos?

- via realização de seminários
- via capacitações
- via reuniões para troca de informações
- via cursos
- outros. Qual: ..... (... conversas informais ...)

2.4.2. A reputação social do parceiro comercial (para quem você vende) é importante para você decidir com quem transacionar?

- Sim  Não

(... por ser visto como bom pagador, você teria preferência em transacionar com tal parceiro, mesmo que não seja o melhor preço ...)

2.4.3. Existem estratégias estabelecidas com o intuito de integrar os processos de produção e comercialização com as atividades dos parceiros comerciais?

- Sim .....  Não

(...os parceiros comerciais ofertam assistência técnica a você em troca da garantia da comercialização futura...)

2.4.4. Em relação aos seus parceiros comerciais (para quem você vende), no que se refere às etapas de produção e comercialização, existe algum comprometimento estabelecido via:

- associação
- consórcio
- acordo
- trato
- parceria estabelecida

2.4.5. Nos processos comerciais em que o empreendimento rural participa, existe:

- prática de realização de negociações
- grupos de trabalho visando melhor entendimento da cadeia
- incentivos à uma produto diferenciado
- apoio institucional equacionando diferenças de interesses
- alguma outra forma de apoio/entendimento complementar externo

2.4.6. O proprietário/responsável pelo empreendimento rural faz parte de alguma organização de produtores?

- associação
- cooperativa
- sindicato
- grupo de produtores não formalizado
- independente

### 3. CARACTERÍSTICAS DOS ARRANJOS DE COORDENAÇÃO

#### 3.1. CARACTERÍSTICAS DAS TRANSAÇÕES

##### 3.1.1. Frequência

3.1.1.1. Considerando o montante de transações realizadas durante todo o ano produtivo da ovinocultura, com que frequência ocorre as transações com os mesmos parceiros produtores de ovinos (de ovinocultor para ovinocultor)?

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(transações raras) ..... (transações recorrentes)

3.1.1.2. Considerando o montante de transações realizadas durante todo o ano produtivo da ovinocultura, com que frequência ocorre as transações com os mesmos consumidores (venda direta ao consumidor, agroindústria, varejo, atacado, entre outros)?

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(Transações raras) ..... (Transações recorrentes)

3.1.1.3. Na sua percepção, como o senhor(a) avalia a importância de replicar uma transação já feita com seu fornecedor e com seu consumidor?

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(baixa importância) ..... (alta importância)

3.1.1.4. Na sua percepção, como o senhor avalia a periodicidade de consumo de carne ovina pelo consumidor final?

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(consumo ocasional) ..... (consumo frequente)

3.1.1.5. Na sua opinião quais ações poderiam ser implementadas para haver uma maior regularidade nas transação na cadeia produtiva de ovinocultura de corte?

- ( ) ..... CAPITALIZAÇÃO MELHOR\_PREÇO  
( ) ..... MATADOURO ESTRUTURAÇÃO\_CADEIA  
( ) ..... UNIÃO\_PRODUTORES DIVULGAÇÃO  
( ) ..... PARIÇÃO\_EPOCA\_DIVERSA REPOSIÇÃO  
( ) ..... PRODUÇÃO\_OFERTA\_QUALIDADE OFERTA\_PRODUÇÃO

3.1.2. **Especificidade dos ativos** = (elemento que não pode ser reutilizado ou realocado em outra atividade sem que ocorram perdas de valor em sua nova modalidade de uso (WILLIAMSON, 1975)

##### 3.1.2.1. Especificidade de local

Em que grau a localização da empresa frigorífica está dependente do produto que sua empresa rural (e outros de sua adjacência) disponibiliza

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(pouco especificidade) ..... (muita especificidade)

##### 3.1.2.2. Especificidade Física

Em que grau o padrão de produto que sua empresa rural (e outros de sua adjacência) produz atende ao exigido pela empresa frigorífica

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(pouco especificidade) ..... (muita especificidade)

##### 3.1.2.3. Especificidade Humana

Em que grau de conhecimento técnico produtivo sua equipe (e outros de sua adjacência) produtiva se situa

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(pouco especificidade) ..... (muita especificidade)

##### 3.1.2.4. Especificidade de Ativo Dedicado à Produção

Em que grau de especificidade na estrutura produtiva de sua empresa (e outros de sua adjacência) é fundamental para a empresa transformadora do produto final

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(pouco especificidade) ..... (muita especificidade)

##### 3.1.2.5. Especificidade de Marca

Em que grau de especificidade sua empresa rural (e outros de sua adjacência) atende exigência de geração de produto exclusivo

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(pouco especificidade) ..... (muita especificidade)

##### 3.1.2.6. Especificidade Temporal

Em que grau de especificidade o produto que sua empresa gera deva (e outros de sua adjacência) ser absorvido em um tempo determinado

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(pouco especificidade) ..... (muita especificidade)

##### 3.1.3. Incerteza (RISCO)

3.1.3.1. O ambiente produtivo e comercial em que o seu empreendimento rural está inserido é afetado por uma série de fatores, como as intempéries climáticas, as oscilações de mercado, as preferências dos consumidores, entre outros. Quão incerto é o ambiente de produção e comercialização de ovinos em relação a:

Clima	1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5 (baixa especificidade = baixo risco) ..... (muita especificidade= alto risco)
Crédito	1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5 (baixa especificidade = baixo risco) ..... (muita especificidade= alto risco)
Preços	1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5 (baixa especificidade = baixo risco) ..... (muita especificidade= alto risco)
Parceiros Comerciais	1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5 (baixa especificidade = baixo risco) ..... (muita especificidade= alto risco)
Consumo	1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5 (baixa especificidade = baixo risco) ..... (muita especificidade= alto risco)
Sanidade	1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5 (baixa especificidade = baixo risco) ..... (muita especificidade= alto risco)
Mão de Obra	1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5 (baixa especificidade = baixo risco) ..... (muita especificidade= alto risco)
Abigeato	1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5 (baixa especificidade = baixo risco) ..... (muita especificidade= alto risco)

**3.1.3.2. Em sua opinião qual dos seguintes fatores proporciona incertezas (riscos) para produção de carne ovina?**

- ( ) tecnológicas (conhecimento/informação)
- ( ) sanidade animal
- ( ) rentabilidade econômica
- ( ) mão de obra
- ( ) clima
- ( ) impostos
- ( ) .....

**3.1.3.3. Em sua opinião que tipo de incerteza (risco) está envolvido na comercialização de carne ovina?**

- ( ) exigência de qualidade do produto
- ( ) preço
- ( ) exigência de regularidade de oferta
- ( ) .....

**3.1.3.4. Que ações o senhor (a) toma para reduzir incertezas no processo produtivo da ovinocultura?**

- ( ) .....
- ( ) .....
- ( ) .....
- ( ) .....
- ( ) .....

**3.1.3.5. Que ações o senhor (a) toma para reduzir incertezas na comercialização do seu produto ovino?**

- ( ) .....
- ( ) .....
- ( ) .....
- ( ) .....
- ( ) .....

**3.2. CARACTERÍSTICAS DOS AGENTES ECONÔMICOS (PRESSUPOSTOS COMPORTAMENTAIS)**

**3.2.1. Racionalidade Limitada**

**3.2.1.1. Existe a prática de compartilhamento de informações, na sua zona de produção, entre produtores e/ou em organizações produtivas (associações, sindicato, etc.) nas trocas informações a respeito de atualizações de técnicas produtivas, mudanças tecnológicas, oscilações de mercado, etc.?**

1 2 3 4 5  
(Baixo compartilhamento).....(Alto compartilhamento)

**3.2.1.2. Dos tipos de informações abaixo, quais você acha ser mais importante?**

- ( ) preço pago pelo produto (venda direta, marchante, frigoríficos, consumidores, etc)
- ( ) tipo de produto que o mercado exige
- ( ) novas técnicas produtivas
- ( ) eventos (feiras e congressos)
- ( ) técnicas administrativas e de comercialização

**3.2.1.3. Dos tipos de informações abaixo, qual o grau de compartilhamento ocorre na sua zona de produção?**

preço pago pelo produto (venda direta, marchante, frigoríficos, consumidores, etc).  
1 2 3 4 5  
(Baixo compartilhamento).....(Alto compartilhamento)

tipo de produto que o mercado exige  
1 2 3 4 5  
(Baixo compartilhamento).....(Alto compartilhamento)

novas técnicas produtivas  
1 2 3 4 5  
(Baixo compartilhamento).....(Alto compartilhamento)

eventos (feiras e congressos)  
1 2 3 4 5  
(Baixo compartilhamento).....(Alto compartilhamento)

técnicas administrativas e de comercialização  
1 2 3 4 5  
(Baixo compartilhamento).....(Alto compartilhamento)

**3.2.2. Oportunismo**

**3.2.2.1. Na sua zona de produção, o relacionamento entre os parceiros comerciais (compra e venda) baseia-se por:**

- ( ) garantias
- ( ) confiança
- ( ) idoneidade
- ( ) tempo de relacionamento
- ( ) orientação técnica

**3.2.2.2. Qual o nível de confiança você percebe sobre as ações realizadas pelos seus principais parceiros comerciais?**

1 2 3 4 5  
(Pouca confiança).....(Alta confiança)

**3.2.2.3. Qual o nível de conflito percebido entre os principais parceiros comerciais?**

1 2 3 4 5  
(BAIXO conflito).....(ALTO conflito)

#### 4. CARACTERÍSTICAS DAS ESTRUTURAS DE MERCADO

##### 4.1. Barreiras de Entrada

**Fatores financeiros** (preço kg/vivo pago pelos frigoríficos / rentabilidade de outros produtos), **fatores técnicos** (exigências específicas do mercado consumidor) e **fatores operacionais** (manejos inerentes a produção animal) **dificultam a entrada de novos produtores no mercado de ovinos carne. Em que medida estes fatores dificultam a entrada de novos produtores neste mercado?**

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(Entraves leves).....(Entraves fortes)

##### 4.2. Vulnerabilidade

**Quão vulnerável é a produção carne ovina frente às oscilações mercadológicas** (em relação aos preços pagos, quantidades ofertadas e demandadas) e **institucionais** (mudanças operacionais/logísticas nas indústrias frigoríficas; nos programas de governo)?

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(Pouco vulnerável).....(Muito vulnerável)

##### 4.3. Apoio Institucional

**Em que medida a atividade agropecuária na produção de carne ovina recebe apoio institucional, via políticas públicas ou privadas?**

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(Apoio deficiente).....(Apoio suficiente)

##### 4.4. Concorrência

**Quão competitivo é mercado da carne ovina frente outros mercados de produtos cárneos?**

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(baixo enfrentamento competitivo).....(alto enfrentamento competitivo)

##### 4.5. Concentração de Mercado

**O mercado em que sua empresa rural atua é concentrado?** (parcela significativa do mercado é abrangida por número limitado de organizações)

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(Concentrado).....( Disperso)

##### 4.6. Arranjos de Coordenação

**Qual os níveis das relações transacionais estabelecidas com os parceiros comerciais?**

- **Frágeis** = podem ser rompidas a qualquer momento
- **Fortes** = são consideradas sólidas = tendem a perdurar

1 ..... 2 ..... 3 ..... 4 ..... 5  
(Relações frágeis).....(Relações fortes)